



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



AMANDA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM INDÚSTRIAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE

SÃO CRISTÓVÃO

2021

AMANDA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

**GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM INDÚSTRIAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Silvia Maria Santos Matos

SÃO CRISTÓVÃO

2021

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696g Rodrigues, Amanda da Conceição.
Gestão ambiental e práticas de responsabilidade
socioambiental em indústrias de Nossa Senhora do Socorro-SE /
Amanda da Conceição Rodrigues; orientadora Silvia Maria Santos
Matos. – São Cristóvão, SE, 2021.
145 f.; il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Desenvolvimento sustentável - Sergipe. 2. Responsabilidade
por danos ambientais. 3. Gestão ambiental. 4. Impacto ambiental. 5.
Ética ambiental. 6. Indústrias - Aspectos ambientais - Nossa Senhora
do Socorro - Sergipe. I. Matos, Silvia Maria Santos, orient. II. Título.

CDU 502.131.1(813.7)

AMANDA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

**GESTÃO AMBIENTAL E PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM INDÚSTRIAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestra pelo
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 30 de agosto de 2021.



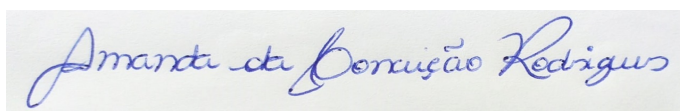
Prof.ª Dra. Silvia Maria Santos Matos
Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientadora


Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa

Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
Universidade Federal de Sergipe
Examinador Interno

Prof.ª Dra. Isabel Cristina Barreto Andrade
Universidade Tiradentes
Examinadora Externa

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



Amanda da Conceição Rodrigues
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS



Prof.^a Dra. Silvia Maria Santos Matos - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Silvia Maria Santos Matos

Prof.^a Dra. Silvia Maria Santos Matos - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Por serem minha base e minha maior motivação, dedico este trabalho ao meu filho Adrian, ao meu esposo, Natan, à minha mãe, Cenira, e à minha irmã, Thamiris.

Pela inestimável importância em minha pesquisa acadêmica, dedico também à minha orientadora, Prof.^a Dra. Silvia Matos, ao PRODEMA/UFS e à minha comunidade de Nossa Senhora do Socorro/SE.

AGRADECIMENTOS

A caminhada não foi fácil! Mas se eu caminhei até aqui foi porque sempre tive e tenho comigo seres que de alguma forma contribuíram com minha saúde mental, para que me mantivesse firme e para que concluísse essa pesquisa, que para mim, foi linda! Em imensurável destaque:

Ao meu espelho de vida, minha mãe, Cenira, por ter me lançado em bons caminhos, ter me dado educação, por sempre estar ao meu lado e por ser essa mulher guerreira na qual sempre me referencio. Gratidão, minha mãe!

À minha irmã, Thamiris, por sempre se dedicar à família, por ser parceira, por intermediar momentos de distração, por me ajudar na pesquisa e na vida. Gratidão, minha irmã!

Ao meu esposo, Natan, por sua cumplicidade, por se dedicar tanto à família, por suar comigo na correria do Mestrado e da vida, por todo seu amor, por compreender minha falta nessa reta final da pós-graduação e por estar sempre comigo. Gratidão, meu amor!

Ao meu sogro, Álvaro, por ser esse ser de luz, tão solícito e compreensivo, que está sempre à disposição para ajudar a família. Gratidão, meu sogro!

Ao meu amigo/irmão, Rodrigo, pelo incentivo e parceria, por acompanhar com empatia minha trajetória acadêmica e por imprimir tanto material para mim (risos). Gratidão, meu amigo!

Ao meu amigo, Andrey, que me apresentou o PRODEMA e me fez acreditar que era possível sim cursar o Mestrado. Gratidão, meu amigo!

À turma de 2019 do Mestrado PRODEMA/UFS, por ser a melhor turma que eu poderia integrar, por ser unida e alegre. Principalmente a Paulinho, que me ajudou com tanto amor e solidariedade. Foram anos de sufoco, mas de muita satisfação com vocês. Gratidão, colegas!

Ao meu grupinho de amigos da turma, que nomeamos “A Resistência”. Vocês foram minha força no Mestrado e se tornaram amigos para vida! Cleberson, o mais “vida louca”, de um coração enorme, um amigo para todas as horas. Eliane, uma fofa, uma amiga que ganhei de presente, uma mulher guerreira, uma parceira. Franciley, um exemplo de fibra, de acalento e solidariedade. Amanda Silva, ah Amandinha!... Gratidão, amigos!

À Amanda Silva, por se tornar essa parceira que conviveu comigo (mesmo à distância) por 24hs durante a fase final do Mestrado. Por se tornar uma peça fundamental de apoio e motivação, por me dar tantas ideias para minha pesquisa, por me ouvir, por estar sempre solícita, por me ajudar na formatação do texto (só nós sabemos como foi louco). Dividimos noites e dias de angústia pela correria e incertezas do Mestrado e compartilhamos momentos e conversas incríveis sobre maternidade, sobre seu bebê, Gael e sobre meu bebezinho, Adrian. Bem, como eu sempre falo: “Nossas pesquisas acabaram se tornando em dupla pelo tanto que participamos uma da outra!” Gratidão, minha amiga!

À turma de 2018 do Mestrado PRODEMA/UFS que sempre me acolheu e me apoiou tanto. Gratidão, colegas!

Aos meus colegas do Doutorado PRODEMA/UFS que sempre foram tão gentis comigo, em especial Luciana, Cecília e Ricardo. Gratidão, colegas!

Às minhas amigas Gaby e Carine por aturarem minha falta e meus surtos de desespero (risos) e por me motivarem tanto. Gratidão, amigas!

À minha orientadora, professora Silvia Matos, por ser a melhor orientadora do mundo, pelas contribuições para com minha pesquisa, por mergulhar e entender meu estudo, pela compreensão, pela doçura e principalmente, por ter aceitado me orientar. Sem seus direcionamentos, minha pesquisa não passaria de uma ideia. Toda gratidão é pouco para o que a Senhora representa nessa minha jornada. Gratidão, Professora!

Ao professor Jailton, tanto por sempre aceitar participar das minhas bancas, quanto pela ajuda, pelas orientações e pela prestatividade a mim dadas tanto na disciplina isolada quanto no Mestrado. À professora Isabel, por aceitar participar das minhas bancas, por ser solícita e gentil e pelas contribuições para com minha pesquisa. Gratidão, Professores!

Ao PRODEMA/UFS (desde a secretaria e a coordenação aos professores) por ser um Programa ímpar, pela oportunidade de fazer um Mestrado inigualável e à Universidade Federal de Sergipe por sempre me proporcionar ensino de qualidade e aprendizado acadêmico e de vida. Gratidão!

Ao Grupo de Pesquisa Filosofia e Natureza/UFS pelo aprendizado e pela alegria em estarmos reunidos discutindo textos tão esplêndidos. Gratidão!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - Brasil (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida por um período, a qual me motivou a permanecer no Mestrado e a promover a minha pesquisa científica. Gratidão, CAPES!

Aos que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para a concretização deste sonho que é ser mestra, toda minha gratidão!

“Quando nascemos fomos programados

A receber o que vocês

Nos empurraram com os enlatados

Dos U.S.A., de nove às seis.

Desde pequenos nós comemos lixo

Comercial e industrial

Mas agora chegou nossa vez

*Vamos cuspir de volta o lixo em cima de
vocês.*

Somos os filhos da revolução

Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola.

Depois de 20 anos na escola

Não é difícil aprender

Todas as manhas do seu jogo sujo

Não é assim que tem que ser.

Vamos fazer nosso dever de casa

E aí então vocês vão ver

Suas crianças derrubando reis

Fazer comédia no cinema com as suas leis

Somos os filhos da revolução

Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola.”

(Legião Urbana, 1985)

RESUMO

Diante dos avanços da tecnologia, a demanda da produção industrial contribuiu com a crise ambiental que assola o planeta Terra e trouxe consigo a necessidade de responsabilização pelos danos que as atividades empresariais causam ao meio ambiente. Essa prestação de contas está sendo cada vez mais exigida pela sociedade, pelas comunidades e pelo poder público, através de políticas públicas. Para tanto, as estratégias da gestão ambiental auxiliam as organizações a compreenderem, organizarem e planejarem os impactos que seus produtos e serviços causam ao meio ambiente. Atrelado a isso, a responsabilidade socioambiental é um conjunto de princípios e práticas éticas, que criam possibilidades de proteção ambiental frente à atuação antrópica. Essas práticas devem ser alinhadas às metas do 9º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que concerne ao fortalecimento de uma cultura de produção e consumo responsável e sustentável. Desse modo, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a gestão ambiental através das ações de responsabilidade socioambiental das indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro-SE, tendo em vista os seus valores empresariais e o alinhamento com o 9º ODS. O estudo justificou-se pela atual sensibilização do setor industrial quanto aos impactos socioambientais causados por suas atividades; pelas diretrizes de natureza socioambientais do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Nossa Senhora do Socorro-SE; e pelo considerável crescimento do Distrito Industrial do município. O estudo se fundamentou em temas como progresso e seus impactos, perpassando pela ética socioambiental, responsabilidade social e ambiental de empresas, desenvolvimento sustentável e os ODS, além da gestão ambiental empresarial. A metodologia da pesquisa fez o método indutivo; de natureza aplicada; de abordagem qualitativa; pesquisa de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas e remotas (atendendo às restrições sanitárias da pandemia do COVID-19) com 9 (nove) empresas do Distrito Industrial de Socorro (DIS), selecionadas pela técnica de amostragem por conveniência ou intencional e por acessibilidade. O tratamento e a análise dos dados se deram por tabulação, codificação e categorização e foram representados por gráficos, quadros e análise de conteúdo. Os principais resultados apontaram que as empresas do DIS estão alinhadas ao ODS 9 exercendo uma postura socioambientalmente responsável com seus colaboradores, bem como com o ecossistema do seu entorno, com a comunidade e com a sociedade; e descreve as principais ações das indústrias na prática da responsabilidade socioambiental, a saber: preocupação com o descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos, aperfeiçoamento e qualificação de pessoal e participação e contribuição em projetos sociais. Nas considerações finais foram sugeridas propostas de melhorias como a indicação de um plano de ação de práticas socioambientais para a comunidade, em conjunto com a Associação de Moradores (Associação Belém), com a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Socorro (ASSEDIS) e com a Prefeitura do município. No fechamento dessa parte, foram indicados temas para trabalhos futuros, a exemplo de uma pesquisa sobre gestão estratégica nas indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, Ética, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, RSA.

ABSTRACT

Faced with advances in technology, the demand for industrial production has contributed to the environmental crisis that plagues planet Earth and has brought with it the need for accountability for the damage that business activities cause to the environment. This accountability is being increasingly demanded by society, communities and the government, through public policies. Therefore, environmental management strategies help organizations to understand, organize and plan the impacts that their products and services cause to the environment. Linked to this, socio-environmental responsibility is a set of ethical principles and practices that create possibilities for environmental protection in the face of anthropic action. These practices must be aligned with the goals of the 9th Sustainable Development Goal (SDG), regarding the strengthening of a culture of responsible and sustainable production and consumption. Thus, the general objective of this research was to analyze environmental management through socio-environmental responsibility actions of industries in the Industrial District of Nossa Senhora do Socorro-SE, in view of their business values and alignment with the 9th SDG. The study was justified by the current awareness of the industrial sector regarding the socio-environmental impacts caused by its activities; the socio-environmental guidelines of the Urban Development Master Plan for the municipality of Nossa Senhora do Socorro-SE; and by the considerable growth of the Industrial District of the municipality. The study was based on topics such as progress and its impacts, covering socio-environmental ethics, corporate social and environmental responsibility, sustainable development and the SDGs, in addition to corporate environmental management. The research methodology perfected the inductive method; of an applied nature; qualitative-quantitative approach; field research with the application of semi-structured and remote interviews (given the health restrictions of the COVID-19 pandemic) with 9 (nine) companies in the Industrial District of Socorro (DIS), selected by the convenience or intentional sampling technique and by accessibility. Data treatment and analysis were performed by tabulation, coding and categorization and were represented by graphs, tables and content analysis. The main results showed that the DIS companies are aligned with SDG 9, exercising a socio-environmentally responsible posture with their employees, as well as with the surrounding ecosystem, with the community and with society; and describes the main actions of industries in the practice of socio-environmental responsibility, namely: concern with the disposal and reuse of solid waste, improvement and qualification of personnel and participation and contribution to social projects. In the final considerations, proposals for improvements were suggested, such as the indication of an action plan for socio-environmental practices for the community, together with the Residents Association (Associação Belém), with the Association of Companies of the Industrial District of Socorro (ASSEDIS) and with the City Hall. At the end of this part, topics for future work were indicated, such as a research on strategic management in industries in the Industrial District of Nossa Senhora do Socorro.

Keywords: Ethics, Industrial District of Nossa Senhora do Socorro, RSA, Sustainable Development, Sustainable Development Goals.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Responsabilidade social empresarial x responsabilidade socioambiental.....	44
Figura 2 -	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	53
Figura 3 -	Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	54
Figura 4 -	Próximas ações de implementação da Agenda 2030.....	55
Figura 5 -	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 9.....	56
Figura 6 -	Metas do ODS 9.....	58
Figura 7 -	Gestão ambiental empresarial: influências.....	63
Figura 8 -	Região Metropolitana de Aracaju.....	85
Figura 9 -	Construção de novos galpões e áreas livres na Avenida Perimetral A.....	86
Figura 10 -	Áreas livres na Avenida Estrutural B.....	87
Figura 11 -	Mapa de localização do DIS, 2021.....	88
Figura 12 -	Limite Norte – Eixo Estrutural A.....	89
Figura 13 -	Limite Leste – Avenida Estrutural B.....	90
Figura 14 -	Centro do limite Leste – Avenida Estrutural B.....	91
Figura 15 -	Final do limite Leste – Avenida Estrutural B.....	91
Figura 16 -	Limite Oeste – Avenida Perimetral A.....	92
Figura 17 -	Diretrizes de organização espacial do DIS.....	93
Figura 18 -	Organização espacial do DIS, 2017.....	94
Figura 19 -	Cargos dos gestores participantes da pesquisa, 2021.....	101
Figura 20 -	Gêneros dos gestores participantes da pesquisa, 2021.....	102
Figura 21 -	Idade dos gestores participantes da pesquisa, 2021.....	103
Figura 22 -	Porte das empresas entrevistadas, 2021.....	105
Figura 23 -	Valores empresariais evidenciados pelos gestores entrevistados.....	108
Figura 24 -	Termos frequentes sobre o entendimento de RSA e ética ambiental pelos gestores participantes da pesquisa.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Histórico da responsabilidade social e ambiental.....	40
Quadro 2 -	Benefícios das práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas.....	47
Quadro 3 -	Gestão ambiental na empresa: abordagens.....	65
Quadro 4 -	Conjunto de normas ISO 14000.....	69
Quadro 5 -	Organização do questionário.....	97
Quadro 6 -	Grau de escolaridade e profissão dos gestores participantes da pesquisa.....	104
Quadro 7 -	Atividades e setores das empresas entrevistadas.....	106
Quadro 8 -	Valores das empresas entrevistadas <i>versus</i> conceitos de Schommer.....	109
Quadro 9 -	Entendimento dos gestores participantes da pesquisa sobre RSA e ética ambiental.....	110
Quadro 10 -	Impactos causados pelas atividades das empresas participantes da pesquisa.....	113
Quadro 11 -	Ações de RSA praticadas pelas indústrias pesquisadas.....	114
Quadro 12 -	Motivações para a prática de ações de RSA pelas indústrias pesquisadas.....	116
Quadro 13 -	Apoio a projetos socioambientais pelas indústrias pesquisadas.....	116
Quadro 14 -	Gerenciamento sustentável da produção das indústrias pesquisadas.....	122
Quadro 15 -	Contribuição das indústrias pesquisadas com uma sociedade socioambientalmente responsável.....	123

LISTA DE SIGLAS

ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSEDIS	Associação das Empresas do Distrito Industrial de Socorro
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
DIA	Distrito Industrial de Aracaju
DIS	Distrito Industrial de Socorro
ETA	Estações de Tratamento de Água
ETE	Estações de Tratamento de Esgoto
EUA	Estados Unidos da América
FEM	Fórum Econômico Mundial
FIDES	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social
GA	Gestão Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organizations for Standardization
NBR	Norma Brasileira
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OHSAS	Occupational Health and Safety Assessment Specification
ONG	Organização Não Governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCON	Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RS	Responsabilidade Social
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDETEC	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia
SEINFRA	Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMIC	Secretaria de Indústria e Comércio de Nossa Senhora do Socorro
SEMMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VISA	Vigilância Sanitária
UFS	Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 - DOS IMPACTOS DO PROGRESSO AOS PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL	27
1.1 A ideologia do progresso e os riscos e consequências da tecnologia.....	28
1.2 A ética socioambiental e a responsabilidade das empresas diante dos impactos do progresso.....	32
1.2.1 Ética socioambiental.....	33
1.2.2 Origem e surgimento das práticas de responsabilidade social nas empresas	36
1.2.3 Responsabilidade socioambiental empresarial – conceitos e características.....	41
1.2.4 Empresa socioambientalmente responsável	45
1.3 A responsabilidade socioambiental no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.....	50
1.3.1 Agenda 2030.....	53
1.3.2 ODS 9: foco na indústria, na inovação e na infraestrutura.....	56
CAPÍTULO 2 - GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL.....	61
2.1 Conceito e desempenho da gestão ambiental.....	62
2.2 Sistema de Gestão Ambiental.....	67
2.3 Experiências de empresas com a gestão ambiental.....	70
2.3.1 Gestão sustentável na SABESP: uma visão para o desenvolvimento regional	70
2.3.2 Gestão ambiental ISO 14001 nas Indústrias sucroalcooleiras em Sergipe.....	73
2.3.3 Os impactos de um sistema de gerenciamento ambiental no desempenho financeiro das empresas: um estudo de caso.....	75
2.3.4 Entendimento da ISO 1400: estudo de caso de uma empresa mineradora na Paraíba.....	78
2.4 Considerações sobre os estudos levantados.....	81
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA	84

3.1	Delimitação e caracterização da área de estudo.....	84
3.2	Caracterização da pesquisa.....	95
3.3	Coleta de dados.....	95
3.3.1	Universo e amostra da pesquisa.....	98
CAPÍTULO 4 - EXPERIÊNCIAS DAS EMPRESAS DO DIS COM A GESTÃO AMBIENTAL E COM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL...100		
4.1	Coleta de dados	100
4.1.1	Bloco 1 – Perfil do gestor	100
4.1.2	Bloco 2 – Perfil da empresa.....	105
4.1.3	Bloco 3 – Responsabilidade socioambiental e ética ambiental	107
4.1.4	Bloco 4 – Gestão ambiental.....	120
4.1.5	Bloco 5 – Desenvolvimento sustentável o 9º ODS	121
4.2	O papel das associações empresarial e comunitária nas práticas de gestão ambiental e RSA no município de Nossa Senhora do Socorro-SE	Indicador não definido.
4.2.1	As ações da ASSEDIS perante as demandas do DIS	125
4.2.2	A atuação da Associação Belém na comunidade de Nossa Senhora do Socorro-SE.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		127
REFERÊNCIAS		133
APÊNDICE A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA		140
APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DAS INDÚSTRIAS DO DIS.....		142

INTRODUÇÃO

Os significativos avanços tecnológicos e do conhecimento nos processos industriais, impactam em grandes progressos, todavia, modifica e desequilibra o meio ambiente, e isso gera desigualdades sociais, degradação ambiental e a necessidade de uma maior intervenção de políticas públicas. Deste progresso, emerge a preocupação e as iniciativas de empresas privadas em apresentar alternativas para prevenir, mitigar ou solucionar os problemas socioambientais ocasionados por suas atividades antrópicas.

A partir deste contexto, este estudo tratou como objetivo de pesquisa as perspectivas dos empresários quantos as ações de Gestão Ambiental (GA)¹ a partir dos aspectos da Responsabilidade Socioambiental (RSA)², desenvolvidas em um distrito industrial em crescente potencial, contribuindo assim com o avanço da agenda do Desenvolvimento Sustentável (DS), bem como com o 9º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³, desde a promoção do emprego e renda, do bem-estar comum a ações de inovação e conservação do meio ambiente.

No contexto das atividades industriais e de ações antrópicas no meio ambiente, estimuladas por estas ações, o estudo foi desenvolvido no Distrito Industrial do município de Nossa Senhora do Socorro (DIS), estado de Sergipe. Este distrito foi implantado na década de 1980 e recebe incentivos⁴ do governo do estado, como o do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que auxilia os empresários para que mantenham suas indústrias em pleno funcionamento, garantindo empregos diretos e indiretos e fortalecendo a economia na região.

¹ Segundo Cunha *et al.* (2009), a gestão ambiental é um processo adaptativo e contínuo, no qual as organizações definem seus objetivos e suas metas relacionadas à proteção do ambiente natural, além de selecionar estratégias, meios, posturas e ações objetivas para atingir estes objetivos num tempo determinado. Tem como diretrizes e atividades administrativas e operacionais, com funções de planejamento, direção, controle e alocação de recursos. A GA demonstra a sua responsabilidade social, aliados a obtenção de bons resultados econômico-financeiros.

² Compreende em o objetivo socioambiental da empresa somado com sua atuação econômica, vinculada à perspectiva para o desenvolvimento sustentável, como forma de promoção da qualidade de vida, transparência e valores éticos (FERREIRA e GUERRA, 2012).

³ Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

⁴ Esses incentivos fiscais e locacionais possibilitam que as empresas instalem suas indústrias com redução na tributação, além de um valor mais acessível no custo do aluguel ou compra do imóvel (SEDETEC, 2020).

Segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC, 2020), o PSDI é hoje um dos principais indutores para atrair os investimentos industriais no estado. Esse programa que estabelece incentivos fiscais e locacionais é fundamental não só para os novos empreendimentos, mas também para manter a competitividade das indústrias locais implantadas, sendo imprescindível para o crescimento industrial do município de Nossa Senhora do Socorro e consequentemente do Estado de Sergipe.

Segundo a Secretaria de Indústria e Comércio de Nossa Senhora do Socorro (SEMIC, 2021), atualmente, 94 indústrias estão em pleno funcionamento no distrito e muitas delas encontraram no distrito um porto seguro para consolidação do seu negócio. O DIS está sendo considerado o maior polo industrial sergipano e conta com empresas da área de alimentos, malharias, artefatos de cimento, cerâmicas esmaltadas, renovadora de pneus, fábrica de velas, de leite de coco, de estofamentos, cosméticos e gesso, além de indústria de peças automotivas, lavanderia industrial e de prestação de serviços.

O distrito está em expansão com áreas livres para implantação de novos empreendimentos, com disponibilidade de galpões ou terrenos para compra ou locação. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) do estado, incentiva essas implantações nos negócios, ofertando concessão de benefícios fiscais, promovendo assim, a competitividade de Sergipe com outros Estados (SEDETEC, 2020).

O aglomerado de indústrias em um determinado local, como um distrito industrial, acarreta uma problemática ambiental no que concerne aos impactos sociais e ambientais provocados pelas atividades que essas indústrias exercem, a exemplo de alteração da estrutura urbana, de poluição, de geração de resíduos sólidos e de descarte indevido desses resíduos.

Desse modo, Riul *et al.* (2011, p. 92) indicam algumas medidas possíveis que os gestores podem adotar no processo de responsabilidade socioambiental empresarial: criação de certificação interna nos aglomerados industriais que contemplem práticas efetivas de gerenciamento socioambiental, rotina adequada de manutenção elétrica nos estabelecimentos, adoção de estratégias esquematiza racionais, e ainda a elaboração de planos efetivos de gerenciamento de resíduos.

Partindo dessa problemática exposta, foram formuladas questões de pesquisa a fim de desenvolver uma visão analítica na pesquisa de campo:

- Quais as percepções dos gestores do DIS quanto aos impactos socioambientais que suas indústrias provocam?
- As indústrias recebem algum incentivo fiscal para se estabelecerem no DIS?
- Em que medida as indústrias do DIS praticam ações de responsabilidade socioambiental?
- Quais as motivações das indústrias do DIS para praticarem ações de RSA e adotarem o SGA?
- Quais os motivos pelos quais as indústrias do DIS não pratiquem a gestão ambiental?
- Quais as razões para que as indústrias do DIS não implementem um sistema de gestão ambiental?

Diversos autores analisam que as empresas de diferenciados portes e setores assumiram um comportamento social e ambiental, tomando uma postura ética no mercado no qual planejam ou investem, considerando os impactos ambientais que sua empresa pode provocar ao meio ambiente. Essas práticas de responsabilidades socioambientais causam uma imagem positiva da empresa ao se comprometerem com a redução dos impactos socioambientais de seus produtos e serviços, colaborando assim na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Alguns exemplos dessas práticas são a venda de produtos ecologicamente corretos, prática de reciclagem, reutilização de resíduos sólidos, utilização de fontes alternativas de energia e captação de água, uso de papel reciclado, minimização de perdas de recursos, adoção de meios eletrônicos de comunicação, diminuição de efluentes, adoção de sistemas de gerenciamento ambiental ou até campanhas de marketing verde.

Posto isso, este estudo tem como problema de pesquisa analisar: De que forma as ações de responsabilidade socioambiental das empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, contribuem para o desenvolvimento sustentável, alinhados ao 9º ODS?

Algumas justificativas foram consideradas relevantes para que pudesse planejar e elaborar esta pesquisa e são baseadas nos contextos a seguir:

- O mercado industrial está se sensibilizando cada vez mais com os impactos que a relação homem-indústria-meio ambiente provoca, tendo em vista que esses impactos devem ser considerados como fator negativo ao desenvolvimento sustentável.

- A Lei Orgânica nº 1118 do município de Nossa Senhora do Socorro, datada de 07 de dezembro de 2015, no que se refere ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município tem como diretrizes dos conceitos do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental:

Art. 2º, I - garantia do direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à acessibilidade e à mobilidade urbana, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...] IX - planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; [...] XI - ordenação e controle do uso e ocupação do solo, de forma a evitar: [...] g) a poluição e a degradação ambiental; XII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob sua área de influência; XIII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência; XIV - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; [...] XXI - criar condições para a implantação da Política de meio ambiente, considerando-o como bem de uso comum da população; XXII - estimular a efetiva participação da população na defesa e preservação do meio ambiente por meio de educação ambiental permanente; [...]. (BRASIL, 2015).

- De acordo com o site provedor de notícias Infonet (2011), o DIS está em constate crescimento e isto pode ser percebido pela migração de muitas indústrias do Distrito Industrial de Aracaju (DIA), na capital do Estado, para o polo industrial de Socorro, o DIA que outrora já foi considerado maior e melhor polo industrial do estado.

A INFONET (2011) relatou que Sergipe foi o Estado pioneiro da região Nordeste a adotar uma política de organização do espaço urbano para a implantação de projetos industriais. O DIA foi projetado e construído ainda na década de 1970 e sempre foi uma referência nesse sentido. Porém, após mais de três décadas, o polo encontra-se descaracterizado e se transformou em um problema para a cidade, um dos problemas é que ele está sendo continuamente sufocado pelo crescimento da cidade e precisa de um projeto de

readequação. Uma solução possível para se resolver os problemas do DIA é o incentivo à mudança das indústrias para o interior do Estado, aderindo à política do governo de implantação de distritos e núcleos industriais em diversos municípios.

Algumas motivações são consideradas importantes para que esse trabalho acontecesse:

- Inicialmente, a principal motivação foi a formação da pesquisadora em Secretariado Executivo, que a habilita como co-gestora empresarial. Então, surgiu o interesse em pesquisar a gestão ambiental aliada à responsabilidade empresarial e dessa forma, ligar à interdisciplinaridade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
- Por conseguinte, a pesquisadora teve o desejo de trabalhar essa interdisciplinaridade na comunidade na qual ela reside. Por isto, a área de estudo foi o Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.
- Outra motivação à pesquisa foi adentrar o setor industriário local no que concerne à prestação de contas à sociedade e à comunidade na qual está inserido.
- Mais uma motivação foi o encargo, enquanto pesquisadora, em contribuir com a ciência e com a comunidade acadêmica local, nacional e internacional.

O estudo permite uma hipótese e considera que as indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, que tem em seu planejamento estratégico a gestão ambiental e a prática de responsabilidade socioambiental são mais visíveis, competitivas, éticas, justas com a comunidade local e contribuem diretamente com o 9º ODS.

Até o final dos anos 1980, a responsabilidade social empresarial foi tratada com muita timidez, o que pode ser explicado pelo desinteresse da área de estratégia pelas obrigações sociais das grandes empresas e pelo âmbito das políticas públicas (FARIA; SAUERBRONN, 2008, P. 8). Os autores criticam que o poder público precisa exercer um papel mais ativo no campo organizacional que constitui a área de estratégia e trabalha a responsabilidade social empresarial, e que o Estado e a sociedade civil devem buscar formas de participação social nesse campo para promover algum tipo de equilíbrio de interesses.

Essas questões ambientais e sociais são tratadas com mais seriedade e são discutidas por todo mundo, como por exemplo, no Fórum Econômico Mundial (FEM), que em 2019 tratou de temas sociais, econômicos e ambientais que estão em evidência, como o combate à desigualdade, que é uma questão política provocada por rápidas mudanças tecnológicas; e a

alarmante mudança climática, uma vez que, lamentavelmente o aquecimento global domina a sua agenda mais do que nunca.

Na pesquisa anual de riscos do evento, perigos ambientais superaram temas como ataques cibernéticos ou terrorismo. “Os organizadores também revisaram seu Manifesto de Davos, pedindo um ‘melhor tipo de capitalismo’, que vá além da criação de valor para os acionistas [...] o atual sistema econômico representa uma traição às gerações futuras.” (BOSLEY; DIAMOND, 2020). O evento está há 50 anos debatendo assuntos mundiais com a participação habitual de chefes de governo, bilionários e executivos de empresas e nesse encontro 20% da pauta debatida no certame são sobre meio ambiente.

Uma reportagem do Jornal Nacional (2020) divulgou que o FEM 2020 ocorreu no dia 24 de janeiro desse dito ano e mais uma vez teve ênfase nas questões ambientais. Temas como a celebração de compromissos ambientais fechados por grandes empresas e o aquecimento global foram debatidos nessa última edição do evento.

Para tanto, motivações devem ser consideradas na prática da gestão ambiental, como redução de carga tributária, criação de uma política permanente para a empresa, incremento do marketing verde, redução de custos operacionais e melhoria dos indicadores de produtividade e qualidade, obtenção de certificados, melhoria da imagem da empresa (ESTIGARA, 2009, p. 14 *APUD* MOURA, 2018, p.36). E como desafios, exemplificam-se a falta de conhecimento e interpretação dos procedimentos, desconfiança em relação aos custos e benefícios, a ideia dos altos custos para implantação (ANDRADE, 2012, P. 78-79).

Pelo exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar a gestão ambiental através das ações de responsabilidade socioambiental das indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro-SE, tendo em vista os seus valores empresariais e alinhamento com o 9º ODS. Para isso, apontam-se como objetivos específicos:

- a) Descrever os valores empresariais das indústrias do DIS;
- b) Identificar as ações práticas desenvolvidas pelas indústrias do DIS relacionadas à responsabilidade socioambiental;
- c) Descrever os principais impactos ambientais provocados pelas atividades do setor industriário do DIS;
- d) Identificar as motivações para a prática de ações de responsabilidade socioambiental por parte das indústrias do DIS e os principais benefícios obtidos;

e) Investigar o entendimento dos gestores do DIS quanto ao alinhamento das atividades das suas indústrias com o desenvolvimento sustentável e seus ODS;

f) Identificar as razões pelas quais as indústrias do DIS não têm uma gestão ambiental e não praticam ações de responsabilidade socioambiental.

Este texto está estruturado por partes, seções e capítulos, sendo que, o primeiro e o segundo capítulos representaram o referencial teórico da pesquisa. O primeiro capítulo discutiram os principais impactos causados pelo progresso, tanto em seus aspectos positivos, quanto negativos, bem como analisou, nesse contexto, a importância dos princípios da responsabilidade socioambiental nas empresas e debateu o desenvolvimento sustentável com foco no 9º ODS.

O segundo capítulo apresentou conceitos, desempenho e abordagens da gestão ambiental e do sistema de gestão ambiental, tratado sobre o conjunto de normas da NBR ISO 14.000 como ferramenta de certificação ambiental. E também relatou experiências de empresas que tem a gestão ambiental em suas estratégias, assim como um estudo que sugeriu um plano de ação de gestão ambiental.

O terceiro capítulo demonstrou a metodologia da pesquisa, descrevendo as abordagens, as técnicas e os procedimentos para que, sistematicamente, se chegasse à resposta do objetivo geral da pesquisa. Nesta parte estão estruturadas duas seções. A primeira tratou da delimitação e caracterização da área de estudo, com dados e imagens territoriais. A segunda abordou a caracterização da pesquisa, descrevendo o método, as técnicas, o instrumento de pesquisa, o universo e a porcentagem da amostra.

O quarto capítulo expôs a análise e as discussões dos resultados dos dados coletados na pesquisa de campo, através da aplicação de questionário na entrevista semiestruturada, realizada por meio remoto; o levantamento de informações sobre o perfil e a estrutura do DIS por meio de entrevista remota com a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro (ASSEDIS); e o levantamento de informações quanto aos projetos sociais desenvolvidos na comunidade através de entrevista remota com a Associação de Moradores do município (Associação Belém).

Na última parte do texto, estão as considerações finais que apresentaram os resultados tanto do referencial teórico, quanto da metodologia, quanto dos dados coletados na pesquisa de campo, e apresenta três propostas de melhoria para a área de estudo e propõe quatro temas para pesquisas futuras.

1 DOS IMPACTOS DO PROGRESSO AOS PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL

O presente capítulo tem por objetivo abordar os principais impactos causados pelo progresso, tanto em seus aspectos positivos, quanto negativos, bem como analisar, nesse contexto, a importância dos princípios da responsabilidade socioambiental das empresas alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, sobretudo com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A tecnologia e o conhecimento avançam de forma acelerada, trazendo assim, um ciclo de produção e consumo dos recursos naturais, exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais. Nesse contexto, o progresso é considerado como a ideia de ascensão gradativa na ciência, na tecnologia, na modernização ou na qualidade de vida humana e do meio ambiente e está associado à capacidade de produzir mais e melhor, o que pode ocasionar um desajuste no meio ambiente e na vida em sociedade, gerando segregação e danos irreparáveis.

Esse avanço tecnológico e do conhecimento trouxe consigo um modelo global de produção que atende exclusivamente às necessidades mercadológicas e de riqueza capitalista, a partir da liberdade que as empresas têm em escolher e criar produtos ou serviços que alimentarão o desejo de consumo exagerado dos consumidores. Esse processo de produção desmedido com visão de ganhos econômicos, apenas, causa degradação ambiental e o consumismo de produtos em excesso, provocando um grande acúmulo de resíduos sólidos, que são lançados no meio ambiente sem medidas de precaução ambiental.

A responsabilização dos danos ambientais causados pelas atividades empresariais e pela sua geração de resíduos de produção e consumo deve ser realizada através da reparação e ressarcimentos dos prejuízos causados. Dessa forma, é responsabilidade da indústria uma gestão ambiental aplicada na produção dos seus produtos; do consumidor investir em produtos sustentáveis e evitar desperdícios; e do poder público atuar firmemente na coleta e no tratamento dos resíduos.

Para tanto, pensando na responsabilidade de proteger a saúde e o bem-estar de todo ecossistema universal e sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos, foi elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável, como um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento

tecnológico, o direcionamento dos investimentos, e a mudança institucional estão interligados e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. O desenvolvimento sustentável é refletido nas organizações através da responsabilidade socioambiental empresarial como uma preocupação com questões sociais e ambientais, que engloba dimensões econômicas, legais e éticas.

O capítulo discute a ideia do progresso na perspectiva dos benefícios e dos problemas da tecnologia, a ética ambiental como base para a responsabilidade socioambiental e as características da responsabilidade socioambiental associada ao desenvolvimento sustentável, a partir dos princípios e diretrizes e metas do 9º ODS.

1.1 A ideologia do progresso e os riscos e consequências da tecnologia

A ideia contemporânea de progresso, de acordo com Dupas (2007 p. 74), foi consolidada pela revolução provocada por Darwin com a “Origem das espécies”, publicada em 1859, onde havia o conceito de que o homem seria uma criação original de Deus, mas sua origem se deu do macaco, dependendo assim da evolução para ter um eventual futuro melhor. Para tanto, esse pensamento também está diretamente associado aos riscos e custos de natureza socioambiental, à sobrevivência da espécie e às catástrofes futuras que ele pode gerar.

Isto se dá porque a tecnologia e o conhecimento, provenientes desse progresso, avançam, aceleradamente, provocando guerras trágicas, miséria e danos ambientais. Por intermédio da crescente e veloz demanda tecnológica da globalização, o ciclo de produção e consumo dos recursos naturais traz consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, e assim, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (DUPAS, 2007, P. 73).

O progresso, considerado como a ascensão gradativa dos avanços na ciência, na tecnologia, na modernização ou na qualidade de vida humana e do meio ambiente, pode contribuir, ambigualmente, com a sociedade em duas perspectivas: por um lado, as invenções de máquinas, as modernas construções, os novos combates às doenças - os avanços da ciência e do campo tecnológico (robótica, mecatrônica, radioatividade, fármacos etc) - que proporcionam melhor qualidade de vida nas escolas, no trabalho, nos hospitais e nas casas. Por outro lado, a humanidade sofre com guerras, armas nucleares, degradação da natureza, crises políticas/financeiras/sociais, fome e doenças. O que se aparenta é que o modo como o

progresso está sendo exercido pela humanidade atual provoca efeitos regressivos no comportamento dos homens e abala a paz mundial.

Continuando sobre efeitos da globalização, Dupas (2007, p. 74) considera que ela está interligada ao progresso, porque pode ser entendida e assumida por um discurso hegemônico associado à capacidade de produzir mais e melhor, o que pode ocasionar um desajuste no meio ambiente e na vida em sociedade, gerando segregação e danos irreparáveis. Um outro fator que gera preocupação, além dos riscos nucleares, são os riscos decorrentes da microbiologia e genética, o que envolve graves dilemas éticos e morais. Com base nessa reflexão, emerge um questionamento: como reparar danos causados pelo uso indiscriminado do progresso?

Para o autor, a globalização/o progresso propiciou vários benefícios aos seres humanos, dentre eles pode-se destacar a possibilidade de deslocar-se mais rápido, a comunicação instantânea e o viver por mais tempo. No entanto, se fazem preciso compreender e analisar quem são as pessoas contempladas com esses avanços tecnológicos, além dos riscos e custos de natureza social, ambiental e de perpetuação/sobrevivência da espécie, associado a isso, deve-se também pensar sobre as catástrofes futuras que ele (o progresso) pode ocasionar. A partir disso, é preciso saber quem é que manda.

Hayne (2003, p. 30) reforça o entendimento das consequências do progresso citando que “há muito a tecnologia, enquanto um conjunto de conhecimentos é vista como uma fonte de novos produtos e processos que propiciam o bem-estar e a satisfação das necessidades humanas.”. De maneira informal e pouco observável, foi a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII, que a tecnologia se transformou em um dos pilares das ideias econômicas, daí a origem dos benefícios sociais, através da liberdade individual e da dominação da natureza pelo homem.

No atual contexto global, a tecnologia tornou-se um mecanismo econômico que vem crescendo, de igual modo, uma preocupação constante do sistema capitalista, visando formar bases sólidas fundamentais do paradigma técnico-econômico; sendo assim, o progresso tecnológico e o econômico tornaram-se indissociáveis. O modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental está baseado no entendimento de que o progresso tecnológico é considerado como um forte indutor do desenvolvimento das nações ricas e assim, há uma tentativa de levar as nações subdesenvolvidas a adotarem o mesmo modelo, na busca de alcançarem o mesmo patamar de desenvolvimento (HAYNE, 2003, P. 31).

O mundo capitalista se ampliou com o predomínio do capital financeiro e com a inclusão dos novos mercados. Ele tornou-se mais dinâmico ao incorporar novas tecnologias e provocou mais conflitos entre a exploração de matéria-prima (considerando a natureza como um bem renovável) e o mercado consumidor mais exigente. O modo de produção capitalista é também responsável pela degradação ambiental e necessita de diferentes estratégias para trabalhar a responsabilização por esses danos. Nesse sentido, a governança tem um papel importante no cuidado com a produção industrial, adotando políticas públicas e medidas de proteção e preservação ambiental.

Conforme as tecnologias da informação foram incorporadas ao sistema produtivo global, surge uma espécie de “economia do conhecimento”, ressignificando categorias como: trabalho, valor e capital. Então, trabalho deixa de ter valor e passa a ter um preço, causando a desvalorização da mão-de-obra, a exemplo dos serviços prestados pelos operadores de computadores e de telemarketing; visto que, quanto mais indivíduos forem capacitados a operar um computador, mais baixo será o valor de mercado de sua força de trabalho.

Nesse contexto, a função do marketing e das propagandas, de acordo com Dupas, é criar serviços e objetos de desejo, que tendem a tornar obsoletos os produtos já existentes, com a finalidade de gerar concorrência em uma forma de escassez transitória e conferindo à mercadoria criada um status de valor incomparável e imensurável. O que favorece o setor industrial e a obsolescência programada dos produtos, pois quanto mais consumo, mais produção e circulação de produtos terá esse consumo desenfreado e exagerado, a falta de sensibilidade dos consumidores e a falta de responsabilização das consequências do pós-consumo, causam agravamento e problemas ao meio ambiente.

Mas qual a ligação do consumo (compras) com a obsolescência programada e com o meio ambiente? Simplesmente porque são etapas interligadas: o setor industrial ao produzir e distribuir seus produtos acaba impactando o meio ambiente, seja com a extração de matéria-prima, com a poluição ou até modificando os ecossistemas; a sociedade compra mais do que precisa; os produtos se inovam cada vez mais e atraem os consumidores, que sempre querem estar satisfeitos e atualizados; os produtos não mais utilizados se tornam sobras, são descartados, retornam à natureza em forma de lixo e se não são tratados corretamente, agredem e degradam o meio ambiente por longos períodos.

Dentre os problemas decorrentes dessa degradação ambiental, pode-se apontar a poluição do ar e a contaminação do solo, das águas superficiais e dos lençóis freáticos; riscos à saúde pública pela proliferação de diversos tipos de doenças; agravamento de

problemas socioeconômico pela presença de “catadores”; poluição visual da região; mau odor e também desvalorização imobiliária.

Vale ressaltar que, como consequência dessa estratégia de obsolescência a montanha de resíduos sólidos gerado e o envio desse resíduo para os países pobres, como por exemplo, para o país de Gana, no continente da África, onde para defraudar o Estado, encaminham os resíduos tóxicos, como material de computadores, com o nome de “material de segunda mão” ou “remanofaturados”, como sendo uma contribuição para reduzir o atraso digital dessas regiões subdesenvolvidas. Essas toneladas de "aparelhos de segunda mão", que são na verdade lixo industrial tóxico, acabam em rios ou campos onde crianças brincam, gerando inúmeros problemas socioambientais, como a poluição de rios que são base de subsistência de pessoas, através da pesca e do fornecimento de água para a manutenção da vida.

Matos; Santos (2018, p. 198) citam mais efeitos negativos da obsolescência programada através dos evidentes sinais de mudanças físicas ambientais no cenário mundial que agravados progressivamente, poderão comprometer, pelo menos, parte da população de toda Terra nos próximos anos, séculos ou milênios. Eles apontam como sinais cada vez mais comuns de serem vistos: alterações no clima, derretimento das geleiras e avanços no nível do mar, cheias e inundações, esgotamentos dos recursos hídricos, secas e desertificação.

A responsabilização desses e outros danos ambientais causados pela geração de resíduos de consumo devem ser realizados através da reparação e ressarcimentos dos prejuízos causados, independente da culpa e do ator. Sendo responsabilidade da indústria uma gestão ambiental aplicada na produção dos seus produtos; do consumidor investir em produtos sustentáveis e evitar desperdícios; e do poder público atuar firmemente na coleta e no tratamento dos resíduos.

Complementando esse pensamento, o entendimento de que atividades humanas destrutivas locais podem ter efeitos globais em longo prazo passa a ser mais ilustrada partir das bombas atômicas disparadas sobre o Japão, na Segunda Guerra Mundial (MATOS; SANTOS, 2018, p. 204). Mas a crise ambiental global amplifica-se e ameaça toda espécie humana, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX através do avanço tecnológico agregado ao crescimento econômico. Isso gerou a preocupação social com o uso do meio ambiente, a partir de manifestações e estudos concernentes a tal crise.

Nesse sentido, Larrère; Larrère (1997 p. 9) destacam que a crise ambiental pode também se caracterizar pelo que essas atividades antrópicas provocaram uma enorme quantidade de danos precisos, de poluições localizadas, de perigos e catástrofes identificados, como as de Chernobyl, Bhopal e a morte do mar de Aral e até sobre as ameaças de erosão da biodiversidade e desmatamento das regiões tropicais. Os autores também destacam que a crise ambiental chamou tanto atenção que se tornou motivo de preocupação comum e de debate público. Esse interesse conjunto reuniu todos os países do mundo na *Cimeira da Terra*⁵, no Rio de Janeiro, em 1992. O encontro contou com 117 chefes de Estado e tinha como objetivo reconciliar o desenvolvimento econômico com a proteção do meio ambiente, como a manutenção do equilíbrio entre o desenvolvimento e os recursos não-renováveis do planeta.

A tentativa de preservação da Terra traz à tona uma ideologia que se opõe ao progresso científico e industrial e ao progresso do conhecimento e que prejudica o desenvolvimento econômico e social. Implica também a responsabilidade com as gerações futuras, uma vez que, o bom uso da natureza consiste na preocupação ética das práticas ambientais atuais, ou seja, a responsabilização pela maneira do uso dos recursos naturais, pensando na forma como esse uso compromete o futuro.

1.2 A ética socioambiental e a responsabilidade das empresas diante dos impactos do progresso.

Uma vez que, do mesmo modo que o progresso impacta em novas tecnologias para viabilizar o melhoramento da vida, das relações, do trabalho, da saúde e do meio ambiente, ele também afeta negativamente a natureza, causando algum tipo de dano ou degradação. Remetendo à realidade, exemplifica-se a contemporânea produção industrial do sal, item essencial no uso alimentício humano, onde as técnicas e os processos de produção dos empreendimentos das salinas desencadeiam riscos ambientais como salinização dos solos e a geração do resíduo sólido pó de sal (SILVA; FERNANDES, 2019, P. 3-9).

Para que esse desajuste socioambiental seja minimizado, é necessário que as empresas pensem que além de atender às necessidades humanas e provocar bem-estar, é preciso pensar

⁵ A Cimeira da Terra foi o reconhecimento oficial de que a crise ambiental existe e tem uma dimensão planetária. Todos os países do mundo, estados e organizações não governamentais estavam representados nesse evento. Mas apesar do reconhecimento do encontro mundial, foram tomadas poucas decisões que permitissem levar à prática políticas eficazes de proteção e de proteção de riscos ambientais (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, P. 9).

que os recursos ambientais não são infinitamente renováveis, eles podem findar. Por isto, elas devem adotar um padrão de produção em conformidade com a ética que norteia os princípios e ações de responsabilidade socioambiental.

1.2.1 Ética socioambiental

Esse contexto do progresso marcado por riscos ao meio ambiente e a toda humanidade gera uma reflexão: qual o futuro das crianças do presente diante esse cenário de crise ambiental? A carta da Natureza das Nações Unidas, de acordo com Larrère; Larrère (1997, p. 10), proclama que toda forma de vida é única e merece respeito, independentemente do valor atribuído pelo homem, por esse motivo se evidencia a preocupação ecológica, buscando cada vez mais zelar pelos bens que a natureza oferece, para que se evite assim, que aconteça uma crise pela falta desses.

Para isso, Larrère; Larrère (1997, p. 11) afirmam que o homem precisa compreender que ele e a natureza estão em uma relação simbiótica⁶, por esse motivo, podem ser ambos protegidos, sendo possível ligar a preservação da diversidade biológica à defesa da diversidade cultural. O homem está na natureza e essa ação deve ser benéfica. É possível estabelecer uma relação analítica no que diz respeito a uso de técnicas, não significa dizer que se é contra ou a favor ao uso de técnicas, significa dizer que ao aplicar uma técnica, seja feito da melhor maneira possível, de modo a trazer menos impactos negativos possíveis ao meio ambiente. E assim, o homem é responsável pela maneira como usa a natureza e os recursos provenientes dela.

A partir disso, pode-se citar um fator muito importante que faz parte do desenvolvimento desse trabalho: a ética das práticas ambientais atuais. Larrère; Larrère (1997, p. 15) dizem que a ética ajuda a ponderar o que não se pode utilizar na natureza, determinando critérios para se fazer o bom uso dela. Os autores mencionam que desde os gregos, já havia uma ideia referente ao “bom uso”, por sinal, uma ideia muito velha encontrada em Aristóteles; outrossim, igualmente, tal pensamento pode ser encontrado no relato do Gênesis, quando Deus confia a terra aos homens, considerando-a como bem comum, para que usassem e cuidassem dela.

⁶ A simbiose é compreendida pela ecologia como relação entre duas espécies, no sentido figurado, é a relação entre duas pessoas.

O bom uso é uma preocupação que está presente na ética das práticas atuais, por isso falar do bom faz-se necessário lançar mão e mobilizar disciplinas normativas de ciências outras como o direito e a economia, por perceber que surgiram novas formas de avaliação, que visam atribuir aos elementos naturais um valor intrínseco, que não seja redutível a um valor instrumental ou, meramente econômico (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, P. 18).

Para tanto, é possível que haja uma harmonia entre a necessidade antrópica e empresarial de extrair e fazer uso dos bens naturais e o equilíbrio ambiental, seguindo normas e agindo com ética no que diz respeito à exploração do meio ambiente e se responsabilizando por algum dano que venha a ser provocado. Ações de “compensação” ou de retorno positivo ao meio ambiente são importantes para que esses bens naturais não se tornem finitos para as gerações atuais e futuras.

Para ter um comportamento social e ambientalmente responsável, a corporação necessita ter uma conduta ética. Assim, Santos (2003, p. 20) diz que: “[...] ética nos negócios são o fundamento da atuação responsável de uma empresa. São a base do comportamento moral, do julgamento do que é certo e o que é errado, e dos padrões de conduta em uma sociedade.”. Deste modo, a ética empresarial é o direcionamento para a conformidade dos padrões de conduta aceitáveis nos valores e costumes de uma sociedade.

A constituição dos valores éticos de uma empresa contribui no relacionamento com os seus acionistas, fornecedores, clientes e parceiros e dá o suporte necessário para que os empregados tomem decisões alinhadas com os valores com que estão comprometidos.

Para John Ferrel a “ética empresarial compreende princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios”. Ou seja, a ética empresarial focaliza a maneira como as decisões são tomadas nas empresas e de que modo elas podem melhorar eticamente as condutas e ações dos gestores e colaboradores. (...) “A ética empresarial é o comportamento da empresa – entidade lucrativa – quando ela age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas).” (ANDRADE, 2012, P. 18).

Para que a ética nos negócios ocorra, é preciso que a cada indivíduo da empresa também seja ético. Deste modo, Santos (2021, p. 3) afirma que, a ética é o destino de cada um seguindo sua voz interior. É assim que a ética se constitui essencialmente como caráter do homem à medida que ele faz parte de si, reflete sobre alguma ação e toma parte na vida social. A ética, então, é o esforço que cada um faz para conduzir a sua vida, por um lado, e

compartilhar seus valores com os outros que pensam semelhantemente ou que, pensando diferente, não ameaçam a sua integridade física e moral, por outro.

Dessa forma, Santos (2021, p. 9-10) destaca que a ética é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, é a reflexão crítica do ato moral e determina o que é bom ou ruim, correto ou errado e justo ou injusto.

Não há Responsabilidade Social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas junto a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de Responsabilidade Social (BOSENBECKER *ET. AL*, 2011, P. 10 *APUD* SANTOS; BENEDITO; SILVA, 2017, P. 8).

Já a ética empresarial diz respeito ao “relacionamento das empresas com todos os seus *stakeholders*, sendo essa dirigida por princípios jurídicos, legais e de boa convivência, de acordo com os valores da organização e os valores da sociedade na qual a organização está inserida.” (BENEDITO; SANTOS; SILVA, 2017 *APUD* CONSENZA; CHAMOVITZ, 2007). A discussão da ética empresarial surgiu nas organizações a partir dos conflitos existentes dentro destas, além de enfrentar dificuldades como choques culturais. A organização que trabalha com princípios éticos tem mais facilidade em se manter no mercado e com uma conduta ética, tem mais capacidade competitiva nos negócios.

Moura (2018) afirma que para que uma empresa seja ambientalmente responsável e ir além das obrigações legais concernentes ao meio ambiente, é necessário que ela possua um sistema de gestão ambiental formalizado e exerça algumas atividades como: análises de impacto ambiental de todos os seus processos, estabelecimento de metas e plano de ação ambiental, treinamento e conscientização ambiental de seus funcionários e auditoria ambiental interna e externa. Essas preocupações ambientais dos empresários são influenciadas por três grandes conjuntos de forças: pressão dos órgãos ambientais, a sociedade e o grau de inserção da empresa no mercado.

Para tanto, instrumentos como o sistema de gestão ambiental (SGA) tem sido uma das alternativas utilizadas pelas empresas para alcançarem os objetivos legais de responsabilidade ambiental. Oliveira; Pinheiro (2010) citam que, o sistema de gestão ambiental é um processo no qual exige, em suma, a formalização dos procedimentos operacionais e a instituição, o monitoramento e incentivo da melhoria contínua, possibilitando

a redução da emissão de resíduos e o menor consumo de recursos naturais. Uma das normas para certificação do modelo de GA é a ISO (*International Organization for Standardization*) 14001, que designa requisitos e exige uma série de procedimentos e iniciativas, sem determinar como devem ser executados, além de exigir que a legislação ambiental local seja cumprida.

Para que o SGA seja desenvolvido e implantado é necessário a colaboração de todos os níveis hierárquicos da organização. Porém, alguns problemas são enfrentados nessa implementação, desde o pouco envolvimento da alta direção até a dificuldade de interpretação de procedimentos escritos, em virtude do baixo nível de escolaridade e treinamento, desmotivação e até mesmo da resistência à mudança.

1.2.2 Origem e surgimento das práticas de responsabilidade social nas empresas

A literatura destaca como referência na origem da prática de responsabilidade social o industrial têxtil Robert Owen (1771-1858), que como socialista extremista, idealizava que “a iniciativa privada tem um papel fundamental a desempenhar no processo de melhoria das condições de vida das pessoas, de superação da desigualdade social e econômica.” (FAVA, 2009).

No final do século XVIII, exatamente em 1797, Owen visitou pela primeira vez a New Lanark – na época, era a maior fábrica de fiação de algodão do Reino Unido – lá ele encontrou trabalhadores em condições praticamente subumanas. Tinham homens, mulheres e crianças de até seis anos de idade, que trabalhavam até quatorze horas por dia, seis dias por semana, com salários miseráveis, em um ambiente sem nenhuma higiene e totalmente propício a várias doenças. Ele, indignado com aquelas cenas, pensou que, os administradores deveriam tomar a postura de agentes reformadores.

Então, Owen como já administrador de Lanark, construiu melhores casas para seus empregados, controlou a limpeza das ruas, construiu uma escola, montou um armazém dentro da própria indústria e ofertou mercadorias a preços justos. Como ele acreditava que o melhor investimento eram os trabalhadores e não as máquinas, reduziu a jornada de trabalho para dez horas diárias, contratava apenas crianças acima dos dez anos e proibia agressão às mesmas.

Ele escolhia minuciosamente seus gerentes, ofertava treinamento a eles, para que em sua ausência, o andamento do trabalho não fosse afetado. Para identificar problemas nas relações, provocar a competição entre os empregados a fim de melhorar a produtividade e

ainda acompanhar o retorno do desempenho individual e das equipes, Owen projetou uma metodologia, na qual hoje é conhecida como “avaliação de desempenho”. Essa avaliação consistia em um quadro com quatro cores que definiam o grau de desempenho do operário, os supervisores registravam esses desempenhos diários e Owen fazia análise periódica dessas anotações.

Com essas ações, Owen demonstrou uma mudança de atitude baseado em seus valores e reconheceu ainda mais que para que uma gestão empresarial ocorra de maneira ética e que para que se tenha qualidade nas relações, é preciso ter responsabilidade social para promover as mudanças e as melhorias necessárias.

Avançando para o início do século XX, quando o meio ambiente ainda não era um fator preocupante para as empresas, nos Estados Unidos da América (EUA), a partir das ciências administrativas e a rápida profissionalização das atividades que provocaram debates sobre a dimensão social das empresas, surge a Responsabilidade Social (RS), com os princípios básicos da filantropia e da governança e das manifestações paternalistas do poder corporativo (FARIA, SAUERBRONN, 2008). Dessa forma, as empresas foram estimuladas a levarem em consideração o curso de suas atividades e os danos que elas causavam, associado à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho.

Portanto, foi a partir das questões éticas envolvidas no contato entre as empresas e dessas com a sociedade e a filantropia empresarial⁷, é que emerge o conceito da responsabilidade social. Teoricamente, a RS originou-se na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, através de pesquisas e escritas sobre responsabilidade social corporativa. Havia a inquietação com a falta de responsabilização dos resultados negativos das atividades empresariais pela alta independência e pelo privilégio nos negócios na sociedade.

De acordo com o Instituto Ethos (2013), exploração do trabalho, abuso do poder econômico e a concorrência traiçoeira. Para tanto, os empresários começaram a ir além das

⁷ Essa expressão refere-se a termos negativos como caridade, paternalismo e assistencialismo, uma vez que eles não contribuíram diretamente com as transformações socioeconômicas reais no desenvolvimento das comunidades. Atualmente, a filantropia empresarial vai além dos interesses pessoais do empresário e é dita como uma exigência e um investimento estratégicos dentro da política da empresa. Dessa forma, essa filantropia usa termos alternativos para induzir práticas sociais como investimento social, ação social empresarial, participação social ou comunitária da empresa ou desenvolvimento social (INSTITUTO ETHOS, 2013).

obrigações morais e passaram a compensar a comunidade pelos prejuízos que ela sofre com os impactos negativos da atuação das empresas.

Andrade (2012) destaca que, embora a ética e responsabilidade social sejam temas cuja procedência é as discussões no âmbito religioso, a harmonia comércio-lucratividade com o agir, moralmente adequado, foi possível perceber que, essa relação apresenta dificuldades para as pessoas de todas as épocas. Compreende-se que o lucro é fundamental para a empresa no contexto ético-social e ambiental, porque o êxito alcançado por uma empresa garante a continuidade de empregos, disponibilidade de bens e serviços necessários, investimento na economia, na sociedade e no meio ambiente.

Nessa década de 1950, houve um aumento significativo e sensível da exigência da sociedade com as questões éticas voltadas para a responsabilidade social das empresas. Fatos como esse, fizeram com que a França, em 1977, se tornasse a precursora na criação de uma lei que passou a exigir das empresas com mais de 300 funcionários que fossem divulgados balanços que contemplassem suas ações sociais. Os Estados Unidos, por sua vez, nos anos 80, faz ressurgir o tema da ética nos negócios, especialmente, nas críticas à Escola Clássica de Administração e aos alicerces de Frederick Winslow Taylor e Henri Fayol, conhecidos como teóricos clássicos de administração.

Eventos como esses, buscavam, discursivamente, defender os direitos dos trabalhadores e dos consumidores e questionavam rigorosamente a conduta dos empresários, e focavam na busca e manutenção pela/da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas e na proteção do meio ambiente.

Já o Brasil, lançou na década de 1980, um modelo de balanço social, pela Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial Social (FIDES), entretanto, não houve consolidação desse modelo de balanço. Já nos anos 1990, o tema gera sensibilização em algumas empresas e ganha forte impulso ao longo da década, por conta da ação de entidades não-governamentais e institutos de pesquisa e pela adesão da iniciativa privada nas políticas sociais do governo. A exemplo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que desde 1997 visa defender a importância de um modelo unificado de relatório social pelo Instituto Ethos:

Em 1998 nasce o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, referência nacional na defesa dessa temática e que tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável,

tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. (ANDRADE, 2012, P. 17).

Esse Instituto é de grande relevância em muitas empresas, na política e na sociedade civil, sendo representado por meio de articulações institucionais, governamentais ou não, que buscavam disseminar propostas de condutas empresariais, éticas e, socialmente responsáveis, além de organizar e realizar eventos que abordem tal temática. Com isso, busca-se colaborar com as discussões e preparar manuais que sirvam de sedimento para a implementação de políticas e práticas socialmente responsáveis.

O conceito mais discutido recentemente da ética empresarial é a ideia de RSE, que pode ser definido como desenvolvimento sustentável e ética nos negócios. Esses temas cada vez mais têm se aproximado do cerne das estratégias das empresas. A RSE trata de forma direta os negócios da empresa e de como eles são conduzidos, tornando-se uma relevante ferramenta para a sustentabilidade das empresas, conforme apregoa o Instituto Ethos: “alguns resultados podem ser sentidos, como a valorização da imagem institucional e da marca, maior lealdade do consumidor, maior capacidade de recrutar e manter talentos, flexibilidade e capacidade de adaptação e longevidade” (ANDRADE, 2012, p. 20).

Aliados a estes fatos aqui já mencionados em relação a postura das empresas diante dos impactos provocados na sociedade, também no início da década de 1970 (século XX), com o aparecimento da questão sobre os limites do crescimento no contexto da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, surgem debates sobre a responsabilidade socioambiental das empresas.

Então, as corporações passaram a responder por obrigações mais amplas e com isso, a necessidade de uma ética empresarial que considere o meio ambiente. A partir daí as empresas passam a estabelecer e planejar seus objetivos, regras e procedimentos, consolidando a ideia de responsabilidade social empresarial como resposta às consequências das próprias atividades de suas operações.

Essa contextualização das fases do surgimento dos princípios da responsabilidade social e ambiental é descrita no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Histórico da responsabilidade social e ambiental.

1920-1970	A partir da Revolução Industrial, na Europa no século XIX, a utilização de materiais, dos recursos naturais e a emissão de gases poluentes foram maximizados. Em compensação, no início do séc. XX pesquisadores e observadores ambientais já se preocupavam com a enorme destruição dos recursos naturais e com a quantidade de lixo que a humanidade estava produzindo. O movimento ambientalista começou a ganhar impulso na década de 1920. Este movimento ganhou destaque na década de 1970 e tornou-se obrigatório na vida de cada cidadão agora. A partir daí novos conceitos de gestão, desenvolvimento regional, ecossistema, biodiversidade e responsabilidade foram agregados às questões ambientais.
1970	A partir da década de 70 as ONGs passaram a influenciar mais diretamente os pensamentos mundiais. Em contrapartida, a universalização do capital, a extração destruidora e ilimitada dos recursos naturais sem que as empresas se preocupassem com as chances dos riscos e danos, foi tratada com ênfase pelos grupos ambientalistas. A partir disso, as empresas tentaram se adaptar ao novo modelo, às regras da ISO 14000 e às ideias do Instituto Ethos, pensando na lealdade do recém público consciente e na falta dos recursos naturais.
1984-1991	A consolidação do movimento responsabilidade socioambiental foi impulsionado e organizado na década de 1990, a partir das considerações resultantes da Primeira e Segunda Conferência Mundial da Indústria sobre gerenciamento ambiental.
1987	Um novo conceito sobre desenvolvimento foi mostrado em 1987 no documento Our Common Future (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, que definiu desenvolvimento como “o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Expandindo o conceito de desenvolvimento conceito de desenvolvimento sustentável.
1998	Em 1998, O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development - WBCSD), sendo o primeiro organismo internacional de sentido puramente empresarial e com ações voltadas à sustentabilidade, conceituou RSA como "o compromisso permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo". Dessa forma, a luta pelos direitos da sociedade e do meio ambiente que perdurava desde 1920, torna-se uma prática ou política consolidada.

Fonte: Novo (2019).

Adaptação: Amanda da Conceição Rodrigues (2020).

Assim, o desenvolvimento econômico ético trabalhado no retorno social e ambiental contribui com o desenvolvimento ambiental, que para ser alcançado depende de um planejamento e reconhecimento por parte de toda sociedade que os recursos naturais são finitos. Crescimento econômico apenas, não é sustentável, pois depende do consumo crescente de energia e de recursos naturais, como será visto na parte que tratará sobre desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a gestão responsável busca compartilhar o valor do investimento em aspectos sociais e pode originar uma relação em que o sucesso da empresa seja refletido no sucesso da comunidade de forma mútua. Ou seja, quanto mais estreito seja o vínculo entre uma ação social e a atividade da empresa, maior será a oportunidade de alavancar os recursos empresariais, gerando assim, um favorecimento também para a sociedade.

1.2.3 Responsabilidade Socioambiental Empresarial – conceitos e características

Bertoncello; Chang Júnior (2007) citam a responsabilidade social empresarial como a maneira na qual a empresa conduz seus negócios e que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável incorpora ao planejamento e estratégia de suas atividades os interesses e necessidades dos seus colaboradores, da comunidade, do governo e do meio ambiente.

Santos; Benedito; Silva (2017) definem a responsabilidade social como uma ferramenta estratégica com alto poder de manter clientes e atrair novos consumidores, levando em consideração que eles preferem adquirir produtos e serviços de empresas que tenham compromisso e comprometimento social, além da preocupação com a preservação do planeta. Uma empresa consciente pode/deve contribuir de forma significativa e positiva para melhorar o bem-estar social, no que diz respeito à garantia da qualidade de vida da geração atual e das futuras.

Assim, a responsabilidade empresarial com a cadeia produtiva é uma grande preocupação da sociedade defensora do meio ambiente, porque muitas tragédias ambientais são provocadas por uma gestão que almeja somente lucros financeiros e não cumprem obrigações e regulamentos a favor de evitar riscos e possíveis catástrofes com seus produtos ou serviços.

Casos evidentes e atuais de desastres ambientais causados por intermédio antrópico, especialmente na operação industrial, causam indignação e demonstram a vulnerabilidade do

movimento sustentável, que tem um propósito voltado à transparência, mitigação de impactos e até tratados de anticorrupção. Mas mesmo assim, muitas organizações divulgam suas “atitudes responsáveis” apenas por trabalho de marketing, ou seja, muito discurso, pouca ação.

Contribuindo com esse pensamento, Santos (2003) diz que, uma empresa socialmente responsável é direcionada pela ética empresarial, em conformidade com os padrões de conduta aceitáveis nos valores e costumes de uma sociedade. Porém, a responsabilidade social vai além da ética e se refere a todo o impacto que a atuação da empresa tem sobre a sociedade e o meio ambiente, ela pode ser vista como uma prestação de contas da empresa para com a sociedade pelo “patrimônio da humanidade” que ela utiliza como recurso, contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável.

Hipoteticamente, a sociedade está cada vez mais compreendendo a importância da responsabilidade social e o quanto essa prática é relevante para a manutenção e sobrevivência das empresas. Ou seja, há uma mudança de valores dos consumidores atuais, por esse motivo, a responsabilidade social avança rapidamente, como fator preponderante para as organizações, o que é possível acreditar que não se trata de uma tendência passageira, mas algo duradouro.

O uso da natureza e as intervenções antrópicas não seriam de fé errado, segundo Souza (2020), porém, o que se deve trabalhar é o reconhecimento do papel e da importância de cada componente ecológico e tratar sua exploração, de fim econômico ou não, com equilíbrio e uma limitação que demonstre que não dá para substituir o valor de cada ser por um outro similar. Assim, se faz necessário a justificativa da prática exploratória e através da ética criar possibilidades que protejam o meio ambiente quanto aos danos que ela sofre com a extração de recursos, propiciando assim, ações de compensação.

Um exemplo prático disso é quando uma empresa está preocupada em atender à gestão socialmente responsável, ela alinha suas estratégias e objetivos de negócio em conformidade com os benefícios que todos os seus públicos (interno/externo) irão ter. Ela elabora em código de ética para os empregados alinhado às práticas de responsabilidade social; valoriza, qualifica, avalia e desenvolve seus empregados; seleciona fornecedores convergentes com suas diretrizes; tem uma conduta diferenciada de atendimento a clientes e consumidores, se preocupa e acompanha os impactos de suas atividades no meio ambiente; e ainda mantém um relacionamento amistoso com a sociedade e com o governo.

Responsabilidade social pode se tornar fator determinante na fidelização de muitos consumidores conforme apontam pesquisas desenvolvidas desde 2000 pelo Instituto Ethos. As pesquisas avaliam a percepção do consumidor brasileiro sobre responsabilidade social e seus dados mostram um consumidor preocupado com a ética e o tratamento dado aos funcionários. Assim, empresas que se interessam e participam de ações sociais, que cuidam do meio ambiente e não focam exclusivamente suas ações em lucro tendem a serem valorizadas pelos clientes. Compreende-se que a decisão das pessoas em comprar tem ido além do mero consumismo, envolvem preocupações com o meio ambiente, com a qualidade de vida dos trabalhadores e com a qualidade do produto ou serviço (ANDRADE, 2012, P. 24).

Por outro lado, o Instituto Ethos (2013) cita que as forças dos avanços mundiais e a tecnologia levaram empresas a incorporar a dimensão socioambiental em sua gestão como uma estratégia de visibilidade e aptidão à concorrência. Hoje, as empresas querem associar suas marcas a projetos, iniciativas e parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), divulgam as Metas do Milênio, os Princípios Pacto Global, ostentam as ISOs e apresentam relatórios:

Por outro lado, os gestores recebem uma avalanche de informações, banalizando as práticas e as políticas de responsabilidade social e os processos de gestão. Parece que as preocupações estão mais direcionadas a mostrar que somos “socialmente responsáveis” e “sustentáveis” do que integrar a dimensão socioambiental nos negócios. E ainda se supõe que “sustentável” se refere aos aspectos ambientais e “responsabilidade social” aos aspectos sociais, e que sustentabilidade é um novo modelo de negócios, mais “moderno” do que responsabilidade social (INSTITUTO ETHOS, 2013, N.P).

Contudo, segundo a visão clássica empresarial no contexto competitivo, as empresas que praticam ações que consideram as questões socioambientais como uma tarefa além da obrigatoriedade legal, aumentam os custos operacionais e diminui lucro das empresas. Por isso, o questionamento a prática da responsabilidade social nos negócios é enérgico e confronta o desempenho econômico e socioambiental. Nessa visão, os negócios buscam lucros rápidos, ludibriando alguns regulamentos, ao invés dos lucros a longo prazo, cumprindo leis e normas no sentido de atuar responsável e sustentavelmente e provocar um impacto positivo na sociedade.

Bertoncello; Chang Júnior (2007) reforçam que, o crescente aumento da complexidade dos negócios, o avanço de novas tecnologias e a inovação da produtividade aumentou o potencial de competitividade entre as empresas. Porém, as empresas tendem a praticar a responsabilidade socioambiental apenas como forma de valorização do seu

marketing empresarial e como forma de diferencial competitivo de mercado, desvalorizando seu real objetivo em busca de atingir a sustentabilidade.

As práticas de responsabilidade socioambiental atualmente têm sido bastante discutidas pela sociedade e empresários dos mais diversos setores da economia, com propósito de minimizaras consequências tanto em relação aos problemas já existentes, bem como os que poderão ser gerados posteriormente no meio ambiente, estes têm abraçado a causa com uma postura diferenciada em relação ao tema (MOURA, 2018, p. 13).

Esse tipo de responsabilidade empresarial é um compromisso contínuo dos empresários que procura adotar um comportamento ético e que contribui com o desenvolvimento econômico, proporcionando assim, a melhoria da qualidade de vida de seus empregados e de seus entes, da comunidade na qual está inserida e de toda sociedade.

A Figura 1 a seguir relaciona as definições de responsabilidade social empresarial e de responsabilidade socioambiental.

Figura 1 - Responsabilidade social empresarial x Responsabilidade socioambiental.

Responsabilidade Social Empresarial ou Responsabilidade Social Corporativa	Responsabilidade social empresarial é o termo mais utilizado, atualmente, no Brasil, para referir-se ao comportamento desejado das empresas nas suas relações com seus públicos ou partes interessadas (<i>stakeholders</i>), no curto e no longo prazo. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social define: “Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.
Responsabilidade Socioambiental	Com a crescente aproximação entre dimensões sociais e ambientais nos debates sobre desenvolvimento sustentável, o termo responsabilidade socioambiental vem sendo mais utilizado, podendo referir-se a condutas empresariais, mas também aplicado a outros tipos de organizações, uma vez que indivíduos e organizações que atuam em diferentes setores são estimulados a refletir sobre suas responsabilidades em relação aos desafios sociais e ambientais do planeta.

Fonte: Schommer (2008) adaptado por Moura (2018).

Portanto, segundo a Figura 1 apresentada acima, a responsabilidade social empresarial é a forma na qual a empresa se comporta, se relaciona e apresenta meios de promover melhoria e o desenvolvimento do seu público interno e externo e com a

comunidade/sociedade na qual está inserida, através de ações e práticas que podem envolver serviços sociais de qualidade de vida como projetos filantrópicos e educacionais, oportunidade de empregos, assim como, apoio na infraestrutura e nos projetos sociais da comunidade.

Já a responsabilidade socioambiental empresarial é a qual a empresa leva sua preocupação além do local e passa a se responsabilizar também pelos desafios e impactos sociais e ambientais globais. Assim sendo, uma empresa socioambientalmente responsável é aquela que possui uma gestão com metas que estão alinhadas ao desenvolvimento sustentável, no intuito de contribuir com a preservação dos recursos naturais e culturais, com o respeito à diversidade e com a redução das desigualdades sociais.

Para Riul *et al* (2011), os aspectos de uma gestão tornam possível que uma atividade industrial seja menos danosa ao meio ambiente e à sociedade, levando-se em conta a importância do envolvimento do empresariado, bem como da sua relação com órgãos públicos e outras entidades. As práticas sistematizadas de um gerenciamento socioambiental, sobretudo no que diz respeito à geração descontrolada de resíduos, é um aspecto que contempla todo o processo produtivo e provoca sérios riscos ao trabalhador e ao meio ambiente.

1.2.4 Empresa socioambientalmente responsável

Quando se fala em se ter responsabilidade e sensibilidade no entendimento do conceito sustentável global, a primeira impressão que vem logo à mente são os papéis e as ações conjuntas dos governos mundiais junto aos movimentos de desenvolvimento e meio ambiente. Porém, as empresas também tem importante função nesse processo, que vai além da visão humanística da pessoa jurídica e está relacionado ao interesse em manter o mercado preparado para modificações e mesmo assim, manter-se firme.

Para tanto, a responsabilidade socioambiental como sistema necessita do papel de todos *stakeholders*⁸ para uma gestão organizacional que contemple o desenvolvimento regional sustentado. Segundo Ferreira; Guerra (2013) *apud* Melo Neto; Froes (2001), as visões acerca do sistema de responsabilidade socioambiental empresarial é uma ação

⁸ *Stakeholders* são pessoas que têm interesse na gestão de empresas ou na gestão de projetos, tendo ou não feito investimentos neles. Exemplos de *stakeholders* são gestores da empresa, empregados, fornecedores, clientes, sindicatos, comunidade (CAMARGO, 2019).

executada pelos e para os seus variados *stakeholders* e precisa de alguns vetores para acontecer:

- V1 – O primeiro vetor da responsabilidade social se refere às ações que apoiam o desenvolvimento da comunidade onde atua.
- V2 – O segundo vetor é voltado para a preservação do meio ambiente através de atividades internas e externas a empresa.
- V3 – O terceiro vetor compreende em ações de investimentos na qualificação de seus funcionários, no bem-estar dos mesmos e de seus dependentes. Essas ações internas são diretrizes estratégicas para valorização do capital humano como força competitiva.
- V4 – A comunicação das práticas da empresa de forma ética e transparente compõe o quarto vetor da responsabilidade social. A divulgação sobre a empresa pode ser tanto em seu próprio site, murais, jornais, entre outros, porém o modo mais eficaz é o balanço social, na qual são publicadas todas as informações econômicas, sociais e ambientais da empresa.
- V5 – O quinto vetor consiste na política da relação da responsabilidade socioambiental com a rentabilidade dos acionistas.
- V6 – Para uma gestão de responsabilidade social satisfatória é preciso entrar em sinergia com seus parceiros, que são o governo, fornecedores e sociedade civil, no qual se sentem motivados a trabalharem com empresas socialmente responsáveis.
- V7 – O cliente é a essência de qualquer empresa, esse que passa atualmente por sensibilização quanto ao equilíbrio socioambiental necessário, buscando cada vez mais comercializar com empresas socialmente responsáveis. Deste modo, o sétimo e último vetor proposto procura determinar as ações sociais no relacionamento empresa-cliente.

Uma empresa de conduta socioambientalmente responsável é atraída principalmente pelos benefícios que isso gera para ela mesma, como redução de custos, melhoria da produtividade, crescimento de receitas, acesso a mercados e capitais, melhoria na gestão de recursos humanos, maior capacidade de atrair e manter talentos, valorização da imagem, maior lealdade do consumidor, capacidade de adaptação, longevidade da empresa e diminuição de conflitos.

Redução da carga tributária; forma alternativa de recolhimento de alguns tributos; criação de uma política permanente para a empresa; incremento do marketing social; redução de custos operacionais e melhoria dos indicadores de produtividade e

qualidade; lealdade dos clientes; melhoria da imagem da empresa; divulgação do balanço social e dos indicadores de responsabilidade social; obtenção de certificados e selos e preferência nas licitações e contratações com o poder público (ESTIGARA, 2009, p.14 *APUD* MOURA, 2018, P. 36).

Dias (2011) complementa essa afirmação citando os benefícios financeiros que as empresas podem obter ao reduzirem os resíduos lançados no meio ambiente natural:

- a) Menores gastos com matéria-prima, energia e disposição de resíduos, com menor dependência de instalações de tratamento e de destinação final de resíduos;
- b) Redução ou eliminação de custos futuros decorrente de processos de despoluição de resíduos enterrados ou de contaminação por eles;
- c) Menores complicações legais (que representa ganho obtido pelo não pagamento de multas ambientais);
- d) Menores custos operacionais e de manutenção;
- e) Menores riscos, atuais e futuro, a funcionários, público e meio ambiente e menores despesas.

O Quadro 2 a seguir elenca os possíveis benefícios das empresas com posturas e práticas de gestão mais responsáveis:

Quadro 2 - Benefícios das práticas de responsabilidade socioambiental nas empresas.

Valorização da imagem e geração de vantagens competitivas	• Vantagem competitiva pela valorização da postura da empresa pelos consumidores, levando-os a preferir comprar seus produtos; • Lealdade do consumidor; • Valor agregado à imagem institucional da empresa; • Reputação e confiabilidade da empresa; • Valorização no mercado de ações, uma vez que investidores privados que desejam segurança e rentabilidade de seus investimentos no longo prazo tendem a preferir ações de empresa que integram fundos de investimento que consideram as boas práticas de governança.
Continua	

Continuação	
Ampliação de oportunidades de negócios	• Novos negócios com populações mais pobres; • Produtos e serviços que atendam a novas necessidades relacionadas à questão social e ambiental; • Aumento do contingente de consumidores, decorrente de elevação e de melhor distribuição de renda na população; • Acesso a novas fontes de capital, por meio de melhores práticas de governança corporativa; • Acesso a mercados que adotam critérios mais exigentes em relação à gestão empresarial; • Desenvolvimento da flexibilidade, da capacidade de inovação e de adaptação às mudanças.
Redução de custos	• Promoção da eficiência, economia de energia e de insumos, por meio da redução de desperdícios; • Desenvolvimento de tecnologias mais avançadas; • Engajamento dos funcionários; • Redução de gastos com segurança; • Redução de custos decorrentes de acidentes e multas; • Oportunidade de captação de recursos a juros mais baixos, em função de avaliações de riscos mais favoráveis por investidores; • Compra de insumos com melhor qualidade e melhores preços, em função de boas relações com fornecedores; • Estímulo a inovações nos processos produtivos.
Redução de riscos	• Proteção contra possíveis desgastes de imagem, resultado de conduta mal vista pela sociedade, que venha a ser divulgada; • Redução de riscos de acidentes, em função de abordagem proativa e preventiva; • Redução do risco de sofrer punições e multas; • Criação de vínculos de aceitação e colaboração mútua com a comunidade, evitando riscos de conflitos ou sabotagem; • Redução de riscos de assaltos, sequestros ou sabotagem, em função de maior equilíbrio econômico e social; • Maior longevidade da empresa, na medida em que boas relações com os diversos <i>stakeholders</i> e, a postura proativa em relação aos desafios sociais e ambientais, tendem a contribuir para sua sustentabilidade; • Redução de riscos de sofrer efeitos de desastres ambientais, em função de maior equilíbrio nas condições climáticas do planeta.
Continua	

Conclusão	
Facilidades operacionais	• Maior facilidade para obter licenças legais para operar, por parte dos órgãos reguladores; • Maior facilidade para obter licenças para atuar em mercados específicos; • Maior aceitação ou menor oposição das comunidades em que operam; • Maior aceitação ou menor oposição de movimentos e organizações da sociedade civil global; aumento da produtividade; • Habilidade para atrair e manter parceiros de negócios e colaboradores qualificados; • Estímulo a um ambiente de inovação – novos produtos, redução de resíduos.
Melhorias no clima organizacional e no comprometimento dos funcionários	• Motivação dos funcionários; • Oportunidade de desenvolvimento de lideranças entre os funcionários, pelo engajamento em novos processos produtivos, relações com diversos <i>stakeholders</i> e engajamento em projetos sociais; • Atração, revelação e retenção de talentos para a empresa; • Consolidação de valores de cooperação e solidariedade internamente; • Redução de níveis hierárquicos e da necessidade de mecanismos de controle; • Incentivo à cidadania entre os trabalhadores, seja no âmbito das empresas ou na sua vida pessoal e comunitária.

Fonte: Schommer (2008) organizado por Moura (2018).

Para Andrade (2012), as empresas ainda relutam em se adequar a uma gestão pautada na ética e na responsabilidade socioambiental devido à falta de conhecimento e pela desconfiança em relação aos custos/benefícios, pois atrelam a adesão dessa gestão a altos custos para implantação e manutenção das suas atividades e processos. Isso gera desafios que podem dificultar o desenvolvimento das práticas responsáveis nas empresas, a saber:

- A visão equivocada de que o estado e sociedade civil têm o papel primordial de cuidar das questões sociais, enquanto cabe às empresas o papel produtivo e gerador de riquezas, ainda são predominantes no meio empresarial e na sociedade;

- A falta de coerência entre os investimentos sociais e as práticas empresariais, por exemplo, empresas que apóiam projetos ambientais, mas que não avançaram no monitoramento da sua gestão ambiental, ou que apoiam projetos sociais e estão no topo de rankings de reclamações de consumidores;

- Não querer arcar com os custos financeiros, políticos, institucionais para definir novos padrões, uma vez que a inovação em práticas gerenciais pode representar esforços e custos iniciais extras.

Portanto, pelo pressuposto de que a falta de uma gestão socioambientalmente responsável afeta as esferas econômica, social e ambiental, essa problemática abraça a necessidade de adoção de parâmetros e medidas de responsabilização dos riscos ambientais, numa ação conjunta entre sociedade, governo e iniciativas privadas. A demanda do desenvolvimento sustentável nos tempos atuais preconiza uma melhoria do bem-estar da humanidade ligada à redução dos riscos ambientais e da escassez dos recursos naturais, para que as próximas gerações não sejam afetadas por essa carência ambiental.

1.3 A responsabilidade socioambiental no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU

O Desenvolvimento Sustentável passou a ser discutido e introduzido a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, na década de 1960, quando a visão de que a Terra tem um ecossistema frágil e interdependente e a responsabilidade de proteger a saúde e o bem-estar desse ecossistema passou a ser uma preocupação global. Como essa preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos continuou a crescer, e em 1972, a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.

O evento foi um marco mundial e sua Declaração final contém 19 princípios que representam um Manifesto Ambiental até hoje, que contempla, conforme diz a ONU, a necessidade de *inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano*, o Manifesto estabeleceu as bases para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas.

Em 1975, delegados de diversas partes da Europa discutiram a urgente necessidade de uma base ética para a supervisão/administração global, assim como de estratégias para a gestão/gerenciamento do sistema Terra, que deveria ser substituída por estratégias deliberadas de boa gestão que sustentem o ambiente e o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento social e econômico VEIGA (2014).

Já em abril de 1987, na Noruega, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como a Comissão de Brundtland.

Essa Comissão publicou um relatório inovador “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

O relatório citava que “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” e que ele é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico, o direcionamento dos investimentos, e a mudança institucional estão interligados e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.

Após mais de duas décadas de trabalho e com as recomendações feitas pela Comissão de Brundtland, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, colocou a demanda diretamente na agenda pública. Então, foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio +20 ou a “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida, nela foi adotada a “Agenda 21”, como um diagrama para a proteção da Terra e seu desenvolvimento sustentável.

Nessa época, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento e a enorme necessidade para o desenvolvimento sustentável, impulsionaram os governos a traçarem um programa detalhado para modificar o atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, protejam a atmosfera; combatam o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; previna a poluição da água e do ar; detenha a destruição das populações de peixes e promova uma gestão segura dos resíduos tóxicos.

Conforme Cavalcanti (2018), na Cúpula da Terra foi elaborado um plano de ação, voltado a viabilizar a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento sustentável. Na Agenda 21 foi reforçando a ideia de que o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente devem ser comungados e foi aprovada a Declaração do Rio, no qual merecem destaque os seguintes princípios:

Princípio 1. Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

[...]

Princípio 3. O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

Princípio 4. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste.

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável é expresso no Princípio 3, ou seja, a satisfação das necessidades das gerações presentes não deve comprometer a possibilidade de igual satisfação das necessidades das gerações futuras, sendo conceituado como equidade intergeracional.

Em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, que cujo documento final dispõe o desenvolvimento de metas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e que tinha data limite para serem alcançadas até o final de 2015.

No documento foram elaborados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 2), deveriam ter embasamento científico para a criação de metas e para a utilização de indicadores que confirmam corretamente seu progresso e ainda determinou a criação de processos para o estabelecimento desses objetivos (PNUD, 2015, P.17).

Figura 2 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: PNUD, 2015.

Para PNUD (2015), os ODS têm o papel importante na criação e no fortalecimento de uma cultura sustentável e responsável na sociedade, nas governanças e nas empresas, visto que, procuram promover medidas urgentes para o compromisso com a agenda sustentável da ONU a partir da conservação de recursos naturais, do combate às mudanças climáticas e da adoção de práticas de produção e consumo mais sustentáveis. E assim, promover a ética e valorizar e defender políticas que garantam os direitos do trabalhador, como saúde e segurança no trabalho.

Todos esses encontros e deliberações findaram em um guia que norteia ações conjuntas internacionais, que consiste em uma agenda com plano de ação para que até 2030 as pessoas e o planeta estejam em situação mais sustentável e resiliente.

1.3.1 Agenda 2030

Para adentrar na discussão sobre a Agenda 2030, é necessário falar sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que partiram de uma série de cúpulas multilaterais realizadas durante os anos 1990 sobre o desenvolvimento humano. O processo de

construção dos ODM contou com especialistas renomados e esteve focado, principalmente, na redução da extrema pobreza.

A Declaração do Milênio e os ODM (Figura 3) foram construídos por especialistas renomados e esteve focado principalmente, na redução da extrema pobreza e foram adotados pelos Estados-membros da ONU em 2000 para impulsionarem os países a enfrentarem os principais desafios sociais no início do século XXI.

Figura 3 - Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2021).

Esses oito Objetivos foram norteadores globais de políticas para o desenvolvimento e contribuíram para orientar a ação dos governos nos níveis internacional, nacional e local por 15 anos. Em 2010, a Cúpula das Nações Unidas sobre os Objetivos do Milênio demandou a aceleração na implementação dos Objetivos e elaborou recomendações sobre os próximos passos após 2015, no sentido de discutir uma nova agenda de desenvolvimento (PLATAFORMA AGENDA 2030; 2021). Nesse meio tempo, em 2012 os ODM foram substituídos pelos ODS através da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conforme visto anteriormente.

Em 2015, na Assembleia Geral da ONU, foi adotado o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, como um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos. E é também um plano de ação para

todas as pessoas e o planeta que foi coletivamente criado para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até 2030.

Segundo sua Plataforma, “a Agenda 2030 consiste em uma Declaração, em um quadro de resultados - os 17 ODS e suas 169 metas -, em uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, bem como de um roteiro para acompanhamento e revisão”. Os 17 ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030, sendo eles integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Assemelham-se a uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações para: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (Figura 4).

Figura 4 - Próximas ações de implementação da Agenda 2030.



Fonte: Plataforma Agenda 2030 (2021).

Ao combinar os processos dos Objetivos do Milênio e os processos resultantes da Rio+20, a Agenda 2030 e os ODS o país passa por uma nova fase para o desenvolvimento, que busca integrar por completo todos os componentes do desenvolvimento sustentável e engajar

todos os países na construção do futuro sustentável e com condições à sobrevivência da humanidade. Todos têm alguma tarefa a cumprir nessa construção e as indústrias tem grande responsabilidade nesse sistema, por isso, elas também têm o designo de atingir as metas de um ODS.

1.3.2 ODS 9: foco na indústria, na inovação e na infraestrutura

Dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, esta pesquisa concentrará suas análises e discussões no ODS 9 (Figura 5), que está diretamente focado no desenvolvimento da infraestrutura, na promoção da industrialização inclusiva e sustentável e no fomento à inovação. Esse objetivo é de primordial importância para o fomento do desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo, independentemente do grau de maturidade econômica.

Figura 5 - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 9.



Fonte: Pacto Global – Rede Brasil (2020).

Apesar da ampla disponibilidade de indicadores econômicos, especialmente para os agregados macroeconômicos, que fazem parte das contas nacionais de cada país, foram identificadas dificuldades referentes à escolha de indicadores específicos para metas que carecem de maior definição e à desagregação destes.

A promoção da industrialização inclusiva e sustentável refere-se ao aumento da participação da indústria de forma agregada na economia nacional em bases ambientalmente sustentáveis e socialmente inclusivas. O conceito de industrialização inclusiva e sustentável é inovador e necessitará da elaboração de indicadores específicos capazes de capturar de forma completa as dimensões econômicas, sociais e ambientais que vão além dos tradicionais indicadores macroeconômicos utilizados nas contas nacionais.

PNUD (2015) distingue que o ODS 9 como de primordial importância para o fomento do desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo e tem por finalidade promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.

Pensando nas práticas responsáveis como contribuição para o desenvolvimento sustentável, algumas ações e iniciativas para com o setor industriário são necessárias para indicar esse progresso. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015) cita alguns incentivos fiscais para a adoção de práticas sustentáveis como indicadores de desenvolvimento sustentáveis: Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS ecológico); participação dos bancos no processo de financiamento nas atividades ambientais e sociais; concessão de financiamento para instituições sustentáveis; participação das empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa); número de empresas que utilizam o relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI); adoção de padrões internacionais de gestão ambiental pelas empresas.

Conforme explicitado na Figura 6 abaixo, o ODS 9 é sustentado por metas que visam incentivar, medir e valorizar as ações do poder público para promover a prosperidade da indústria sem criar danos à sociedade e ao meio ambiente. E focam no investimento em tecnologia, com o objetivo de modernizar toda a cadeia produtiva, propiciando inclusão social, emprego e renda (GOMES, 2017).

Figura 6 - Metas do ODS 9.

Meta	Descrição
9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos aumentada e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.
9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às <i>commodities</i> .
9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Fonte: Gomes (2017).

Baseados na qualidade, na inclusão e na sustentabilidade, as metas do ODS 9 reforçam o comprometimento com o desenvolvimento da infraestrutura regional e transnacional; a maior participação da indústria no setor de emprego e no Produto Interno Bruto (PIB); o acesso de pequenas indústrias e outras empresas aos serviços financeiros; o fortalecimento da pesquisa científica e da capacidade tecnológica de setores industriais; e o emprego pleno e produtivo para todas as mulheres e homens (GOMES, 2017).

As metas do ODS 9 buscam a construção de estruturas resilientes e modernas, o fortalecimento industrial eficiente, o fomento da inovação, com valorização da micro e pequena empresa e inclusão dos mais vulneráveis aos sistemas financeiros e produtivos. Além de investimentos em infraestrutura e em inovação fundamentais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento, para que assim, seja garantida uma rede de transporte público e infraestrutura urbana de qualidade.

Considerando-se que, o desenvolvimento sustentável está incorporado ao conceito de responsabilidade social, porque sem a relação do avanço social com o cuidado ambiental, o crescimento econômico contínuo da empresa perde força, entende-se que esse mesmo crescimento econômico não progride e não tem amparo sem a relação e o equilíbrio dos programas sociais com os projetos ambientais.

Por isto, o desenvolvimento sustentável é refletido nas organizações através da RSE como uma preocupação com questões sociais e ambientais, que engloba dimensões econômicas, legais e éticas. Silveira e Petrini (2018) afirmam que o modelo para as organizações interpretarem a sustentabilidade é através da integração de três dimensões: econômica, ambiental e social.

Se tratando das práticas industriais sustentáveis pelo ODS 9, os ODS representam negócios mais responsáveis, eficientes, competitivos e transparentes; práticas industriais menos agressivas ao meio ambiente e aos recursos naturais; contribuição para o bem-estar geral, saúde e qualidade de vida no planeta. Quando uma indústria incorpora as metas dos ODS em suas estratégias, ela se compromete com a excelência na gestão, preocupando-se com a padronização de seus processos e adotando integração de todos os setores e sistemas de gestão, bem como a obtenção de certificados com a ISO.

Segundo o site Movimento ODS de Santa Catarina (2021), o gestor industrial que quer promover uma mudança estratégica e o desenvolvimento sustentável, deve seguir um modelo de negócios sustentável pela ODS 9, sob o caminho da prática denominada “emprestar, usar, devolver”. Na perspectiva dessa prática, o acúmulo de resíduos é praticamente nulo, há o aproveitamento máximo de recursos, se tem a ecoeficiência. Essas ações trarão até 2030 maiores oportunidades de mercado e aumento significativo de emprego e renda.

A empresa que busca o desenvolvimento sustentável por meio da disseminação da Agenda 2030 abraça a responsabilidade de apresentar para a sociedade global suas contribuições, seus esforços e suas soluções quanto ao impacto das realidades expressas nos 17 ODS em suas 169 metas, que buscam identificar problemas e superar desafios que têm alcance mundial. Para isto, é necessário um esforço coletivo nessa atuação que deve se tornar cada vez mais presente na vida das organizações, nas relações entre público, privado e sociedade civil (EMBRAPA, 2018).

A título de exemplo, a Embrapa (2018) segue as metas do ODS 9 dentro de sua estrutura de Unidades de Pesquisa, onde trabalhos são realizados buscando aumentar a competitividade e sustentabilidade da produção agropecuária do Brasil. Com isto, ela

intenciona continuamente a produtividade, tendo os aspectos ambientais como parâmetros e o uso de técnicas agronômicas e veterinárias compatíveis com as melhores técnicas disponíveis. Esses trabalhos desenvolvidos pela Embrapa pretendem viabilizar soluções de pesquisa que impliquem inovação e sustentabilidade para a agricultura.

O aumento do consumo e a alta demanda no mercado consumidor impulsionaram o desenvolvimento de pesquisas sobre a produção o processamento agroindustrial desenvolvidos pela Embrapa, que contribuíram para o segmento disponibilizando tecnologias e indústria, inovação e infraestrutura. Para tal, a empresa adotou estratégias de melhoramento genético, de identificação e de controle sanitário de animais e de manejo associado a uma eficiente gestão ambiental, que contemplou a adoção de boas práticas de manejo.

A contribuição da Embrapa para o fortalecimento de infraestruturas resilientes e o desenvolvimento da industrialização inclusiva e sustentável se faz através de soluções tecnológicas que impliquem inovação e sustentabilidade para a agricultura brasileira. Visando reduzir o desperdício e as perdas de alimentos desde o beneficiamento industrial até o consumo consciente, por meio da indução de pesquisas que objetivem determinar formas alternativas e inteligentes para um maior aproveitamento industrial.

Portanto, as práticas industriais sustentáveis pelo ODS 9 se dão por meio de conhecimentos, ações, tecnologias, modelos, processos e serviços disponíveis que podem ser utilizados e replicados nos contextos industriais para apoiar o alcance das metas e o avanço dos indicadores da Agenda 2030 ONU (EMBRAPA, 2018). Como será visto no próximo capítulo, a gestão ambiental é uma ferramenta de estratégias para o gerenciamento produtivo racional nas empresas, que proporciona métodos e técnicas na prática empresarial responsável, contribuindo com o alcance do desenvolvimento social, econômico e ambiental, perfazendo as metas dos ODS, e consequentemente, o plano de ação da Agenda 2030.

2 GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

O presente capítulo apresenta os conceitos e desempenhos da gestão ambiental e do sistema de gestão ambiental, a família da ISO 14000 e também estudos de caso sobre as organizações que possuem ou que deveriam possuir a gestão ambiental.

A gestão ambiental orienta as empresas a gerenciarem racionalmente suas atividades para melhorarem seus negócios, preservando o meio ambiente e o compensando pelos impactos que ele sofre pela cadeia dos processos produtivos. Para isso, ela indica diretrizes e que servem como normatização para as práticas de natureza socioambientais, nas quais a empresa assume o compromisso de compensar o meio ambiente e a sociedade pelos problemas ambientais que causam. Essas diretrizes acompanham de maneira direta o desenvolvimento sustentável e o que sugerem os seus objetivos.

Mas para que a empresa desperte o interesse em agir em conformidade com a gestão ambiental, é necessário também que ela sofra fortes influências do governo, da sociedade e do mercado. Pelo governo, a influência se dá pela fomentação de leis e resoluções e ambientais e pela fiscalização dos órgãos ambientais. A sociedade civil influencia com cobranças, denúncias e defesa de causas ambientais e sociais. Já o mercado é o mais potente influenciador nesse caso, visto a alta competitividade mundial, que provoca as empresas a estarem em conformidade com as regulamentações; os investidores procurarem investir em empresas que cumprem as legislações para minimizar os riscos de perdas; e a crescente procura dos consumidores por produtos e serviços ambientalmente corretos.

Ao tentar implementar a gestão ambiental em suas estratégias, a empresa deve considerar alguns empecilhos como altos custos de implementação e adaptação, a resistência à mudança, falta de conhecimento da conjectura teórica das diretrizes e a desconfiança em relação aos seus custos e benefícios. Já nas fases de implementação das práticas de gestão ambiental, para que as empresas comecem a lidar com os seus problemas ambientais, são levantadas as abordagens problemáticas de controle da poluição, de prevenção da poluição e de estratégia.

Para se atingir os objetivos da gestão ambiental, é necessário que a empresa possua um sistema que defina os objetivos, que formule a política empresarial, que coordene as atividades e que avalie os resultados. Para isso, Sistema de Gestão ambiental é parte do sistema de gerenciamento dos aspectos ambientais, para cumprir requisitos legais, e abordar

riscos e oportunidades. Nele são especificados e designados setores, funções e responsabilidades, práticas, planejamento e operações, avaliação de desempenho e melhorias.

Os modelos de SGA seguem as diretrizes da gestão ambiental, são passíveis de auditoria e de certificações ambientais, como a ISO 14001, que integra o sistema de gestão geral da estrutura organizacional e que inclui atividades que visam promover uma abordagem da gestão ambiental de produtos, aumentar a capacidade de alcançar um desempenho ambiental e minimizar os impactos ambientais de suas atividades.

Para que se tenha uma melhor percepção da gestão ambiental na prática, na última parte deste capítulo são apresentados quatro estudos de caso, que em síntese, demonstram as motivações, as dificuldades e os benefícios que uma empresa de saneamento básico, cinco agroindústrias sucroalcooleiras, uma fábrica de automóveis e uma empresa mineradora tiveram ao implementar ou em projetar a implementação da gestão ambiental em suas estratégias empresariais.

2.1 Conceito e desempenho da gestão ambiental

Gestão ambiental é um conjunto de diretrizes e atividades administrativas aplicadas por uma organização para alcançar efeitos positivos sobre o meio ambiente, no que diz respeito a redução, eliminação ou compensação dos problemas ambientais que suas atividades impactam e ainda, evitar que problemas futuros aconteçam (BARBIERI, 2016, P. 121).

Além de implementar as práticas socioambientais como normas da organização, ela assume o comprometimento que a empresa tem com seus empregados, com a comunidade, com a sociedade e com o meio ambiente. Corroborando assim, para que as empresas acompanhem o desenvolvimento sustentável, e consequentemente contribuam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

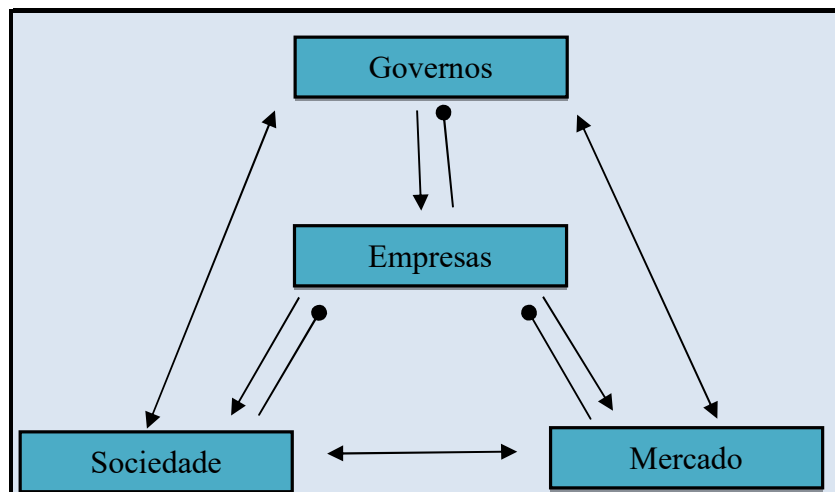
Ela visa a auxiliar a administração e o gerenciamento dos aspectos ambientais, econômicas e sociais de uma organização de forma a utilizar de maneira racional os recursos naturais, a preservação do meio ambiente e a continuidade do negócio. Para auxiliar as organizações em seus processos produtivos, atualmente é possível encontrar várias estratégias de gestão ambiental promovidas por entidades nacionais e internacionais que visam proporcionar métodos para um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável (ALENCAR *ET AL*, 2015, P. 577).

Em seu desempenho, a gestão ambiental permite a redução de custos diretos, como exemplo a diminuição do desperdício de matérias-primas como água e energia; e de custos indiretos, como sanções e indenizações por danos ao meio ambiente ou à saúde de empregados e da população residente em comunidades próximas às unidades de produção empresarial.

Para Barbieri (2016, p. 83) “espera-se que as empresas deixem de ser problemas e façam parte das soluções. A experiência mostra que essa atitude dificilmente surge espontaneamente.”. Para tanto, para que se tenha a solução ou a minimização dos problemas ambientais, é necessário que os empresários e os administradores passem a considerar o meio ambiente em suas decisões e adotar perspectivas administrativas e tecnológicas que contribuam para que o planeta suporte tantos impactos por muito mais tempo.

Na Figura 7 a seguir é demonstrado que para que surja a preocupação no âmbito ambiental, é necessário que os empresários sejam diretamente influenciados pelo governo, pela sociedade e pelo mercado, como três grandes forças que estão interligadas.

Figura 7 – Gestão ambiental empresarial: influências.



Fonte: Barbieri (2016, p.83).

Adaptação: Amanda da Conceição Rodrigues (2021).

As manifestações do crescente envolvimento das organizações da sociedade civil que defendem as causas ambientais e sociais, através de pressões políticas com o poder executivo e legislativo, de cooperação com as empresas, de denúncias e da formação de opiniões perante o grande público, tem sido uma grande contribuição para a aprovação de leis, resoluções e

recomendações ambientais e pela sua divulgação, garantem que os governantes não se abstraiam dessa responsabilidade.

O mercado é uma forte influência porque as preocupações com a interação das legislações ambientais entre países de um bloco econômico como União Europeia, Mercosul ou Nafta, provém do enorme impacto das leis ambientais sobre a competitividade das empresas no comércio internacional. Essa abertura comercial de alta competição mundial impulsiona as empresas a aderirem regulamentação e auto-regulamentação, para que estejam a frente dos concorrentes quanto operam segundo as leis ambientais.

Os investidores também são influenciadores para que as empresas atendam a gestão ambiental, pelo pressuposto de que se eles também são responsáveis pelos impactos que os empreendimentos nos quais eles aplicam seus investimentos, então, eles tendem a investir em empresas que procuram minimizar os riscos de perdas ou danos através do cumprimento das legislações ambientais.

Os consumidores que procuram produtos e serviços ambientalmente favoráveis também são fonte de influência para que as empresas adotem medidas de proteção ao meio ambiente. Esses novos consumidores, mais sensíveis ao meio ambiente, escolhem e compram produtos e serviços pelo desempenho ambiental, assim, as empresas que estão adequadas a produzir e vender mercadorias sustentáveis tem um passo à frente dos seus concorrentes.

Entretanto, a empresa que se dispõe a assumir essa postura responsável deve considerar os altos custos para implantação e adaptação desse tipo de gestão, visto que ela pode se deparar com a resistência à mudança por parte das pessoas envolvidas nesse processo, ou seja, por uma cultura engessada ou tradicional que traz receio em lidar com a inovação e com soluções tecnológicas como forma de beneficiamento empresarial, social ou ambiental.

Sobre dificuldades e desafios na implementação da gestão ambiental nas empresas e do desenvolvimento das suas práticas responsáveis, cita-se a falta de conhecimento dos pressupostos teóricos e a desconfiança em relação aos custos/benefícios levam as empresas a ligarem a adesão da RSE a altos custos para implantação, fazendo com que muitas não pratiquem uma gestão ambiental pautada na ética e na responsabilidade social empresarial (ANDRADE, 2012, p. 78).

Para tanto, segundo Barbieri (2016, p. 85), para que uma empresa implemente gradualmente práticas de gestão ambiental é necessário passar por algumas fases ou abordagens dos seus problemas ambientais. Há três diferentes abordagens para as empresas

lidarem com os problemas ambientais relacionados às suas atividades, elas são conceituadas em controle da poluição, prevenção da poluição e estratégica (Quadro 3).

Quadro 3 – Gestão ambiental na empresa: abordagens.

Características	Controle da Poluição	Prevenção da poluição	Estratégica
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Ações típicas	• Corretivas • Uso de tecnologias de remediação e de controle no final do processo • Aplicação de normas de saúde e segurança do trabalho	• Corretivas e preventivas • Conservação e substituição de insumos • Uso de tecnologias limpas	• Corretivas, preventivas e antecipatórias • Antecipação de problemas e captura de oportunidades de médio e longo prazos
Percepção dos empresários e administradores	Custo adicional	• Redução de custo • Aumento de produtividade	Vantagens competitivas
Envolvimento da alta administração	Esporádico	Periódico	Permanente e sistemático
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas geradoras de poluição	Crescente envolvimento de outras áreas como produção, compras, desenvolvimento de produto e marketing	• Atividades ambientais disseminadas pela organização • Ampliação das ações ambientais para a cadeia de suprimentos

Fonte: Barbieri (2016, p.83).

Adaptação: Amanda da Conceição Rodrigues (2021).

A abordagem de controle da poluição se caracteriza pela determinação de práticas administrativas e operacionais para impedir os efeitos da poluição gerada por determinado

processo produtivo. Os efeitos negativos dos produtos e dos processos produtivos da empresa resultam em ações ambientais para atender às pressões da comunidade. Faz uso de soluções tecnológicas para resolver problemas ambientais existentes e para capturar e tratar a poluição que foi gerada após a produção alterar consideravelmente os processos de produção e os produtos.

Essas soluções tecnológicas precisam de novos equipamentos e instalações nos pontos de descarga dos poluentes, porém, mesmo assim ainda corre o risco de não conter totalmente a emissão deles. Por agregarem custos adicionais nas operações de controle de poluição e não soluções dos problemas gerados pelos poluentes capturados, essa abordagem não agrega valor ao produto e seus custos podem ser repassados aos consumidores através dos preços dos produtos.

A abordagem de prevenção da poluição atua sobre os processos produtivos e os sobre os produtos para evitar, reduzir ou modificar a geração de poluição, poupando materiais e energia na produção e na comercialização. Ela aumenta a produtividade da empresa porque produz mais bens e serviços com menos insumos, reduz os custos com materiais e energia, economiza com o tratamento dos resíduos sólidos, reduz os impactos ambientais, e melhora das condições de trabalho e a imagem da empresa.

Das atividades que fazem parte dessa abordagem, a primeira é o uso sustentável, que envolve redução da poluição na fonte, reuso, reciclagem e recuperação. Para reduzir o volume dos resíduos gerados pela produção, é preciso substituir equipamentos e materiais, conservar energia, fazer manutenção preventiva, e até revisar a gestão de estoque. A redução dos resíduos na fonte é a atividade que apresenta menor riscos de manuseio e menor custo operacional.

O reuso consiste em medidas nas quais é a empresa usar os resíduos da produção, como aproveitamento dos restos de matéria-prima, usar o calor da produção como aquecimento, usar a água que esfria equipamentos, e também recondicionar peças e componentes para serem instalados novamente nos equipamentos.

A reciclagem e a reutilização consistem em tratar os resíduos e aproveitá-los na própria produção. Porém, esse processo, se não realizado adequadamente, também poderá causar problemas ambientais, porque fazem uso de energia e de outros materiais originais e pode gerar poluentes, tal como a produção de qualquer outro produto. Como essa atividade requer certa especialização, viabilidade econômica e operacional, geralmente as empresas não

reciclam seus próprios resíduos, enviam para uma empresa de reciclagem e esse novo processo de armazenamento, e transporte dos resíduos também causam riscos ambientais e os custos acabam sendo repassados nos preços de venda.

Já a abordagem estratégica busca a vantagem competitiva do seu negócio atual e futuro através da lucratividade, da participação em mercados, do domínio de tecnologias, do acesso a capitais, assim como da boa reputação empresarial. Com essa atividade, a empresa aproveita as oportunidades do mercado e anula ameaças de problemas ambientais atuais ou futuras. Essas ameaças são identificadas através de avaliações de produtos, processos, materiais com base nas demandas da sociedade, projetos de leis, conferências ambientais etc e podem se tornar uma oportunidade de negócio, gerando economia, quando a empresa desenvolve processos e novas tecnologias para planejar e resolver esses problemas.

Visto isso, a empresa que pretende atuar em conformidade com as diretrizes da gestão ambiental, precisa também se atentar à legislação ambiental em vigor. Conforme Silva (2017, p. 27), a legislação ambiental serve como o instrumento fundamental para orientar e legitimar as ações ambientais. Os princípios ambientais, também, são importantes mecanismos para oportunizar soluções aos problemas ambientais.

Entretanto, para que a empresa execute, desempenhe e faça manutenção da sua gestão ambiental, ela precisa de um sistema que gerencie seus objetivos e atividades, seu pessoal e seus setores envolvidos nesse processo, para que, de forma organizada e sistemática, alinhar, definir e avaliar o gerenciamento das ações e práticas socioambientais da empresa.

2.2 Sistema de gestão ambiental

Um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) requer a formulação de política, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados, para isso, se torna um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas atuais ou para evitar seu surgimento (BARBIERI, 2016, P. 121).

Inclui a estrutura da organização, papéis e responsabilidades, práticas, planejamento e operações, avaliação de desempenho e melhorias. É parte do sistema de gestão de uma organização utilizado no gerenciamento dos aspectos ambientais, para cumprir requisitos legais, e abordar riscos e oportunidades. São especificadas funções e seções para os setores ou para as pessoas que fizerem parte do sistema.

Para que a empresa implemente esse sistema, inicialmente, é preciso que haja a integração e o envolvimento dos seus diversos setores, desde a alta direção, a empregados, fornecedores, prestadores de serviços clientes e comunidade, para assim, tratarem conjuntamente das questões ambientais alinhadas às suas atividades empresariais.

Ele contribui para que a organização atue conforme a legislação ambiental a quem está sujeita para promover melhorias que estão acima das exigências legais, apesar disso tudo, manter um SGA é um acordo voluntário privado, desde que a empresa se comprometa a alcançar um desempenho promissor. Algumas influências para que a empresa adote esse sistema é que ele permite obter melhores resultados com menos recursos, com ações planejadas e coordenadas e facilita a abordagem das questões ambientais para se obter vantagens competitivas.

Além disso, o SGA é baseado no ciclo da melhoria contínua, que visa atingir melhorias no desempenho ambiental global de acordo com a política ambiental da empresa. Esse ciclo define a meta e o método, executa e coleta dados, checa os resultados, promove ações corretivas e preventivas de melhoria. Por isso ele é uma oportunidade econômica e de mercado nas empresas, porque ele reduz o risco da responsabilização por danos ambientais, consolida a integridade pessoal e aumenta o ânimo da identificação dos empregados e gestores com o emprego e com a profissão (JERÔNIMO, 2014, P. 73-74).

Segundo Barbieri (2016, p. 122-123), existem alguns modelos de SGA para orientar as empresas a criarem seus próprios sistemas, eles são baseados em normas de gestão ambiental com requisitos auditáveis, suscetíveis a certificações ambientais. Nesse âmbito, a norma mais conhecida e utilizada pelas organizações é a ISO 14000.

Alencar *et al* (2015) complementa isso afirmando que a Norma Brasileira (NBR) ISO 14001 é um sistema de gestão ambiental que integra o sistema de gestão global de uma estrutura organizacional e que inclui atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos (financeiros, humanos e tecnológicos) para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental.

Para o autor, um sistema de gestão ambiental de uma organização com vistas à certificação e orientado pela ISO 14000, visa promover uma abordagem da gestão ambiental de produtos, aumentar a capacidade de alcançar um desempenho ambiental e na medição de seus efeitos bem como eliminar barreiras que impeçam o comércio.

O Quadro 4 a seguir descreve a família ISO 14000, referente ao que contempla as seguintes normas desenvolvidas e em desenvolvimento:

Quadro 4 – Conjunto de normas ISO 14000.

ISO 14001	<i>Trata dos principais requisitos para as empresas identificarem, controlarem e monitorarem seus aspectos ambientais por meio de um sistema de gestão ambiental – Requisitos e orientações de uso.</i>
ISO 14004	<i>Complementam a ISO 14001 provendo diretrizes adicionais para implantação de um sistema de gestão ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio.</i>
ISO 14005	<i>Guia para a implementação em fases de um sistema de gestão ambiental para facilitar sua adoção por pequenas e médias empresas.</i>
ISO 14006	<i>Norma para ECODESIGN.</i>
ISO 14015	<i>Sistema de Gestão Ambiental – Avaliações ambientais de localidades e organizações.</i>
ISO 14020	<i>Conjunto de normas que tratam de selos ambientais.</i>
ISO 14021	<i>Auto declarações ambientais (rótulo ambiental tipo II).</i>
ISO 14024	<i>Rótulo ambiental tipo I (Terceira Parte).</i>
ISO 14031	<i>Guia para avaliação de desempenho ambiental – Diretrizes.</i>
ISO 14033	<i>Diretrizes e exemplos para compilar e comunicar informações ambientais quantitativas.</i>
ISO 14040	<i>Conjunto de normas para conduzir análises de ciclo de vida de produtos e serviços.</i>
ISO 14041	<i>Avaliação do ciclo de vida – definição de escopo e análise do inventário.</i>
ISO 14042	<i>Avaliação do ciclo de vida – avaliação do impacto do ciclo de vida.</i>
ISO 14043	<i>Avaliação do ciclo de vida – interpretação do ciclo de vida.</i>
ISO 14045	<i>Requisitos para análises de eco-eficiência.</i>
ISO 14051	<i>Norma para MFCA – Material Flow Cost Accounting – contabilidade de custo dos fluxos de materiais. Ferramenta de gerenciamento que busca maximizar a utilização de recursos, principalmente em manufatura e processos de distribuição.</i>
ISO 14063	<i>Comunicação ambiental por partes das empresas.</i>
ISO 14064	<i>Contabilização e verificação de emissões de gases de efeito estufa para suportar projetos de redução de emissões.</i>
ISO 14065	<i>Complementa a ISO 14064 especificando os requisitos para certificar ou reconhecer instituições que farão validação ou verificação da norma ISO 14064 ou outras especificações importantes.</i>
ISO 14066	<i>Requisitos para as empresas que farão a validação e a verificação de emissões de gases de efeito estufa (GEE).</i>
ISO 14067	<i>Norma para pegada de carbono em produtos, tratando de requisitos para contabilização e comunicação de emissões de gases de efeito estufa associados a produtos.</i>
ISO 14069	<i>Guia para as empresas calcularem a pegada de carbono em seus produtos, serviços e cadeia de fornecimento.</i>

Fonte: Alencar *et al.* (2016, p. 580).

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Essa norma é um grupo de muitas outras que trata de gerenciamento ambiental, para indicar às empresas o que devem fazer para minimizar os impactos ambientais de suas atividades e melhorar continuamente seu desempenho ambiental. Alencar *et al.* (2017, p. 580) *apud* Rieksti (2012) diz que, todas as ferramentas são desenvolvidas de forma a permitir seu uso conjunto e têm benefícios de adoção na redução do uso de matérias-primas e de energia, processos mais eficientes, redução de resíduos e de custo de descarte e utilização de recursos renováveis.

Para tal, percebe-se pelo o que foi exposto no Quadro 5 que as normas específicas para avaliação e implementação de um sistema de gestão ambiental são as 14001, que orienta sobre o uso do sistema; a 14004, que são as diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio do sistema; a 14005, que é o guia para as fases de implementação de um SGA; e a 14015, que serve para fazer avaliações ambientais das empresas e de suas localidades.

2.3 Experiências de empresas com a gestão ambiental

Nessa seção estão selecionados alguns estudos sobre a gestão ambiental e sistema de gestão ambiental e descreve experiências de empresas que executam essa prática dentro das suas atividades, bem como os impactos que elas causam e os benefícios que esse gerenciamento estratégico proporciona.

2.3.1 Gestão sustentável na Sabesp: uma visão para o desenvolvimento regional

Esse é um estudo de caso feito por Ferreira; Guerra (2012) realizado na Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo para verificar as ações externas e internas da companhia, orientadas pelos vetores de responsabilidade socioambiental de Melo Neto; Froes (2001).

A Sabesp foi criada em 1973 e atualmente é uma empresa de economia mista responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos em mais de 363 municípios do Estado de São Paulo, atendendo cerca de 27,6 milhões de pessoas e considerada a maior empresa de saneamento de água da América Latina. Desde 2002, possui ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (BM & FBOVESPA) e em Nova Iorque (NYSE).

É importante ressaltar que a Sabesp a partir de 2001 iniciou o processo de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), fato que possibilitou a implantação da norma ISO 9001:2008, essa que foi uma importante condição para o início da implantação das certificações ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007⁹. Seu compromisso central vai além de seus serviços públicos de saneamento, a Sabesp tomou a tarefa de contribuir para melhorar a condição ambiental das cidades em que atua e a qualidade de vida das comunidades. Desde 2003, assumiu o desafio de consolidar a responsabilidade social como parte da estratégia da empresa, integrada ao negócio, reconhecida por clientes, acionistas, governo, investidores e sociedade em geral, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A Companhia desenvolve práticas de relacionamento com seus *stakeholders*, pautadas na ética e transparência, que é um fator essencial para a sustentabilidade. As diretrizes empresariais estão alinhadas ao Código de Ética e Conduta, na busca da valorização do capital humano da empresa, da gestão integrada, do respeito aos direitos humanos, à diversidade e da qualidade de vida. No social, destaca-se manutenção de adesões voluntárias a movimentos nacionais e internacionais, como o Pacto Global da ONU, que reúne empresas em prol dos princípios de direitos humanos do trabalho, da proteção ambiental e do combate à corrupção.

Em sua gestão ambiental, tem priorizado a implantação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental e para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Em janeiro de 2008 estabeleceram-se as diretrizes da Política do Meio Ambiente. Possui também um Comitê de Meio Ambiente, com representantes de todas as diretorias, que tem como objetivo avaliar a implementação da política e modelo de gestão ambiental, e ainda tomar decisões de assuntos estratégicos e situações conflitantes que envolvam questões ecológicas.

Outro diferencial foi a implantação do sistema de gestão ambiental nas estações de tratamento de esgoto (ETE) e nas estações de tratamento de água (ETA), contando também com a certificação ISO 14001 em 50 unidades com a perspectiva progressiva de expansão. A educação ambiental e sanitária faz parte dos valores e da comunicação corporativa, que está engajada na conscientização e mudança da cultura de seus empregados e da sociedade, assim

⁹ ISO 9001:2008 - referente à qualidade total, com foco principal de melhoria contínua visando à satisfação do cliente (FERREIRA E GUERRA, 2012).

ISO 14001:2004 - contém normas e regulamentos para prevenir e controlar os processos de produção de forma a não impactar o meio ambiente (MOURA, 2018).

OHSAS: Occupational Health and Safety Assessment Specification (Especificação para Avaliação da Segurança e Saúde Ocupacional).

OHSAS18001:2007 - norma de segurança e saúde ocupacional no trabalho (FERREIRA E GUERRA, 2012).

o Programa Corporativo de Educação Ambiental Sabesp (PEA) visa à construção de valores sociais, conhecimentos e atitudes para um mundo sustentável, com isso desde 2007 mais de mil funcionários foram treinados para a disseminação da cultura socioambiental.

Para garantir que os princípios sejam cumpridos, é colocado à disposição um canal de denúncias interno e um procedimento corporativo de apuração de responsabilidade. Também é mantido um canal de recebimentos de manifestações externas que são controlados pela Ouvidoria e pelo Serviço de Atendimento ao Cliente. Os resultados são positivos, pois pela segunda vez consecutiva, em 2011, a empresa não foi citada na lista das empresas com mais reclamações junto à Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Todas as iniciativas de cunho socioambiental corroboram com o Código de Ética e Conduta, que contam com os seguintes valores: respeito à sociedade, ao cliente, ao meio ambiente e às pessoas; integridade; competência e cidadania.

Dentro do contexto de desenvolvimento sustentável, a Sabesp tem compromisso com seus clientes, garantindo água de qualidade e a coleta e tratamento do esgoto antes de retornar à natureza. A busca da excelência na gestão é compromisso da Companhia com todas as esferas da sociedade, priorizando desde a qualidade dos produtos oferecidos até relacionamento com seus funcionários.

A Sabesp é parceira do Instituto Ethos, apóia e incentiva Oito Objetivos do Milênio da ONU, integrados em seu Programa de Voluntariado Empresarial e ainda oferece apoio no projeto Planeta Sustentável da Editora Abril. Salienta-se que a empresa tem compromisso com a infância e juventude, pois se preocupa na prevenção e a erradicação do trabalho infantil. O seu compromisso com a infância é reconhecido através do título Empresa Amiga da Criança, pela Abrinq. Além disso, é co-mantenedora do Instituto Criança Cidadã, voltado para formação de jovens oriundos de famílias carentes na região metropolitana de São Paulo, levando educação e cultura para essa região.

Conclui-se que, a gestão ambiental da Sabesp apresenta aspectos positivos, com atitudes que vão além da moral e obrigações da companhia, em busca do bem-estar da sociedade, com ações que abrange desde empregados, acionistas e a população carente, realizadas através de programas socioambientais. Há uma grande preocupação com a população pelos programas sociais e ambientais oferecidos para a comunidade e incentivos para seus colaboradores. Conta ainda conta com um Código de Ética e Conduta pautado em valores como respeito à sociedade, ao cliente, ao meio ambiente e às pessoas, competência e cidadania.

2.3.2 Gestão ambiental ISO 14001 nas indústrias sucroalcooleiras em Sergipe

O estudo de Cruz *et al.* (2016) tem como objetivo analisar o interesse das agroindústrias canavieiras com relação à implantação do Sistema de Gestão Ambiental da ISO 14001 e elaborou um plano de gestão dos resíduos para essas usinas, considerando as exigências da legislação ambiental e a norma ISO 14001. Foi realizada pesquisa de campo em todas as agroindústrias sucroalcooleiras de Sergipe: Usina São José do Pinheiro de Açúcar e Álcool Ltda., Laranjeiras/SE, produz açúcar e álcool. Usina Agroindustrial Campo Lindo Ltda., Nossa Sra. das Dores, produz álcool. Usina Termo Elétrica Iolando Leite, Capela/SE, produz álcool e aguardente. Usina Junco Novo Ltda., Capela/SE, produz álcool e aguardente. Agroindustrial Capela, Capela/SE, produz álcool e aguardente.

Os impactos que o setor da indústria sucroalcooleiras causam estão inseridos no contexto de degradação do meio ambiente e, por isso, deve adotar medidas para minimização dos seus impactos ambientais. O processo industrial nas usinas de cana provoca um grande consumo de recursos naturais, a poluição atmosférica, contaminação do solo e dos corpos hídricos. Tratando da questão dos resíduos na produção sucroalcooleira, a vinhaça, o principal resíduo líquido gerado na usina, é altamente poluidora.

Além disso, a sua carga orgânica provoca a proliferação de microorganismos que esgotam o oxigênio dissolvido na água, destruindo a flora e a fauna aquáticas e dificultando o aproveitamento dos mananciais contaminados como fonte de abastecimento de água potável. Os resíduos sólidos como bagaço, torta-filtro, levedura seca, óleo fúsil, também provocam degradação ambiental. Esse problema pode ser resolvido por meio do reaproveitamento destes resíduos como subprodutos da cana-de-açúcar.

Os resultados da pesquisa apontam que cinco usinas, ou seja, 83% do total do Estado, não esboçaram interesse na imediata implantação do Sistema de Gestão Ambiental, mas demonstraram interesse em futuramente adotarem este sistema como também maior conformidade com a legislação ambiental. As usinas que não esboçaram o desejo de implantar o SGA apresentaram como principais justificativas as seguintes respostas:

- Estão procurando aos poucos adequarem-se as exigências ambientais;
- Enfrentam dificuldades porque falta interesse da alta gestão;
- As usinas por serem recentes ou estarem em processo de reestruturação possuem outras prioridades no momento como, por exemplo, investimentos em tecnologia para modernização da parte industrial, laboratórios, mas que o Sistema de Gestão Ambiental é uma

meta futura, visto que o mercado e os órgãos financiadores cobram o compromisso ambiental das usinas, bem como produtos que não agredam o meio ambiente.

Assim, a pesquisa observou que a gestão ambiental ainda não é uma prioridade para a maioria das usinas no Estado. Falta comprometimento com as questões ambientais. Talvez porque ainda não se tenha uma visão da importância que essas ações possam aumentar a rentabilidade do negócio, além de contribuir para a conquista de outros mercados consumidores. Além disso, o órgão ambiental fiscalizador dessas atividades precisa estar mais atuante neste segmento econômico.

Ainda sobre o Sistema de Gestão Ambiental, a entrevista com a usina que demonstrou interesse em implantar um SGA, demonstrou que os principais motivadores para a implantação do SGA são: aspectos relacionados à redução de custos, melhoria da imagem da empresa, cobrança dos órgãos ambientais e das instituições financiadores desse segmento industrial.

Dentre os objetivos principais que levam a usina a tornar suas práticas sustentáveis são, prioritariamente, às pressões dos agentes financiadores e de clientes e evitar penalidades por parte dos órgãos ambientais. Outro fator que dificulta a implantação da gestão ambiental é o desconhecimento, por parte da alta direção, da importância sustentabilidade das atividades da agroindústria.

Sobre as ações (investimentos) para a implementação de um SGA, tanto relacionados à parte física como de recursos humanos, a pesquisa apresenta os seguintes resultados: os investimentos de recursos físicos não demonstraram índices satisfatórios, pois a maioria dos itens sobre controle direto da parte agrícola e industrial estão em níveis baixos de satisfação. Já os investimentos em recursos humanos evidenciaram alguns resultados positivos como a contratação de profissional qualificado, a busca de auxílio de consultorias na área, o programa de coleta seletiva e algumas ações de educação ambiental. Isso revela que a usina tem tomado algumas iniciativas para a gestão ambiental.

Entretanto, é imprescindível que essas ações tenham uma continuidade e que outros pontos problemáticos passem a ser relevantes. A implantação do SGA no setor sucroalcooleiro é de fundamental importância para a sustentabilidade desse segmento. Diante disso, a pesquisa, após análise da situação atual, propôs um plano de gestão dos resíduos gerados no beneficiamento da cana, baseado no SGA da Norma ISO 14001.

O plano de gestão dos resíduos tem a intenção de contribuir para que o setor sucroalcooleiro, em Sergipe, adote uma postura de aliado das questões ambientais, deixando de ser apenas exploradores dos seus recursos. Para a elaboração do plano foram estudadas formas de reaproveitamento dos resíduos da indústria da cana, presentes na literatura, que melhor se adaptem à realidade local, como também seguindo os padrões sugeridos pela certificação ambiental. Além disso, utilizou-se a experiência observada em outra usina que já possui a ISO 14001.

Conclui-se que, a cadeia sucroenergética tem mostrado seu potencial em trabalhar de forma sustentável, respeitando os limites do meio ambiente sem comprometer sua capacidade econômica. A gestão dos resíduos, utilizando como base a Norma Ambiental ISO 14001 é uma das ferramentas importante para a redução dos impactos ambientais do beneficiamento da cana-de-açúcar.

O plano de gestão dos resíduos da indústria da cana-de-açúcar, elaborado nesta pesquisa, auxiliará as agroindústrias canavieiras sergipanas a manejarem de forma sustentável os seus resíduos. Ele apresenta algumas soluções para reduzir os impactos ambientais decorrentes da geração e descarte inadequado dos resíduos da cana. É evidente que este plano não pretende limitar ou impor formas de aproveitamento. Contudo, tem o objetivo de sugerir algumas alternativas de manejo que poderão ser aperfeiçoadas, tendo em vista o equilíbrio entre as atividades agroindustriais canavieiras e a preservação do meio ambiente.

2.3.3 Os impactos de um Sistema de Gerenciamento Ambiental no desempenho financeiro das empresas: um estudo de caso

Reis (2002) realizou um estudo de caso na Fiat para descrever os efeitos do desempenho ambiental sobre desempenho financeiro. A Fiat tem feito investimentos em meio ambiente desde o início dos anos 90. No final de 1989, foi criado o Setor de Energia e Ecologia para a implementação do Sistema de Gerenciamento Ambiental. De 1990 até hoje, investiram-se 80 milhões de dólares em gestão ambiental. Em 1997, o SGA da empresa foi certificado ISO 14001.

A Fiat foi inaugurada em 09/07/76, com uma capacidade produtiva reduzida. A capacidade produtiva inicial instalada era de 120.000 automóveis por ano, e durante longo tempo permaneceu assim. A empresa tinha de 6.000 a 7.000 funcionários, e a estação de tratamento biológico foi projetada para este número de pessoas. A partir de 1985, a produção

começou a aumentar rapidamente e o número de funcionários chegou a 15.000 em 1986/1987, o que resultou na saturação das estações de tratamento biológico, da pintura e da mecânica.

As primeiras medidas adotadas mostraram-se ineficazes em 1988. Foram implementados novos projetos de estações de tratamento das águas biológicas (esgoto sanitário), da pintura e da mecânica. Na estação de tratamento das águas da pintura, havia um problema especial: a grande quantidade de metais pesados. Durante a semana, os parâmetros de tratamento não eram garantidos por um ou dois dias. Nem mesmo a adição de polímeros mostrava-se ineficaz.

Novas tecnologias de tratamento foram trazidas da França. Devido ao tratamento da água, a Fiat passou a reaproveitar cerca de 92% de toda a água utilizada nos processos industriais, ou seja, 120 milhões de litros são reciclados e devolvidos ao processo industrial, possibilitando um retorno financeiro significativo. As estações de tratamento custaram R\$ 9 milhões à empresa e o retorno deste investimento deu-se em pouco mais de dois anos.

A economia de 1,5 milhões de m³ de água proporciona uma economia anual de R\$ 3,5 milhões. A Fiat trabalha com a reciclagem de materiais como: papel, papelão, plástico e isopor, que envolvem as peças recebidas dos fornecedores. Os papéis contaminados por óleo são remetidos para reciclagem em uma fábrica da Klabin. O resultado deste processo de 8 reciclagem é a formação de um papel de 2ª categoria. Os benefícios para a Fiat deste procedimento são colhidos na compra das caixas de papelão da Klabin, utilizadas para acomodar peças e acessórios.

Normalmente, a Fiat ganha descontos de até 50% nos preços, reduzindo-se, portanto, os custos de embalagens. As operações de reciclagem proporcionam, ainda, um rendimento significativo na chamada Ilha Ecológica (espaço dentro da Fiat destinado ao tratamento de efluentes líquidos e sólidos), cuja instalação consumiu US\$ 80 milhões. Pelo nível de produção diária atual de 1800 veículos, o faturamento da Ilha é de R\$ 1,3 milhão e os gastos com pessoal e sistemas de manutenção giram em torno de R\$100 mil. Um grande desafio para a Fiat foi o tratamento do isopor (poliestireno expandido).

Os manuais europeus de tratamento do isopor e o pessoal especializado em processos de reciclagem afirmavam que era impossível reciclar o isopor. Em 1996, a Fiat tinha um grande problema: 60 toneladas de isopor eram descartadas por mês, quantidade suficiente para cobrir toda a área da fábrica (2.250.000 m²) em três camadas. As doações não conseguiam consumir todo isopor gerado. Para resolver este problema, a Fiat investiu US\$ 250 mil na

instalação e construção de uma máquina que permitia que o isopor voltasse à condição de poliestireno e poderia ser vendido a R\$ 1,00 o quilo no mercado.

Toda produção de poliestireno a partir da reciclagem do isopor é vendida no Brasil, possibilitando um faturamento anual de aproximadamente R\$ 720 mil. A tecnologia inovadora da Fiat foi submetida a benchmarking para a Rede Globo, que gera grandes quantidades de isopor a partir de suas cidades cenográficas.

O primeiro passo foi com a energia de iluminação. Há uma crença que iluminação representa pouco no custo, mas, na Fiat, o consumo é alto. Foram adotados os seguintes critérios: todo reator queimado foi substituído por outro, econômico, com economia de 25% de energia. Outra decisão tomada foi a implantação da iluminação setorizada no ciclo de produção. Por exemplo, em uma linha de montagem ocorreu a divisão de circuitos formando diversos interruptores.

Hoje, não é preciso iluminar um galpão inteiro quando se quer trabalhar em um determinado setor. Antes desse processo, consumiam-se quase 30% a mais de energia, pois, mesmo que somente um setor operasse, todo galpão permanecia iluminado, desperdiçando energia. Outra medida adotada para a redução do consumo de energia foi a substituição de motores por outros de alto rendimento e pelo redimensionamento dos motores em função da necessidade dos processos fabris.

Em uma pesquisa comparativa realizada pela matriz da Fiat na Itália sobre o consumo energético no processo produtivo, buscou-se comparar os índices de consumo energético em 5 unidades produtivas. Foram estudadas as unidades da Itália, Argentina, Brasil, Polônia e Turquia. Todas as energias consumidas em processos produtivos, ou seja, a energia elétrica, o gás e o vapor, foram convertidas em tonelada equivalente de petróleo para estabelecer uma comparação. O índice de tonelada de petróleo por veículo da Fiat Brasil é 0,198. Este índice em comparação com as demais unidades do grupo Fiat no mundo é o melhor e só perde para empresas concorrentes do Japão em 10 ou 15%.

Todos esses procedimentos descritos contribuíram significativamente para a redução das despesas com energia. A empresa, que consumia 795 kwh por veículo produzido, economizou 200 kwh. Díficeis de medir são os benefícios financeiros e ambientais proporcionados obtidos da relação da Fiat com seus fornecedores.

Essa empresa conta com 230 fornecedores, todos operando conforme o sistema *just-in-time*. O *just-in-time*, processo gradativo em implementação desde 1993, atingiu nos dias

atuais um nível muito elevado, uma vez que a Fiat não mantém estoques, e quando mantém, supre um curto período de tempo. O sistema de produção está ligado por computador aos fornecedores. Com isso, os fornecedores sabem o volume de estoque e a hora precisa de reposição. Estas medidas proporcionam a redução de muitos dos desperdícios decorrentes da produção física.

Os resultados financeiros obtidos podem sustentar investimentos futuros em novos projetos ambientais, com efeitos positivos sobre o desempenho ambiental da empresa, sem depender de cumprimento estrito às legislações ambientais restritivas e sem o receio de que estes investimentos somente agregam custos. Se a conscientização ambiental dos consumidores continuar crescente, certamente as empresas que tiverem se preparado para lidar neste mercado terão alguma vantagem competitiva sobre seus concorrentes.

Os investimentos em meio ambiente podem ser bons negócios para as empresas que os empreendem, estimulando assim a ação proativa das empresas, com ganhos financeiros e estratégicos, em vez da adaptação de processos e produtos às exigências estritamente legais.

2.3.4 Entendimento da ISO 14000: estudo de caso de uma empresa mineradora na Paraíba

Silva Filho *et al.* (2019) realizou um estudo de caso para identificar os benefícios resultantes da implantação e certificação do Sistema de Gestão Ambiental para os empregados, clientes, comunidades do entorno, para o meio ambiente e para a empresa mineradora certificada pela ISO 14001. Analisando os impactos positivos ao meio ambiente, além de caracterizar o ambiente e os parâmetros de certificação do SGA aplicados a essa mineradora.

Em se tratando de uma empresa mineradora, há a existência de determinadas operações que são indispensáveis para que haja um funcionamento produtivo adequado. Entre essas operações, se encontram a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos, consumo de energia elétrica, consumo de água, emissões de gases, entre outros. Após a obtenção da certificação, realizada em 2004 com a implantação do SGA, e atestada por auditoria externa por ente certificador a empresa admite que houve melhoria no gerenciamento dessas variáveis operacionais. Foi destacado pela coordenação do Sistema de Gestão e Controle de Processo e Qualidade do Produto que com o levantamento de todos os aspectos e impactos gerados pela organização, houve a real dimensão dos impactos e possibilidade de priorização e tratamento através de controles desses, para isto, e mineradora implantou controles, ofereceu e oferece

continuamente treinamentos e orientação para a força de trabalho, o que reduziu o consumo de recursos renováveis e geração de resíduos e efluentes.

Ao longo do período de implementação e manutenção houve uma redução de aproximadamente 95% do lançamento de águas de processos (gerações de efluentes), triagem, segregação e destinação final adequada a 100% dos resíduos gerados e redução de 5% do consumo de energia. Com relação às melhorias relacionadas a esgotos e resíduos sólidos foi criada a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) e implantado o programa de coleta seletiva bem como o controle de destinação de resíduos.

No contexto geral a organização mantém uma relação harmoniosa com a comunidade local, desenvolvendo também o Programa de Produção de Mudas para serem usadas na recomposição da cobertura vegetal da área minerada. São utilizadas espécies nativas e é mantida uma parceria com a comunidade onde 80% das mudas são cultivadas por famílias selecionadas que atendem alguns requisitos, tais como serem baixa renda, terem filhos matriculados na escola, entre outros, que podem usar na produção dessas mudas seu próprio terreno, com assistência técnica fornecida pela mineradora.

Dessa forma, o programa vem apresentando resultados positivos não só de cunho ambiental, como também social (geração de renda para as famílias), e econômico, no sentido de injetar mais recursos na economia municipal. O relacionamento harmonioso da empresa se estende também a comunidade no geral, além dos órgãos ambientais, a exemplo da SUDEMA que criou em 1991 um programa denominado Campanha Praia Limpa, onde a mineradora patrocina desde o ano de 1998. Este programa tem como objetivo conscientizar as pessoas sobre a importância de preservar o litoral, buscando relacionar de forma harmoniosa o indivíduo com o seu meio.

A empresa mantém o projeto denominado Criadouro Conservacionista que visa à reprodução de espécies da fauna silvestre ameaçadas e posterior soltura nos ambientes naturais (áreas de preservação e dunas em processo de reflorestamento). O sucesso do projeto é demonstrado através do número de solturas dessas espécies.

Sobre a importância e impacto que a empresa representa no município onde está localizada, pode-se afirmar que a maioria da mão de obra é oriunda da comunidade vizinha, além dos programas sociais, como educação ambiental, alfabetização de empregados, entre outros. Com relação ao Programa de Educação Ambiental, a empresa recebe durante o ano,

várias turmas de alunos vindos dos municípios circunvizinhos (Mataraca, Mamanguape e Rio Tinto) que recebem instruções especificamente sobre e como cuidar do meio ambiente.

A empresa também recebe turmas de universidades públicas e privadas que realizam visitas, tanto na unidade industrial, como no departamento de meio ambiente. A organização desenvolve um importante programa de alfabetização de empregados e cursos técnicos profissionalizantes para o seu quadro funcional e ainda incentiva, por meio de auxílio universitário, a todos os empregados que queiram buscar formação superior ou pós-graduação. Diante disto, é notório que após a certificação ambiental, houve melhoria na relação com esses agentes externos.

Se tratando de uma atividade potencialmente agressora ao meio ambiente, por alterar suas características naturais, foi constatado durante o trabalho de campo que a referida organização cumpre com responsabilidade todas as determinações da legislação brasileira, tanto as leis trabalhistas, como as leis ambientais, mesmo não sendo obrigatória a certificação do Sistema de Gestão Ambiental.

Todavia, tratar do meio ambiente faz parte das atividades prioritárias da empresa, o que significa cumprir com sua política ambiental. Tomando como base a literatura estudada para elaboração deste trabalho, chega-se à conclusão da importância de um Sistema de Gestão Ambiental, sobretudo quando certificado pelas normas ISO 14001 e o que isso representa para uma organização que adota essa ferramenta, para comunidades vizinhas, e principalmente para o meio ambiente.

A certificação ambiental vem demonstrando um crescimento progressivo em todo mundo, onde muitas empresas, em muitos casos, obtêm-na como forma de sobrevivência no mercado competitivo. A preocupação com o meio ambiente é resultado de uma série de eventos oriundos do movimento ambiental, que repercutiu social, econômica e ambientalmente.

O Brasil vem evoluindo no tocante a certificação ambiental, principalmente neste início de século com as crescentes relações internacionais. De maneira que, empresas nacionais e internacionais aqui instaladas, têm implantado seu Sistema de Gestão Ambiental e consequentemente optam pela certificação do mesmo. A organização que possui um SGA funcionando em conformidade com a ABNT, isto é, certificado com a NBR ISO 14001, conta com um excelente instrumento, pois além de tratar das causas ambientais, conduz a empresa à conquista de novos mercados, garantindo sua sustentabilidade econômica.

Das diversas atividades desenvolvidas pela empresa em seu sistema de gestão ambiental, destacam-se o processo de reflorestamento da área minerada, o projeto Criadouro Conservacionista, além da redução de aproximadamente 95% do lançamento de águas de processos. Entretanto, essas atividades são relevantes, pois promovem a revitalização do solo, flora, fauna e do rio Guaju de onde é captada toda água utilizada no seu sistema de produção, que se estende pela Divisa dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, passando nos termos da empresa e desaguando no mar.

2.4 Considerações sobre os estudos levantados

Sobre o primeiro exemplo de empresas que possuem a gestão ambiental em suas estratégias empresariais, numa companhia de saneamento básico de água e esgoto, observou-se que, a implantação da certificação ISO 14001 faz com que a empresa assuma seu compromisso com a responsabilidade social como parte da estratégia da empresa, integrada ao negócio, reconhecida por clientes, acionistas, governo, investidores e sociedade em geral, visando contribuir com o desenvolvimento sustentável.

A gestão ambiental promove as diretrizes empresariais que estão alinhadas ao Código de Ética e Conduta da empresa, na busca da gestão integrada e a manutenção de adesões voluntárias a movimentos nacionais e internacionais, como o Pacto Global da ONU, que reúne empresas em prol dos princípios de direitos humanos do trabalho, da proteção ambiental e do combate à corrupção.

Um Comitê de Meio Ambiente na empresa, com representantes de todas as diretorias, é importante para avaliar a implementação da política e modelo de gestão ambiental, e ainda tomar decisões de assuntos estratégicos e situações conflitantes que envolvam questões ecológicas. Com a implantação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Os valores e a comunicação corporativa estão engajados na sensibilização e na mudança da cultura de seus empregados e da sociedade, e visa a construção de valores sociais, conhecimentos e atitudes para um mundo sustentável, com isso desde 2007 mais de mil funcionários foram treinados para a disseminação da cultura socioambiental.

A transparência e a divulgação das ações e da prática socioambientalmente responsável, alinhados à conduta ética e aos valores da empresa e também a receptividade às

manifestações da sociedade garantiram que a empresa não tivesse reclamações registradas junto ao PROCON.

A preocupação com a excelência na gestão, desde a qualidade dos produtos oferecidos até relacionamento com seus funcionários e clientes; e o apoio e incentivo aos ODM, por meio de programas e ações que beneficiam a infância e a juventude, a sociedade, o meio ambiente e a população carente, demonstram o compromisso dessa empresa com o desenvolvimento sustentável.

No segundo exemplo, percebe-se que, os impactos que o setor da indústria sucroalcooleira, causam forte degradação do meio ambiente e, por isso, deve adotar medidas para minimização desses impactos ambientais, como a implementação de um sistema de gestão ambiental. Porém, algumas indústrias demonstram resistência em executar esse sistema, tanto porque elas ainda não têm uma visão da importância dessa ação para aumentar a rentabilidade do negócio e conquistar outros mercados consumidores, assim como da importância sustentável das atividades da agroindústria; como porque elas priorizam investimentos em tecnologias industriais, as suas altas gestões se opõem a investirem em gestão ambiental, também pela falta de fiscalização e atuação dos órgãos ambientais.

Para tanto, as usinas que tem interesse em implantar um SGA, são motivadas pela redução de seus custos, pela melhoria da sua imagem, pelas pressões dos agentes financiadores e de clientes e evitar penalidades por parte dos órgãos ambientais. Então, a pesquisa indicou um plano de gestão dos resíduos da indústria da cana-de-açúcar para auxiliar as agroindústrias canavieiras sergipanas a gerenciarem de forma sustentável os seus resíduos. Baseado na ISO 14001, ele apresenta algumas soluções para reduzir os impactos ambientais decorrentes da geração e descarte inadequado dos resíduos da cana.

Já no terceiro estudo, foi apontado que a Fiat possui um SGA certificado pelo ISO 14001 e que suas ações de gerenciamento sustentável contemplam o reaproveitamento de 92% de toda a água utilizada nos processos industriais; a reciclagem de papel, papelão, plástico e isopor; a reciclagem de papéis contaminados por outra fábrica, que transforma em embalagens de papelão e a Fiat compra essas embalagens com 50% de descontos para acomodar peças e acessórios; ela ainda tem um espaço dentro das suas próprias instalações (Ilha Ecológica), destinado ao tratamento de efluentes líquidos e sólidos, seu sistema de produção não deixa estoque e a reduz muitos dos desperdícios decorrentes da produção física.

No último estudo indicado, foram demonstrados os benefícios com a implantação e certificação do SGA para os empregados, clientes, comunidades do entorno, para o meio ambiente e para a empresa mineradora certificada pela ISO 14001, em que suas atividades, impactam em geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos, consumo de energia elétrica, consumo de água, emissões de gases, entre outros.

A implantação do SGA na empresa possibilitou o levantamento da real dimensão de todos os aspectos e impactos gerados por suas atividades e possibilitou o tratamento e controle desses impactos, bem como treinar e orientar continuamente suas equipes para reduzir o consumo de recursos renováveis e para saberem lidar com a geração de resíduos e efluentes.

Com isso, a empresa executa ações para compensar a degradação que provoca ao meio ambiente: estação de tratamento de efluentes; programa de coleta seletiva; destinação controlada dos resíduos; recomposição da cobertura vegetal da área minerada por um programa de produção de mudas; parceria com a comunidade carente local, que cultivam mudas em seus terrenos e recebem renda por isto; programa de reprodução de espécies da fauna silvestre ameaçadas e posterior soltura nas áreas de preservação e dunas em processo de reflorestamento; mão de obra oriunda da comunidade vizinha; educação ambiental e alfabetização de empregados; e receptividade às pesquisas de Universidades públicas e privadas.

3 METODOLOGIA

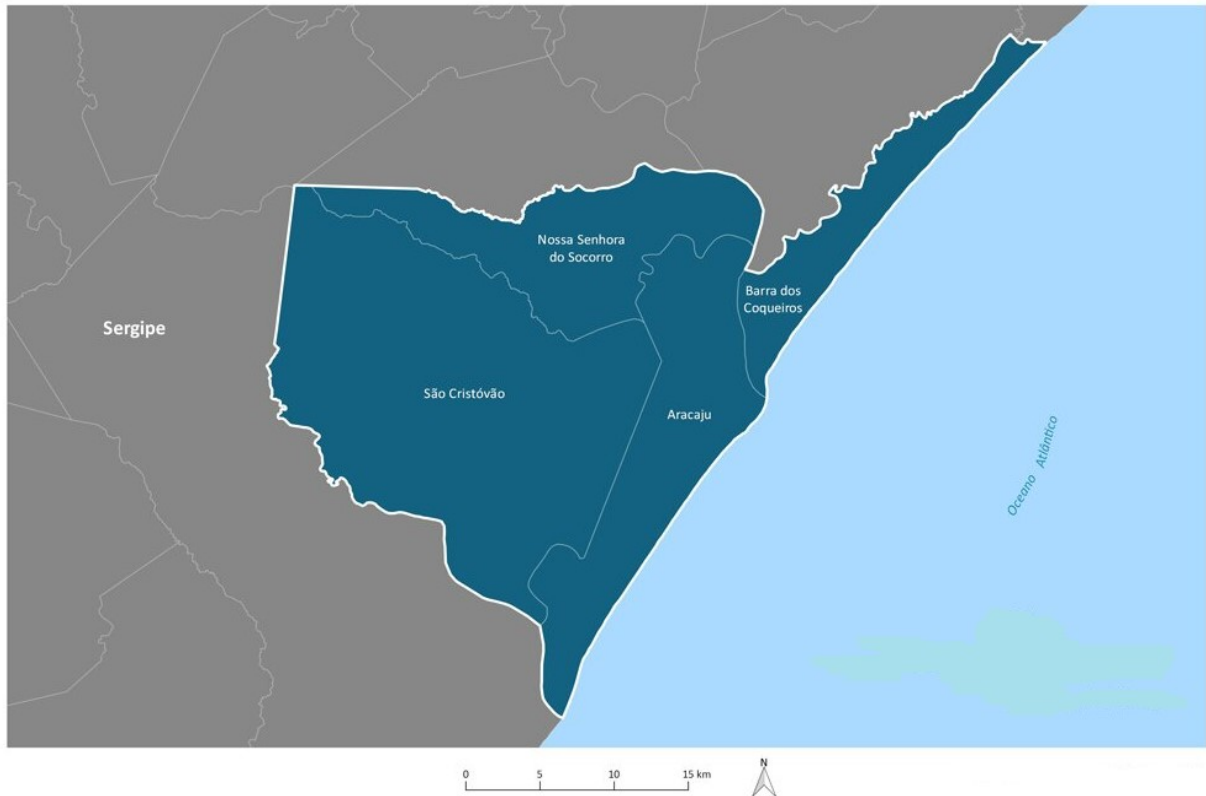
Neste capítulo, são descritos as abordagens, as técnicas e os procedimentos para responder de modo sistemático, o objetivo da pesquisa. Ele está estruturado da seguinte forma: delimitação e caracterização da área de estudo, contendo dados e imagens da área; e a caracterização da pesquisa no qual é descrito o método, as técnicas e instrumentos adotados, além da identificação do universo e amostra do estudo.

3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

Tendo em vista a Gestão Ambiental e as práticas de Responsabilidade Socioambiental como objeto de estudo da pesquisa, delimitou-se o Distrito Industrial de Socorro (DIS) como área de estudo, que está localizado no Complexo Taiçoca, município de Nossa Senhora do Socorro, estado de Sergipe. De acordo com IBGE (2017), Rodrigues (2017) e Santos (2016), este município tem uma população total de 186.768 habitantes e extensão territorial de 156,77 km², está localizado no litoral leste do estado, participa da região metropolitana (Figura 8) junto aos municípios de Aracaju, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros e tem como municípios limítrofes Aracaju, Laranjeiras, Areia Branca, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas.

Nossa Senhora do Socorro é evidenciado como uma potente Economia do estado, sendo distribuído em 47% no setor de serviços, 34% no setor público, 18% no setor industrial e 1% na agropecuária e nos últimos anos foi reforçada com a construção de centros comerciais, como o Shopping Prêmio e o Mini Shopping São Braz, e com a chegada de grandes empresas de armazenagem, de renovadoras de pneus, de transporte e de oficinas automotoras. (ALESE, 2020). Além de ter 07 (sete) estabelecimentos bancários instalados em sua estrutura urbana e um distrito industrial, promovendo assim, o crescimento de emprego e renda.

Figura 8- Região Metropolitana de Aracaju.



Fonte: IBGE, 2016.

Elaboração: Emplasa/CDT, 2018.

Pela força e atuação do setor industrial de Nossa Senhora do Socorro, o DIS foi selecionado como área de estudo para que se pudesse levantar as experiências das práticas com gestão ambiental e com ações de responsabilidade socioambiental. Além de ser de interesse pessoal da pesquisadora em contribuir com o desenvolvimento sustentável da comunidade onde está inserida, trazendo contribuições científicas no fomento do avanço econômico, social e ambiental através dos valores empresariais das indústrias desse distrito.

Segundo o IBGE (2011) nas estatísticas do cadastro central de empresas relativas ao ano de 2009, o município de Socorro foi o que mais atraiu empresas entre 1987 e 2002, subiu de 566 unidades em 1997 para 1.824 até dezembro de 2002. O crescimento percentual foi de 81,9%, bem acima das variações estadual, regional e nacional, que apresentaram crescimento de 36%, 50,5% e 41,7%, respectivamente (IBGE, 2011). As empresas foram atraídas pela facilidade de implantação de empresas no município, através de incentivos fiscais e como consequência dessa evolução, até 2017 empregaram cerca de 7.200 trabalhadores diretos.

Os incentivos fiscais concedidos a esse polo industrial, que atualmente é o maior do estado, provêm principalmente do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

(PSDI), que tem o intuito de estimular a economia na atração de novos negócios através de concessão de incentivos. Com o programa, os empreendimentos industriais podem ser beneficiados por apoio fiscal, locacional ou de infraestrutura. Para se conservarem em pleno funcionamento, manterem a competitividade e garantirem os empregos diretos e indiretos.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) levantou em 2020 que 28 fábricas estavam em pleno funcionamento no DIS, portanto, com áreas livres para implantação de novos negócios, conforme ilustrado na Figura 9 a seguir e pela construção de novos galpões industriais e parte das áreas livres na Avenida Perimetral A e parte das áreas livres na Avenida Estrutural B (Figura 10), e citou que incentivos fiscais e locacionais possibilitam que as empresas instalem suas indústrias com redução na tributação, além de um valor mais acessível no custo do aluguel ou na compra do imóvel (SEDETEC, 2020).

Figura 9 – Construção de novos galpões e áreas livres na Avenida Perimetral A.



Fonte: CODISE, 2020.

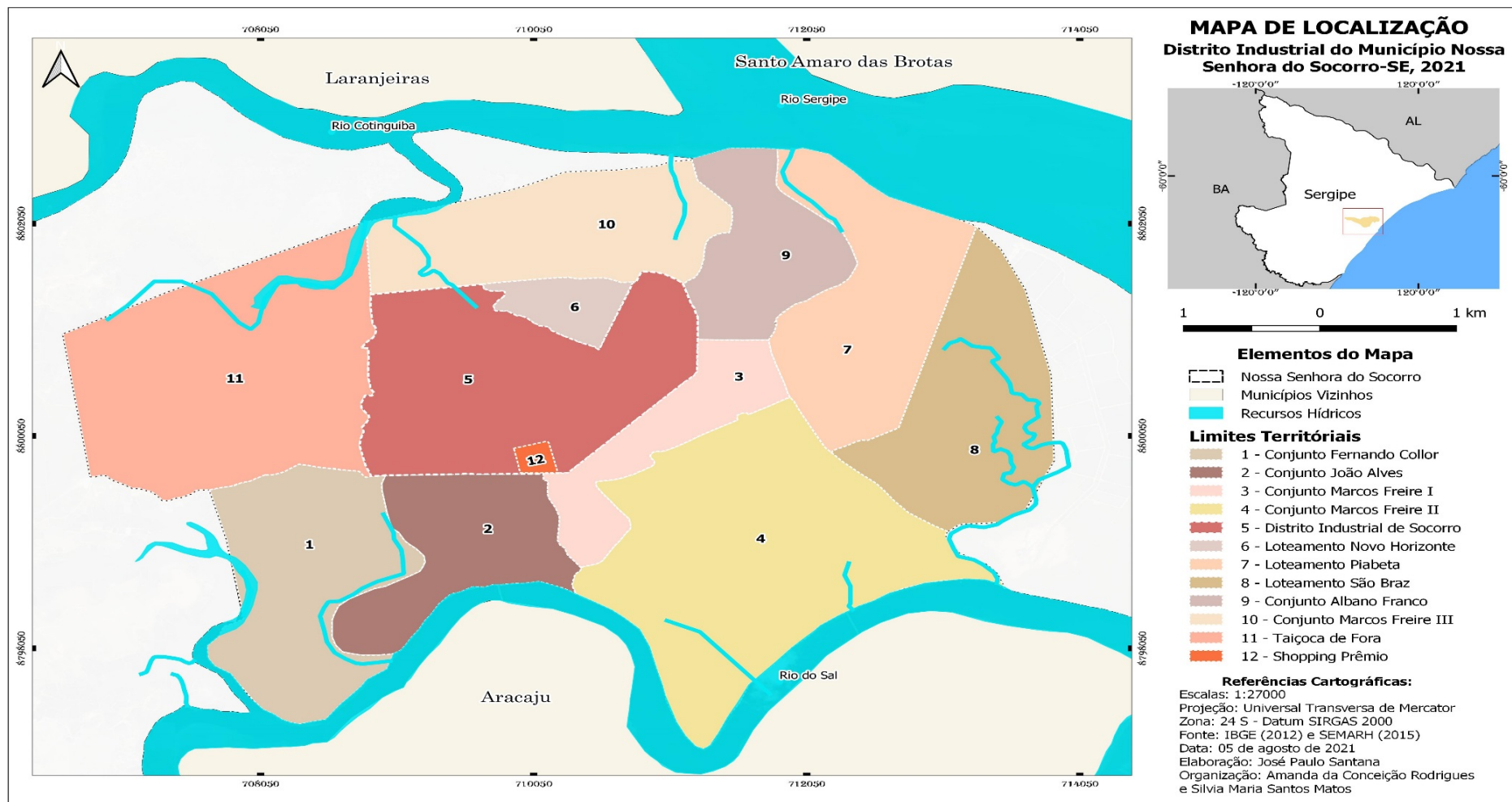
Figura 10 – Áreas livres na Avenida Estrutural B.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

No que concerne à estrutura, o DIS está situado no Conjunto João Alves Filho, entre os limites da Taiçoca de Fora, do Conjunto Fernando Collor, dos Conjuntos Marcos Freire I, II e III, do Conjunto Albano Franco, do Loteamento Novo Horizonte, do Loteamento Piabeta e do Loteamento São Braz, conforme delimitação da Figura 11, na próxima página. Dentro do limite desse distrito, em 2011 foi construído o Shopping Prêmio (limite territorial 12 – Figura 11), o que alavancou ainda mais a visibilidade do comércio local.

Figura 11 – Mapa de localização do DIS, 2021.



Elaboração: José Paulo Santana, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Pelo fato de a delimitação da área do DIS ainda está sendo planejada e discutida pela Prefeitura do município, foram feitos registros fotográficos de três limites do distrito pelo celular de marca Samsung, modelo J6 Plus e pelo drone de marca Eachine, modelo E520.

Assim sendo, a Figura 12 a seguir demonstra o Eixo Estrutural A, como região inicial do DIS (limite norte), que está localizada em frente à rótula do Siri, no Conjunto João Alves Filho, e mais adiante desse mesmo eixo (limite sul), muita área livre para construção e galpões para alugar.

Figura 12 – Limite Norte - Eixo Estrutural A.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

A Avenida Estrutural B, limite leste do DIS, encerra-se na entrada da Taiçoca de Fora e no início da BR SE 090, conforme ilustrado na Figura 13 a seguir. Nessa região, encontram-se algumas indústrias fechadas e outras em fase de reforma.

Figura 13 – Limite Leste – Avenida Estrutural B.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021

Já a Figura 14 a seguir mostra o centro da Avenida Estrutural B, onde majoritariamente, encontram-se indústrias de grande porte em pleno funcionamento e em construção.

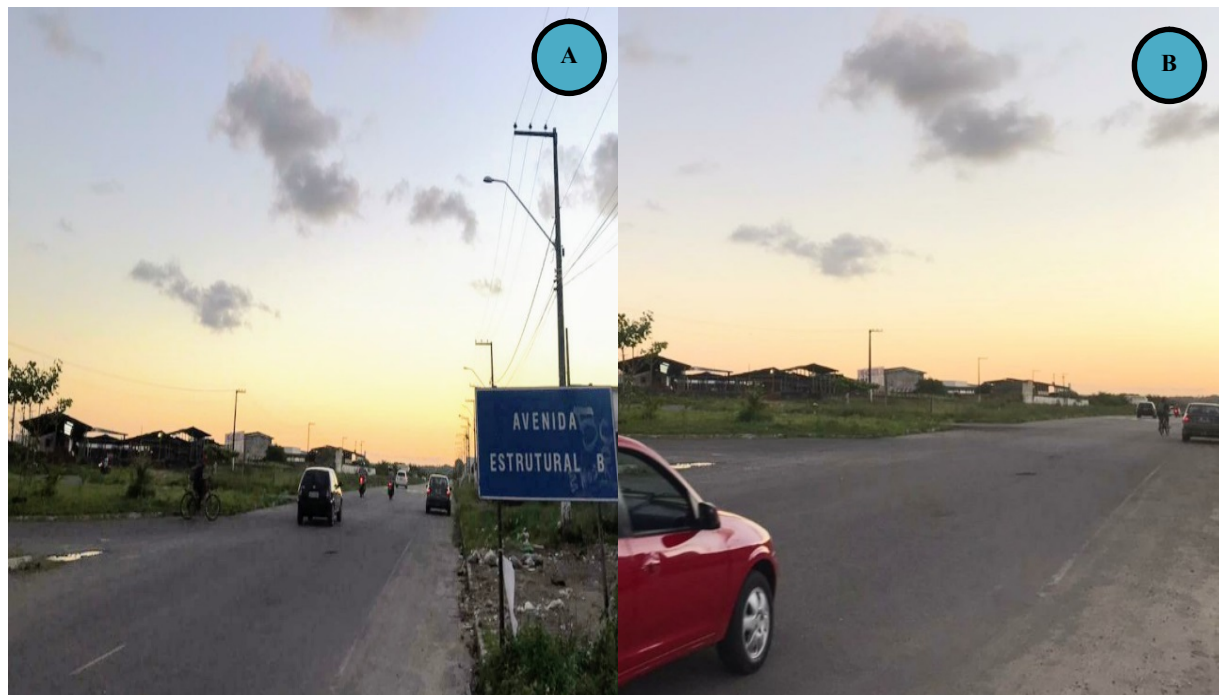
Figura 14 – Centro do limite Leste – Avenida Estrutural B.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Na Figura 15 a seguir, vê-se o final da Avenida Estrutural B, que tem predominância de áreas livres e de indústrias de pequeno porte.

Figura 15 – Final do limite Leste – Avenida Estrutural B.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

E por fim, a Avenida perimetral A, o limite oeste do DIS, representado assim, pela Figura 16 a seguir. Nessa região está instalada uma potente multinacional e indústrias de pequeno porte.

Figura 16 – Limite Oeste – Avenida Perimetral A.



Fotos: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Segundo dados da pesquisa através da delimitação da Figura 11, a área territorial do DIS corresponde a 3,46 km² ou aproximadamente 346 hectares. Essa área está dividida em seis zonas e quatro setores, conforme o Figura 17 e a Figura 18 a seguir.

Rodrigues (2017, p. 39-41) explica que, na implantação do DIS, na década de 80, foi elaborado um plano de diretrizes de ocupação de indústrias no solo urbano do município de Nossa Senhora do Socorro, que previa a ocupação de indústrias de diferentes portes na porção Norte do Complexo Taiçoca, considerando também a comunicação com os territórios através do transporte rodoviário. Por isso, o Plano Diretor do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro foi elaborado a partir de um modelo de ocupação do solo associado ao uso da terra e ao modelo de estrutura viária existente para o município.

O mesmo autor destaca que, a área destinada ao DIS deveria ser dividida em seis zonas – sendo quatro setores destinados à atividade industrial, um setor para administração e

um setor para áreas verdes. Essa ordenação foi estabelecida pelo tipo de atividade, pelo porte da indústria, pelos parâmetros relacionados às dimensões do terreno e pelo número de trabalhadores que seriam empregados nos galpões industriais.

Assim sendo, as pequenas e as médias indústrias deveriam localizar-se nas proximidades das áreas residenciais, para facilitar a locomoção dos empregados que residiam próximo ao distrito, enquanto as grandes deveriam localizar-se ao norte do distrito, considerando os níveis de poluição, a tecnologia empregada e a comunicação com a ferrovia.

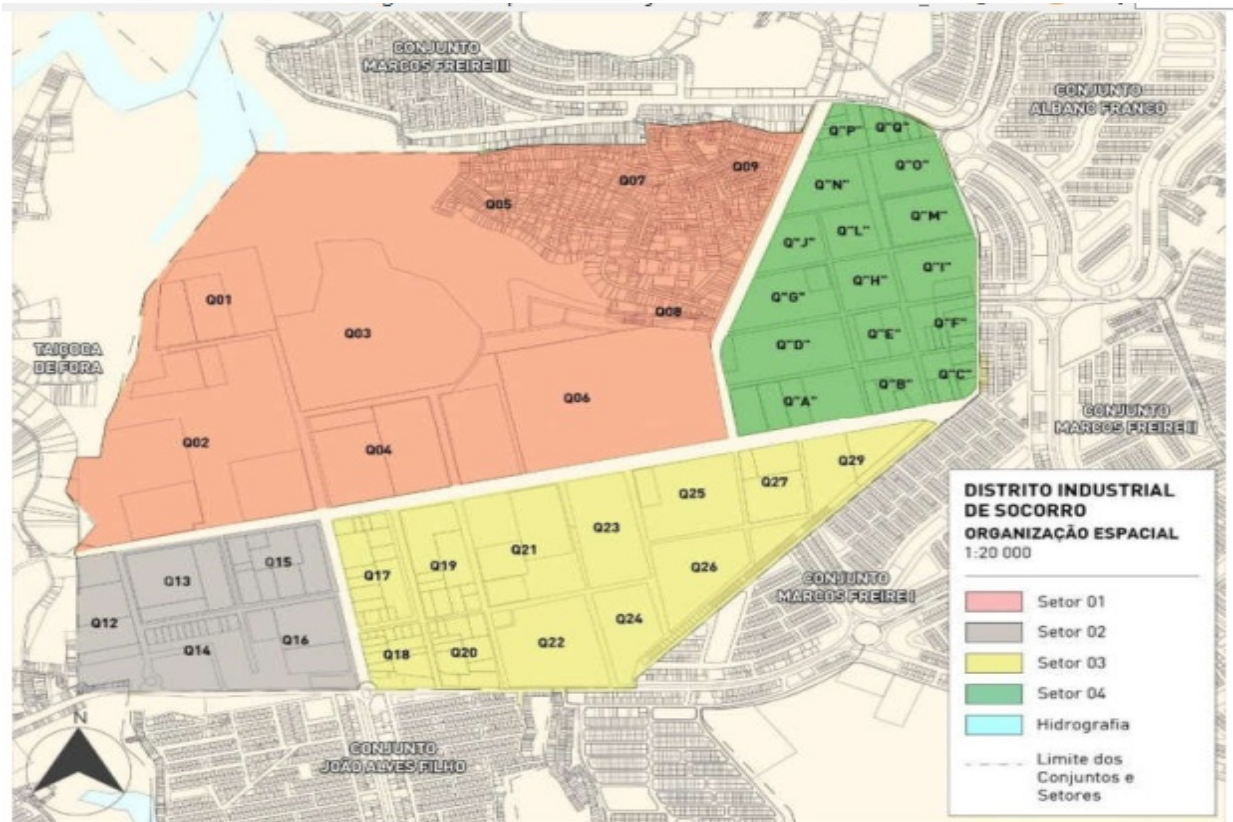
Figura 17 – Diretrizes de organização espacial do DIS.

Zonas	Destinação	Área do Lote
Zona Industrial 1 (ZI 1) / Setor 01	Microindústrias, indústrias leves com pequeno grau de incomodidade, sem a utilização de combustíveis sólidos	70 x 30m (2.100 m ²)
Zona Industrial 2 (ZI 2) / Setor 02	Indústrias de pequeno e médio porte, incômodas ou perigosas e que deverão se submeter a normas urbanísticas especiais	70 x 30m (2.100 m ²) 110 x 40m (4.400 m ²)
Zona Industrial 3 (ZI 3) / Setor 03	Indústrias pesadas, de médio ou grande porte, com alto grau de poluição, tanto atmosférica quanto de resíduos sólidos	70 x 30m (2.100 m ²) 110 x 40m (4.400 m ²)
Zona Industrial 4 (ZI 4) / Setor 04	Indústrias pesadas, de grande porte, que apresentam alto risco de poluição atmosférica, de efluentes e de resíduos sólidos	200 x 75m (15.000 m ²)
Zona de Administração, Equipamentos e Serviços Comunitários	Estabelecimentos comerciais, administrativos e de serviços	Lotes entre 600 m ² e 1.000 m ²
Zona de Áreas Verdes	Áreas de preservação ambiental ou destinado a edificações de uso específico	Em caso de ocupação, as edificações são limitadas a ocupar 5% da área total do lote

Fonte: CODISE, 2016.

Organização: Vinícius Rodrigues, 2017.

Figura 18 – Organização espacial do DIS, 2017.



Fonte: CODISE, 2016 e Pesquisa Direta, 2017.

Base Cartográfica: SEPLAN, 2011.

Elaboração: Vinícius Rodrigues, 2017.

Nesse sentido, atualmente os portes das indústrias do DIS são classificados em pequeno, médio e grande, com atividades diversificadas entre alimentícia, artefatos cimentícios, autopeças, cerâmica, embalagens, estofados, indústria gráfica, máquinas e equipamentos, metalúrgica, minerais não metálicos, mobiliário, prestação de serviços, produtos de limpeza, produtos metálicos, produtos químicos, produtos recicláveis, sinalização, têxtil e tintas.

Segundo a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Socorro (ASSEDIS) e a Secretaria de Indústria e Comércio do município (SEMIC), até início de 2020, 89 (oitenta e nove) empresas estavam em funcionamento no distrito, e proporcionando mais de 5.500 empregos diretos, não sendo possível mensurar os empregos informais. Porém, com o evento da pandemia do COVID-19, muitas empresas se desestabilizaram e precisaram encerrar suas atividades. Até o momento não foi possível contabilizar exatamente o número de empresas do DIS que permanecem ativas.

3.2 Caracterização da pesquisa

O método de abordagem usado na pesquisa foi o indutivo, uma vez que, a pesquisa partiu de uma premissa de que experiências industriais com práticas de responsabilidade socioambiental alinham a empresa ao que preconiza o 9º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a torna mais visível, ética, competitivamente. Segundo Marconi; Lakatos (2003, p. 86) “o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.”. Assim sendo, após os resultados da pesquisa de campo, pôde-se perceber que as observações resultantes generalizaram a ideia específica inicial dos fenômenos estudados.

Quanto à sua natureza foi aplicada, pois o trabalho de campo aplicou o prévio conhecimento científico e analisou empiricamente o problema elaborado. Assim como, os resultados da pesquisa geraram conhecimento sobre o objeto de estudo, colaborando assim, para futuras pesquisas.

Sua forma de abordagem foi quali-quantitativa. Qualitativo, porque os dados subjetivos levantados com as questões abertas na aplicação do instrumento de pesquisa foram organizados, codificados, categorizados no *Microsoft Office Excel 2016* e demonstrados por análise de conteúdo. E quantitativo, porque os dados estatísticos levantados com as questões fechadas na aplicação do instrumento de pesquisa foram tabulados no *Microsoft Office Excel 2016*, calculados conforme as incidências dos fenômenos para cada questão, e os dados resultantes foram demonstrados por gráficos e quadros no capítulo 4 a seguir.

Seus objetivos foram de caráter exploratório, visando a familiaridade da realidade dos aspectos socioambientais, éticos e de gestão ambiental nas indústrias do DIS para a conclusão de uma hipótese. E explicativa, a fim de elucidar fatores que contribuíram no aprofundamento das práticas e das ações de responsabilidade socioambiental e de gestão ambiental em detrimento do 9º ODS, através das experiências nas indústrias do DIS.

3.3 Coleta de dados

Para conhecimento, a proposta inicial da pesquisa de campo seria coletar dados primários através de entrevistas semiestruturadas com gestores das empresas do DIS, realizar a técnica de observação durante as entrevistas e fazer análise documental dos balanços sociais das empresas entrevistadas, para que se tivesse entendimento de como elas estão executando a

responsabilidade socioambiental dentro de suas estratégias e contribuindo com o desenvolvimento sustentável.

Para levantar dados secundários, com o intuito de conhecer os trabalhos sociais e ambientais desenvolvidos na comunidade, assim como, obter acesso mais direto ao universo da pesquisa, e, portanto, definir uma amostra, planejou-se realizar entrevista com a sede da Associação de Moradores do município e com a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Socorro.

Ainda sobre os dados secundários, por falta de informações completas nos sites da Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro em relação à infraestrutura, ao perfil, ao histórico e aos impactos socioambientais do DIS, pretendia-se realizar também entrevistas semiestruturadas com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Nossa Senhora do Socorro (SEMMA), com a Secretaria da Infraestrutura do município (SEINFRA) e com a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) do Estado.

Contudo, com a pandemia mundial do COVID-19, que se manifestou no Brasil no primeiro semestre de 2020 e que se estende até o ano atual, houve a necessidade de adaptar a pesquisa de campo presencial para remoto, por videochamada ou por ligação.

Diante do exposto, a metodologia de coleta de dados (pesquisa de campo) tanto primários quanto secundários deste trabalho, foi realizada de forma remota no período de maio de 2021 a agosto de 2021, não podendo assim, ser realizada a técnica de observação no interior das indústrias. Quanto à análise documental, não foi possível ser realizada, visto que os balanços sociais¹⁰ que são de acesso público, não foram encontrados nas bases de dados da internet e o acesso ao documento impresso não foi disponibilizado pelos participantes da pesquisa, embora essa autorização também estivesse descrita no TCLE.

Todas as entrevistas tiveram áudios gravados¹¹ pelo celular marca LG, modelo X Style, mediante consentimento do entrevistado. E toda aplicação do instrumento de levantamento de dados foi realizadas com a assinatura do participante no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que está no Apêndice A e com a assinatura das empresas participantes em um Termo de Anuência devidamente submetido ao Comitê de

¹⁰ O Balanço Social torna pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente e reúne um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. (IBASE).

¹¹ Para fins de transcrição de dados.

Ética da Universidade Federal de Sergipe, pelo Portal da Plataforma Brasil, com o protocolo número 52156221.5.0000.5546.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa consistiu em um questionário, servindo de roteiro para aplicação da entrevista. Esse foi elaborado a partir do conteúdo do referencial teórico, com um total de 31 (trinta e uma) questões e dividido em blocos, conforme o Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Organização do questionário.

Bloco	Tema	Número de questões
1	<i>Perfil do gestor</i>	6
2	<i>Perfil da empresa</i>	4
3	<i>Responsabilidade socioambiental e ética ambiental</i>	12
4	<i>Gestão ambiental</i>	5
5	<i>Desenvolvimento sustentável o objetivo 9</i>	4
Total		31

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

O primeiro bloco trata do perfil do gestor, com 6 (seis) questões, sendo 2 (duas) sigilosas, respeitando o que recomenda a Resolução nº 466/2012 e a Norma Operacional nº 001/2013 pelo Conselho Nacional de Saúde; o segundo bloco levanta o perfil da empresa, com 4 (quatro) questões, sendo 1 (uma) sigilosa, a fim de não aparecer nos resultados as a razão social e o nome de fantasia da empresa; no terceiro bloco foram tratadas as informações referentes a responsabilidade socioambiental e a ética ambiental, com 12 (doze) questões, na sua maioria, com percepções do gestor sobre os temas; o quarto bloco contempla a gestão ambiental empresarial, contendo 5 (cinco) questões; o quinto e último bloco levanta o conhecimento do gestor sobre o desenvolvimento sustentável e sobre os 17 ODS, alinhados, assim, às estratégias da empresa.

As questões podiam ser suprimidas durante a entrevista quando o participante findava respondendo outra questão junto à fala da questão que estava argumento no momento. Ou ainda, poderiam surgir novas questões complementares ao questionário, a depender a discussão entre o participante e a pesquisadora. Relacionado aos participantes, a seguir, é apresentado a definição do universo e da amostra da pesquisa.

3.3.1 Universo e amostra da pesquisa

Marconi e Lakatos (2003, p. 223) definiram que a delimitação do universo de uma pesquisa consiste em explicitar quais pessoas ou coisas ou fenômenos - com características em comum - serão pesquisados. Para tanto, o universo dessa pesquisa são as empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, identificadas, inicialmente, através do fornecimento de uma extensa lista de empresas ativas e inativas do DIS. Para que se pudesse afunilar esse universo para apenas empresas ativas do distrito, a ASSEDIS e a SEMIC informaram por entrevista, que até início de 2020 o distrito contava com a atividade de 89 (oitenta e nove) empresas.

Já a amostra da pesquisa foi definida pela técnica de amostragem por conveniência ou intencional e por acessibilidade não probabilística, ou seja, a amostra é definida a partir da facilidade de acesso aos participantes. Para se chegar a isso, no primeiro semestre de 2021 foi realizada entrevista com o até então, presidente da ASSEDIS, no qual passou informações sobre a fundação e atuação da associação junto DIS e forneceu uma lista com 32 (trinta e dois) associados, relativamente aptos a participarem da entrevista. E foi a partir deste universo de 32 (trinte e duas) empresas associadas à ASSEDIS que se definiu a amostra desta pesquisa.

Desde então, iniciou-se o trabalho de contato, apresentação e solicitação de participação na pesquisa. À medida que os contatos com os participantes iam sendo efetivados, ia também, sendo solicitado o endereço de e-mail deles para envio das informações da pesquisa, do TCLE e do Termo de Anuência.

Por fim, das 32 (trinta e duas) empresas da lista fornecida pela ASSEDIS, 18,75% não foram contatados por dados incompletos; 28,12% responderam o contato, mas não aceitaram ou não puderam participar da pesquisa; 25,0% não responderam o contato. Assim, a amostra final deste estudo foram 9 (nove) empresas, ou seja, que foram efetivamente entrevistadas, perfazendo um total de 28,12% do universo.

Vale constar que, inicialmente a amostra foi definida com 10 (dez) participantes, que totalizaria 31,25% do universo da pesquisa, mas o décimo participante, que ficou de confirmar a realização da entrevista, não aceitou participar da pesquisa. Inclusive, foi informada uma amostra de 10 (dez) participantes na submissão da Plataforma Brasil para avaliação do Comitê de Ética.

4 EXPERIÊNCIAS NAS EMPRESAS DO DIS COM A GESTÃO AMBIENTAL E COM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O presente capítulo expõe a análise e as discussões dos resultados dos dados coletados na pesquisa de campo, através da aplicação de questionário (seção 4.1) na entrevista semiestruturada, realizada por meio remoto (videochamada ou ligação) com 9 (nove) gestores representantes de indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, em Sergipe. Também são apresentadas as informações sobre a atuação da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Socorro (ASSEDIS) e da Associação de Moradores do município (Associação Belém) nas demandas sociais e ambientais da comunidade e do DIS, levantadas por entrevista semiestruturada (seção 4.2), realizada também por videochamada ou por ligação com presidentes e diretores das referidas entidades.

4.1 Coleta de dados

Abaixo são descritos, analisados e discutidos os dados coletados na pesquisa de campo, pela aplicação do questionário que contém um total de 31 (trinta e uma) questões. Eles estão separados por blocos referentes a cada tema trabalhado e os participantes da pesquisa são identificados por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9, respectivamente.

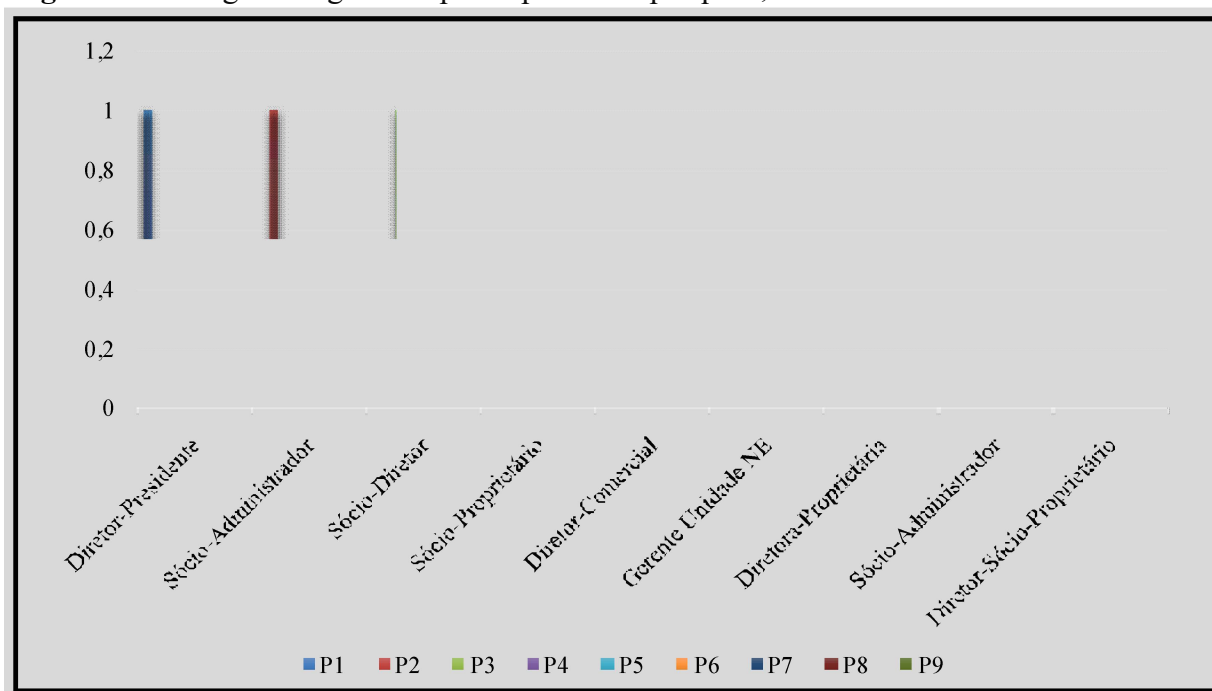
4.1.1. Bloco 1 – Perfil do gestor

A identificação dos cargos de cada gestor participante é importante para entender o grau de responsabilidade direta ou indireta que ele ocupa na hierarquia e na tomada de decisões da empresa, no que se refere à postura de responsabilidade socioambiental:

As práticas de responsabilidade socioambiental atualmente têm sido bastante discutidas pela sociedade e empresários dos mais diversos setores da economia, com propósito de minimizaras consequências tanto em relação aos problemas já existentes, bem como os que poderão ser gerados posteriormente no meio ambiente, estes têm abraçado a causa com uma postura diferenciada em relação ao tema (MOURA, 2018, p. 13).

A Figura 19 a seguir representa as respostas da questão 2 dos gestores participantes, nos quais estão sendo categorizados pela ordem em que foram entrevistados, assim sendo, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9, respectivamente.

Figura 19 – Cargos dos gestores participantes da pesquisa, 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Silva Santos, 2021.

No processo de governança o acionista tem o papel de dirigir e gerenciar os negócios e as atividades empresariais com o objetivo de aumentar o seu próprio valor e assegurar a viabilidade financeira da empresa. A direção e a gestão da empresa devem considerar a responsabilidade social e ambiental no que tange o impacto de seus atos sob os empregados, clientes, fornecedores e comunidade (SOUZA; MARCON, 2002, p. 8).

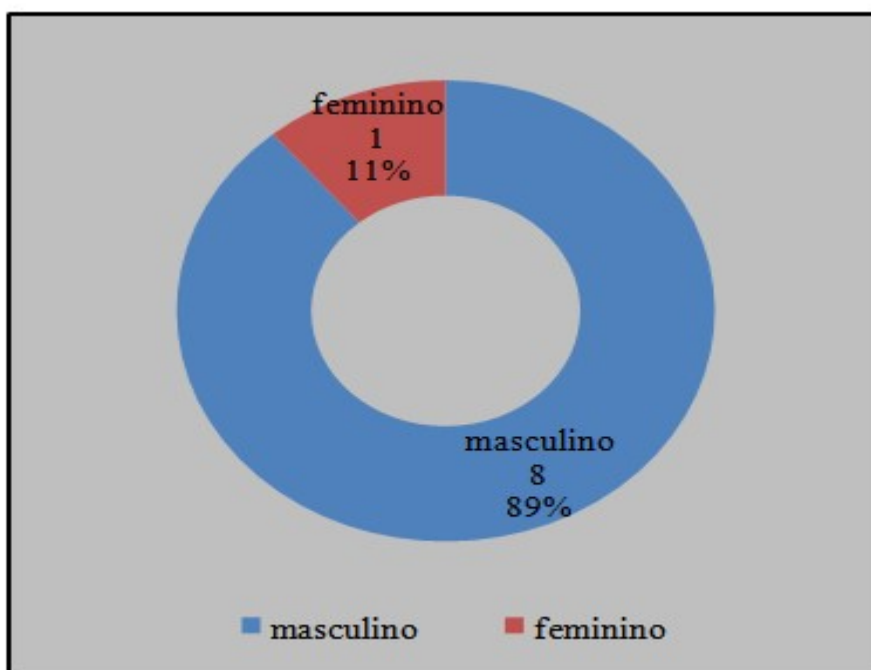
Considerando o que diz Souza e Marcon (2002) e os dados do Figura 18, percebeu-se que, 100% dos participantes ocupam cargos de alta gestão, na sua maioria acionista da empresa, o que se deduziu que, as estratégias de gestão ambiental e de responsabilidade socioambiental traçados no plano de ação da empresa são assentidas por eles.

Quanto aos gêneros dos nove gestores entrevistados na pesquisa, o Figura 20 a seguir demonstrou a predominância do gênero masculino que fez a porcentagem de 8,89% e do gênero feminino 1,11%. Mesmo sendo uma amostra pequena, o desequilíbrio entre o trabalho masculino e o trabalho feminino na gestão industrial é evidente. O que se percebeu durante a entrevista foi que a ocupação dos cargos de alta gestão das indústrias entrevistadas ocorre por histórico familiar ou em virtude de o gestor também ser o proprietário da empresa, então,

possivelmente competências e habilidades de gestão não são consideradas na formação da liderança dessas empresas.

Em sua pesquisa, Spricigo (2017, p. 3-4) diz que a organização pesquisada contava com um quadro de trabalhadores em que 83,49% eram homens e 16,51% mulheres, com predominância do gênero masculino em todos os cargos. Do total de trabalhadores, 8,92% ocupam o cargo gerencial, destes 12,28% mulheres e 87,72% homens. A autora justifica esses dados dizendo que, apesar da crescente inserção da liderança feminina no mercado de trabalho, onde as mulheres tendem a adotar estilos de gestão mais democráticos, de cooperação e de transparência, trazendo maiores resultados financeiros e na relação de trabalho, ainda existem várias barreiras no trabalho da mulher, por mais que se qualifiquem profissionalmente, tendem a receber menores salários e assumirem atividades de apoio e suporte à gestão, para que não abram mão de suas responsabilidades familiares.

Figura 20 – Gêneros dos gestores participantes da pesquisa, 2021.



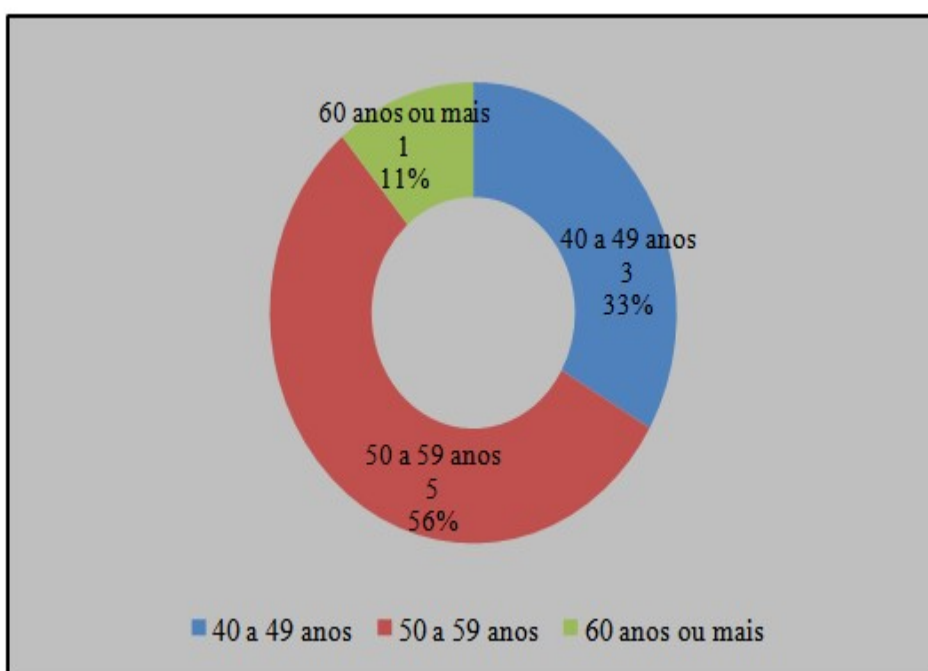
Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Quando à questão da faixa etária dos gestores participantes, foi levantado que 3 (três) faixas foram evidenciadas, sendo que 3 (três) participantes estão na faixa etária de 40 a 49 anos, 5 (cinco) participantes estão na faixa etária de 50 a 59 anos e 1 (um) participante está na faixa etária de 60 anos ou mais, conforme demonstrado na Figura 21 a seguir. A idade dos

participantes influencia tanto nas experiências das demandas das empresas do DIS quanto nas demandas e necessidades de mercado. Conforme cita Vitória (2015, p. 24), os mais velhos, têm maior lealdade e comprometimento organizacional, são mais predispostos a fazer sacrifícios em prol da organização, o que na prática se pode traduzir em desempenhos superiores e que suas elevadas competências interpessoais e éticas como a sua experiência e o seu conhecimento, são determinantes para o desempenho das equipes e das organizações.

Figura 21 – Idade dos gestores participantes da pesquisa, 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

O Quadro 6 a seguir apresenta o grau de escolaridade e a profissão exercida por cada participante, a partir disto, pode-se entender a importância do conhecimento para se buscar novas tecnologias e inovações de processos para que a empresa esteja alinhada às necessidades do mercado e aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Percebeu-se que os gestores participantes estão preocupados em se atualizarem para aplicarem seus conhecimentos em sua profissão e em sua área de atuação. Portanto, 33,33% dos participantes possuem formação superior em Administração, 11,11% possui formação em Engenharia de Produção Mecânica, 11,11% possui formação em Análise de Sistemas, 11,11% possui formação em Publicidade, 11,11% possui formação em Contabilidade e 22,22% não concluíram o ensino superior. Dos que possuem nível superior completo, 22,22% concluíram

mais de uma pós-graduação. Quanto à profissão que atualmente exercem: 22,22% são administradores, 11,11% é engenheiro de produção mecânica, 11,11% é gestor industrial e, 55,55% são empresários.

Quadro 6 – Grau de escolaridade e profissão dos gestores participantes da pesquisa.

<i>Participante</i>	Grau de escolaridade	Pós-graduação	Profissão
<i>P1</i>	Superior completo em Engenharia de Produção Mecânica	não	engenheiro de produção mecânica
<i>P2</i>	Superior completo em Análise de Sistemas	não	empresário
<i>P3</i>	Superior completo em Administração e Bacharelado em Direito	não	administrador
<i>P4</i>	Superior completo em Publicidade	não	empresário
<i>P5</i>	Superior incompleto	não se aplica	empresário
<i>P6</i>	Superior completo em Contabilidade	Pós-graduação em Finanças e Controladoria, Logística, Processos Industriais e em Liderança para resultados	gestor industrial
<i>P7</i>	Superior incompleto	não se aplica	empresária
<i>P8</i>	Superior completo em Administração	Mestrado em Gestão Estratégica de varejo; MBA em Gestão empresarial e em Planejamento Financeiro e Tributário	administrador
<i>P9</i>	Superior completo em Administração	não	Empresário

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

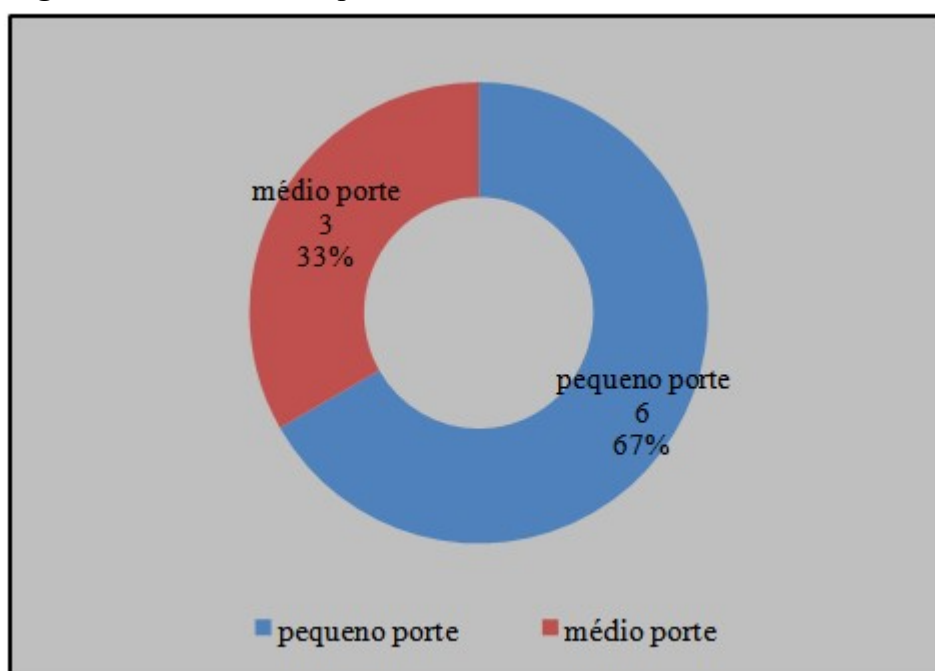
Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Sobre a relevância da escolaridade dos gestores na atuação empresarial, Schaedler; Bitencourt; Bruchêz (2015, p. 17-18) pontuam em seu estudo que os entrevistados com maior nível de escolaridade têm uma percepção mais ampla e sistemática sobre a importância dos controles internos da organização e ainda faz melhor uso desses controles, podendo assim, ter maior poder na tomada de decisão.

4.1.2. Bloco 2 – Perfil da empresa

Entender o perfil das empresas participantes foi pertinente, porque deu para se analisar a partir dessa amostra como estão organizadas espacialmente as empresas no DIS, e posteriormente, no terceiro bloco, retratar a sobrevivência econômica da empresa e a maneira que geram benefícios sociais a partir disso. Para tanto, a Figura 22 a seguir apresenta os portes nos quais as empresas entrevistadas estão configuradas:

Figura 22 – Porte das empresas entrevistadas, 2021.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Moura (2017, p. 39-40) explica que a ordenação das empresas é estabelecida pelo tipo de atividade, pelo porte da indústria, pelos parâmetros relacionados às dimensões do terreno e pelo número de trabalhadores que são empregados nos galpões industriais. Então, através dos dados da Figura 21, analisou-se que 67% das empresas entrevistadas são de pequeno porte e 33% é de médio porte, segundo informações dos pesquisados.

As implicações econômicas e sociais que essa aglomeração de empresas, principalmente as de pequeno porte causam na comunidade e no DIS estão previstos na Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que foi instituída em 2006, que prevê o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas brasileiras, com o

objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento e a sua competitividade. Assim, as inferências provocadas por essas empresas são a geração de emprego, a distribuição de renda, a inclusão social, a redução da informalidade e o fortalecimento da economia, a desburocratização, as facilidades para acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, e o estímulo à inovação e à exportação (SCHAEDLER; BITENCOURT; BRUCHÊZ, 2015, P. 17-18). Quanto à geração de empregos, as 9 (nove) empresas somam um total de 567 (quinhentos e sessenta e sete) empregos diretos e em torno de 207 empregos indiretos, sendo estes profissionais terceirizados como, motoristas, carregadores, agentes de limpeza, “chapeiro” (caldeireiro) e engenheiro de produção.

Já o Quadro 7 a seguir descreve as atividades e os setores que compõem a estrutura das empresas, conforme respostas dos entrevistados e categorizadas pelo seu porte. Essa categorização reflete os impactos positivos e negativos causados ao meio ambiente, conforme será apresentado na seção 4.1.3.

Quadro 7 – Atividades e setores das empresas entrevistadas.

Porte	Atividade	Setores
Pequeno	Reciclagem de sucata ferrosa; beneficiamento de sucata	Administrativo; Comercial; Compras; Compras; Criação; Envase; Expedição; Financeiro; Instalação; Logística; Operação; Produção; RH; Suprimentos; Vendas.
	Fabricação de aço em geral para a construção civil, indústrias de serralheria e indústria em geral	
	Indústria alimentícia	
	Indústria de cosméticos	
	Indústria de colchões	
	Sinalização e comunicação visual	
Médio	Indústria de minerais não metálicos; pisos e azulejos esmaltados	Administrativo; Almoxarifado; Contabilidade; Estoque; Faturamento; Financeiro; Logística; Produção; RH; Vendas.
	Indústria têxtil de confecção	
	Indústria de material plástico	

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Dados da pesquisa revelaram que a média do total de anos de atuação no DIS de todas as 9 (nove) empresas pesquisadas são de 17 (dezessete) anos. Sendo que, destas, uma iniciou suas atividades no município de Estância, estado de Sergipe e logo depois transferiu para o

DIS, onde está há 9 (nove) anos; e outra está no DIS há 10 anos, mas faz parte de um grupo empresarial que em 2022 completará 100 (cem) anos de atividade. Isso reflete na visão de que o mercado do DIS é estável, que está em constante expansão e que incentivos contribuem para que essas empresas tenham se instalado e se mantido no DIS, conforme os dados levantados onde 88,88% dos entrevistados participam do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) e 11,11% não participa por não se enquadrar nos parâmetros do programa.

4.1.3. Bloco 3 – Responsabilidade socioambiental e ética ambiental

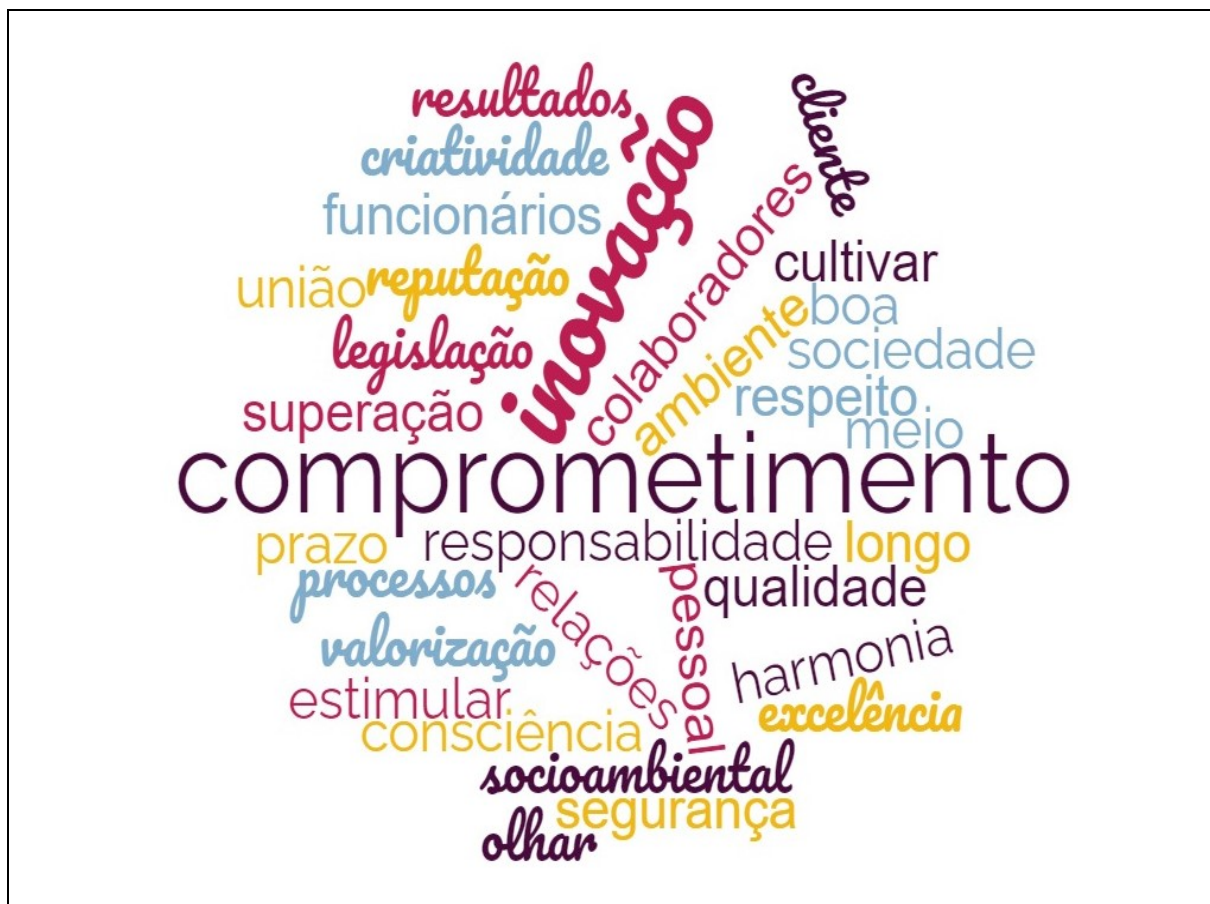
Para iniciar a análise e discussão desse bloco, vale ressaltar o que diz Andrade (2012, p. 18) sobre os valores de uma empresa:

Para John Ferrel a “ética empresarial compreende princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios”. Ou seja, a ética empresarial focaliza a maneira como as decisões são tomadas nas empresas e de que modo elas podem melhorar eticamente as condutas e ações dos gestores e colaboradores. (...) “A ética empresarial é o comportamento da empresa – entidade lucrativa – quando ela age de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas).” (ANDRADE, 2012, p. 18).

Para tanto, a constituição dos valores éticos de uma empresa contribui no relacionamento com os seus acionistas, fornecedores, clientes e parceiros e dá o suporte necessário para que os empregados tomem decisões alinhadas com os valores com que estão comprometidos.

Visto isso, os valores empresariais informados e evidenciados pelos participantes estão elencados na nuvem de palavras a seguir (Figura 23). Vale frisar que, 4 (quatro) participantes não lembraram dos valores da sua empresa durante a entrevista, e que 1 (um) deles citou que os valores da sua empresa, além do que está descrito na sua gestão estratégica, são de cunho sentimental por se tratar de uma empresa familiar.

Figura 23: Valores empresariais evidenciados pelos gestores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

As palavras que apareceram destacadas na Figura 23 simbolizaram que os gestores responderam que os seus valores estão voltados para a segurança em se manter no mercado; consciência nos processos de responsabilidade socioambiental; inovação e superação de resultados; comprometimento com a harmonia entre o meio ambiente, os funcionários, a sociedade e com a legislação; valorização e qualificação de pessoal; olhar para o outro com empatia; cultivar a integridade da imagem e a boa reputação da empresa; estimular a criatividade; respeito ao cliente; excelência e qualidade dos produtos e serviços; união entre parceiros e sociedade e relações de longo prazo.

Esses valores empresariais mencionados estão diretamente relacionados a alguns conceitos de práticas de responsabilidade socioambiental empresarial citada por Schommer (2008), assim, para melhor entendimento, no Quadro 8 a seguir são destacados esses valores *versus* os conceitos de Schommer.

Quadro 8: Valores das empresas entrevistadas *versus* conceitos de Schommer.

Valores empresariais		Práticas de responsabilidade socioambiental por Schommer (2008)
Comprometimento com a harmonia entre o meio ambiente, os funcionários, a sociedade e com a legislação.	}	Criação de vínculos de aceitação e colaboração mútua com a comunidade, evitando riscos de conflitos ou sabotagem.
União entre parceiros e sociedade e relações de longo prazo.		
Olhar para o outro com empatia.		
Segurança em se manter no mercado.	}	Maior longevidade da empresa, na medida em que boas relações com os diversos <i>stakeholders</i> e, a postura proativa em relação aos desafios sociais e ambientais, tendem a contribuir para sua sustentabilidade.
Respeito ao cliente.		
Cultivar a integridade da imagem e a boa reputação da empresa.		
Valorização e qualificação de pessoal.	}	Habilidade para atrair e manter parceiros de negócios e colaboradores qualificados.
Estimular a criatividade.	}	Engajamento dos funcionários.
Inovação e superação de resultados.	}	Estímulo a um ambiente de inovação – novos produtos, redução de resíduos.
Excelência e qualidade dos produtos e serviços.		
Consciência nos processos de responsabilidade socioambiental.	}	Estímulo a inovações nos processos produtivos.
		Estímulo a um ambiente de inovação – novos produtos, redução de resíduos Incentivo à cidadania entre os trabalhadores, seja no âmbito das empresas ou na sua vida pessoal e comunitária.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Elaboração: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Engajando nesse sentido de uma atuação ética e socioambientalmente responsável, a questão 14 (quatorze) do questionário tem em vista descrever o entendimento dos gestores

quanto aos conceitos de responsabilidade socioambiental e de ética ambiental. Alguns fragmentos das respostas dos participantes (P) estão destacados no Quadro 9 abaixo:

Quadro 9 – Entendimento dos gestores participantes da pesquisa sobre RSA e ética ambiental.

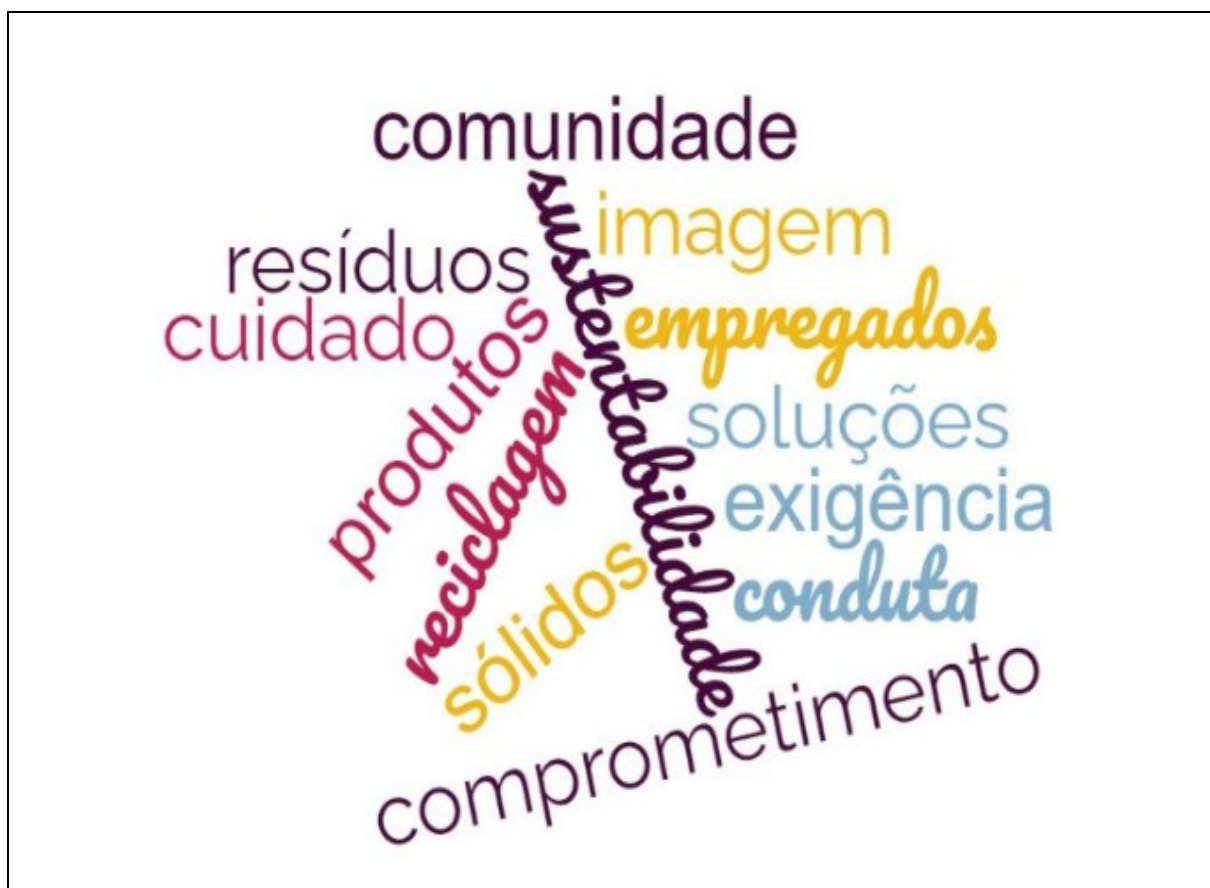
<i>Qualquer sistema organizacional precisa contracenar com todos os atores da sociedade, construir um valor compartilhado quando oferece um serviço/produto, compartilhar resultados sociais/culturais/econômicos das suas obrigações e atuações, porque é uma exigência da comunidade. (P1, 2021).</i>
<i>A atividade da minha empresa já é direcionada para isso: Achar solução sustentável para tratamento dos resíduos gerados. (P2, 2021).</i>
<i>Hoje, a premissa de qualquer empresa é o cuidado socioambiental. Preocupação com a estrutura da empresa e com a comunidade do entorno. A empresa que não tem esse comportamento está fadada a ter problemas com órgãos ambientais, ter uma imagem ruim, e tem que se preocupar com os resíduos sólidos. Ética ambiental é cumprir o que a empresa prega, ter comprometimento, cuidado e zelo com os empregados e com a sociedade em geral, seguindo normas. (P3, 2021).</i>
<i>RSA são as práticas que interagem com o meio ambiente a fim de não o prejudicar. Ética ambiental é um termo novo para mim, mas está diretamente ligada à conduta. (P4, 2021).</i>
<i>A RSA e a ética ambiental é ter processos limpos dentro da empresa, trabalhar com empresas idôneas, que tenham a matéria-prima certificada pela ANVISA, de maneira rastreada. (P5, 2021).</i>
<i>Responsabilidade socioambiental está ligada ao conceito de sustentabilidade, no que tange o social, o meio ambiente (reciclagem, desperdício), produtos sustentáveis, econômico, clientes. Ética ambiental é a conduta, as atitudes da empresa para seguir as normas, para seguir a sustentabilidade, seguir uma cultura. (P6, 2021).</i>
<i>É muito importante pensar nos problemas hoje para que não se tenha mais problemas no futuro. Ética ambiental é pensar também no cuidado com os empregados sobre a reciclagem do plástico. (P7, 2021).</i>
<i>RSA é para o gestor ter consciência em reduzir ao máximo os impactos ambientais da sua indústria, interagir com a sociedade e fazer seu papel social dentro da comunidade. (P8, 2021).</i>
<i>RSA e ética ambiental são bem parecidas, é ter cuidado com o ambiente que vivemos, com descarte de material, com produtos, com a questão sanitária. Um exemplo disso é que no DIS não tem sistema de esgoto, só tem fossa e sumidouro, por isso as empresas do distrito se juntaram para fazer a drenagem da fossa. (P9, 2021).</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Analisando esses dados, percebeu-se a evidência de termos (Figura 24) que apareceram com frequência nessas falas, isso denota que as indústrias através da representação dos gestores entrevistados atendem às exigências do mercado buscando soluções sustentáveis para seus produtos, como por exemplo, reciclando e reutilizando os resíduos sólidos resultantes das suas produções e que estão comprometidas com o cuidado na melhoria da sua comunidade e dos seus empregados, pois com essa conduta eles entendem que a imagem da empresa se mantém sólida e transparente, correspondendo aos valores pregados por elas.

Figura 24: Termos frequentes sobre o entendimento de RSA e ética ambiental pelos gestores participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Quando uma empresa se preocupa em atender às novas necessidades dos clientes pensando nos anseios de uma sociedade, na qualidade de vida dos seus empregados, do meio

ambiente e dos seus produtos, ela tem ganhos que vão além do lucro econômico, assim diz Andrade (2012, p. 24):

[...] empresas que se interessam e participam de ações sociais, que cuidam do meio ambiente e não focam exclusivamente suas ações em lucro tendem a serem valorizadas pelos clientes. Compreende-se que a decisão das pessoas em comprar tem ido além do mero consumismo, envolvem preocupações com o meio ambiente, com a qualidade de vida dos trabalhadores e com a qualidade do produto ou serviço (ANDRADE, 2012, p. 24).

Em corroboração, Santos (2003, p. 20) diz que “[...] ética nos negócios são o fundamento da atuação responsável de uma empresa. São a base do comportamento moral, do julgamento do que é certo e o que é errado, e dos padrões de conduta em uma sociedade.”. Deste modo, a ética empresarial é o direcionamento para a conformidade dos padrões de conduta aceitáveis nos valores e costumes de uma sociedade.

Então, relacionando esses pensamentos com as respostas dos participantes, entendeu-se que, para que a empresa se mantenha no mercado com uma imagem positiva, é preciso que ela tenha um comportamento social e ambientalmente responsável. É desenvolver produtos e serviços que minimizem o impacto ambiental; ter zelo pelos seus empregados, parceiros, clientes e consumidores; se preocupar com os anseios da sociedade e da sua comunidade; além de procurar sempre soluções inovadoras em seus processos produtivos.

Com esse olhar sensível e com essa prática socioambientalmente responsável, a empresa beneficia diretamente sua imagem, seu capital humano e o meio ambiente no qual faz parte, que segundo os gestores participantes, nas indústrias da pesquisa esses benefícios resultam em: *fortalecimento da imagem social, ambiental e cultural da empresa; melhor aproveitamento de água fluvial através de seu armazenamento; fidelização dos colaboradores; imagem de credibilidade da empresa perante a sociedade, geração de economia, empregos e renda; redução de resíduos, de impacto ambiental e de poluição; mitigação de danos ambientais; e respeito a todos.*

Quanto à sensibilidade dos gestores participantes em perceberem os impactos tanto positivos quanto negativos que suas atividades causam, são descritos no Quadro 10 a seguir alguns deles.

Quadro 10 – Impactos causados pelas atividades das empresas participantes da pesquisa.

Positivos	Negativos
<i>Qualificação de mão-de-obra; geração de novos negócios (serviços de manutenção e cadeia de logística).</i>	<i>Por falta de políticas públicas para a resolução desse problema, a secagem da argila é feita a céu aberto e afeta a comunidade do entorno do DIS.</i>
<i>Uso de máquinas elétricas; reciclagem de sucata, trabalho social com sucateiros.</i>	<i>Poluição através dos caminhões.</i>
<i>Geração mínima de resíduos. Reaproveitamento de sucata; parceria com empresas locais de reciclagem.</i>	<i>Geração de resíduos sólidos de sucata.</i>
<i>Produtos naturais e com destinação de resíduos sólidos; não há queima de carvão.</i>	<i>Poluentes de caminhões; compra produtos de uma cadeia que agride o meio ambiente; poluição sonora pelo maquinário.</i>
<i>Geração de empregos; qualificação de pessoal; confiança dos clientes, fornecedores e consumidores.</i>	<i>Lixo doméstico.</i>
<i>Negócio limpo; não lança poluentes no meio ambiente.</i>	<i>Poluição pelos veículos; resíduo doméstico.</i>
<i>Processo de reciclagem dos principais produtos para que não precise comprar novos produtos todos os meses.</i>	<i>Onde tem indústria não pode ter residências.</i>
<i>Geração de empregos, de renda, de tributos; bem-estar comum (segurança do DIS e do entorno).</i>	<i>Geração de resíduos sólidos.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Observando os dados do Quadro 10 acima, concluiu-se que, na percepção dos gestores participantes, os principais impactos sociais positivos que as atividades das empresas entrevistadas causam são a geração de empregos; o bem-estar comum (empregados, clientes, fornecedores, consumidores e comunidade); e qualificação de pessoal. Já sobre os impactos ambientais positivos, destacou-se o reaproveitamento/reciclagem de resíduos sólidos; e o trabalho em parceria com empresas de reciclagem.

Para tanto, quanto à percepção dos impactos sociais e ambientais negativos, foram citadas a impossibilidade de construções de residências próximas ao DIS, visto a poluição sonora provocadas pelas atividades das indústrias, que podem ser de 24hs em todos os dias da semana; a poluição do ar através dos veículos das empresas e dos prestadores de serviços; e a geração de resíduos sólidos.

Sobre as ações de responsabilidade socioambiental que as empresas praticam internamente e junto à comunidade e à sociedade; sobre as motivações que levaram as empresas a praticarem essas ações e também; sobre os projetos socioambientais que as empresas apóiam, os Quadros 11, 12 e 13 a seguir relatam o que a pesquisa revelou:

Quadro 11 – Ações de RSA praticadas pelas indústrias pesquisadas.

Participante	Ações de RSA
P1	<i>Discutindo Programa de Gestão Estratégica para qualificação dos empreendedores do DIS.</i>
P2	<i>Doação de 10 toneladas de alimentos para a comunidade acometida com a pandemia COVID-19 em 2020;</i> <i>Implantações de tonéis de coleta seletiva em oficinas automotivas para descarte de resíduos.</i>
P3	<i>Doação de papelão/resíduos sólidos para a comunidade para venda;</i> <i>Ações junto à ASSEDIS com parceria com a Prefeitura para promover emprego;</i> <i>Empréstimo de maquinários para a para projetos sociais;</i> <i>Fornecimento de aço para ornamentação do município nas festas de final de ano;</i> <i>Tonéis de coleta seletiva na empresa;</i> <i>Participação no sistema de macrodrenagem do DIS;</i> <i>Encapsulamento de máquina para eliminar a emissão de pó no ar;</i> <i>Segurança do trabalho (uso regular de EPI's).</i>
Continua	

Conclusão	
P4	<i>Programa de Engenharia AMBIETEC para normatizar e padronizar a infraestrutura (esgoto, despejo de dejetos, distribuição de água fluviais);</i> <i>Todos os produtos são biodegradáveis (exceto plástico);</i> <i>Destinação de resíduos sólidos com parceria com Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA);</i> <i>Inserida no programa de energia solar;</i> <i>Destinação do desperdício de produtos alimentícios para alimento de animais;</i> <i>Programa de Engenharia de Alimentos (PGRS) para destinação de resíduos orgânicos;</i> <i>Promoção de colaboradores.</i>
P5	<i>Trabalhar apenas com matéria-prima reciclável;</i> <i>Não faz teste em animais;</i> <i>Geração de empregos e qualificação de pessoal;</i> <i>Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae) para assessorar colaboradores, clientes e consumidores;</i> <i>Ações sociais em hospitais e asilos;</i> <i>Sócios individualmente praticam ações com a comunidade.</i>
P6	<i>Prática de reaproveitamento de resíduos sólidos;</i> <i>Projetos: desenvolvimento de produtos 100% sustentáveis (sem tinta, sem produtos químicos); trabalhar incisivamente o desenvolvimento social, ver as necessidades da sociedade, criar projetos para contribuir com essa demanda; criação de uma cultura sustentável dentro da empresa; bem-estar dos empregados, com ambientes mais verdes; desenvolvimento de fornecedores e clientes (produtos e fornecedores especiais);</i> <i>Implantação de energia solar.</i>
P7	<i>Doação de cestas básicas.</i>
P8	<i>Sistema 5S e logística reversa, com reaproveitamento máximo de resíduos sólidos dentro do processo produtivo.</i>
P9	<i>Não citou nenhuma ação.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Quadro 12 – Motivações para a prática de ações de RSA pelas indústrias pesquisadas.

Participante	Motivações
P1	<i>Empatia com o contexto coletivo do distrito.</i>
P2	<i>Produção de matéria-prima; Sensibilização com os recursos naturais, Geração de emprego e renda.</i>
P3	<i>Bem estar e segurança da empresa, dos parceiros e da comunidade.</i>
P4	<i>Sobrevivência e boa imagem no mercado; Cumprimento das obrigações.</i>
P5	<i>Postura ética; Imagem da empresa.</i>
P6	<i>A exigência atual do mercado; Sobrevivência; Recursos naturais escassos no futuro; Adaptação às mudanças.</i>
P7	<i>Geração de economia e de emprego.</i>
P8	<i>Descartes indevidos dos resíduos sólidos pelos carroceiros na área do DIS.</i>
P9	<i>Seguir normas da ADEMA</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Quadro 13 – Apoio a projetos socioambientais pelas indústrias pesquisadas.

Participante	Apoio a projetos socioambientais
P1	<i>Entrega de recicláveis e redação de cartilha para o Projeto Reviravolta do município; Atuação no Conselho Municipal do Meio ambiental do município (proposta de aproximação dos órgãos ambientais com as empresas do DIS): problemas ambientais, drenagem, coleta de resíduos sólidos; revitalização dos canteiros do distrito; EJA do Loteamento Novo Horizonte.</i>
P2	<i>Discutindo projetos para os animais e para os carroceiros do município; Projeto de distribuição de tonéis de coleta seletiva em condomínios e empresas do estado.</i>
Continua	

Conclusão	
P3	<i>Projeto de implantação de um centro tecnológico no DIS em conjunto a Prefeitura, com a UFS e com as escolas da comunidade; Construção de uma praça dentro no entorno da comunidade numa lagoa de contenção.</i>
P4	<i>Tinha um projeto de parceria com a academia para desenvolver robótica para a produção, mas não aconteceu.</i>
P5	<i>Patrocínio a empresas ambientais e a esportistas; Apoio a projetos de resgate e cuidado de animais; Programa médico sem fronteira; UNICEF; Fornecimento de cosméticos para projeto social; Participação no projeto de implantação do centro de tecnologia e inovação no DIS.</i>
P6	<i>Apóia a "Escolinha de Costureira"; Está desenvolvendo projetos sociais; Doações de produtos para hospitais e para projetos da Prefeitura.</i>
P7	<i>Não citou nenhum.</i>
P8	<i>Apoio mensal e anual ao Projeto "Almir do Picolé", desde 2005; Apoio ao projeto social de atendimento odontológico gratuito para os familiares do DIS e para a comunidade; Atendimento ginecológico pelo SESI; Campeonato de futebol do DIS em 2018; Projeto de reurbanização do DIS (plantio de árvores, ecodutos lixeiras).</i>
P9	<i>Projeto de limpeza de lixo pela Prefeitura e sinalização do DIS; Doação de placas "proibido jogar lixo".</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Para iniciar a discussão sobre as práticas de ações de responsabilidade socioambiental pelas indústrias pesquisadas, é importante salientar o que cita Lopes *et al.* (2018, p. 2) que as organizações atuais tem o desafio de se destacarem no mercado competitivo, para isso “uma estratégia bem elaborada, alinhada com diretrizes socioambientais é fundamental para melhorar a competitividade das organizações, atraindo a atenção do consumidor de outras maneiras que não se limite apenas ao produto e ao preço”. Porém, entende-se que essa

postura empresarial que visa a melhoria da relação entre os processos e o meio social e ambiental além de desafiadora, não é um processo simples e pode gerar altos custos.

Para tanto, o Quadro 13 revelou o que os gestores entendem como ações práticas de responsabilidade socioambiental que suas empresas realizam, evidenciando-se a doação de produtos e alimentos para comunidade; a qualificação de pessoal; a reciclagem/reutilização de resíduos sólidos; e a produção de produtos limpos. Essas três últimas ações são consideradas como um exercício de responsabilidade socioambiental empresarial, no entanto, doação de produtos e alimentos para a comunidade carente se trata de uma ação solidária e de assistencialismo relacionados à filantropia empresarial, que segundo explica Lucca-Silveira *et. al* (2021, p. 2):

Em contextos de crise social e humanitária, atores institucionais em melhor situação econômica, como grandes corporações, podem exercer uma importante função social realizando ações filantrópicas, a exemplo de programas de assistência emergencial a comunidades e doações. Especialmente em sociedades desiguais, as empresas – e seus acionistas ou proprietários – em posição privilegiada parecem ter um imperativo moral de agir filantropicamente em contextos emergenciais. No Brasil, o número e as cifras das doações empresariais relacionadas à Covid-19 alcançaram valores superiores aos padrões históricos de doação (LUCCA-SILVEIRO *ET. AL*, 2020, P. 21 *APUD* SINGER, 2011; ESCUDEIRO, 2020).

Então, apesar das práticas descritas pelos participantes possuírem valor sentimental, preocupação com os cenários que norteiam sua gestão, algumas ações são confundidas com práticas de filantropia empresarial, como por exemplo, doação de cestas básicas, portanto, esse é um exercício de participação das empresas em causas voltadas ao bem-estar apenas da comunidade, por meio de doações em dinheiro ou facilitação da participação de empregados em causas comunitárias.

Sobre apoio e participação em projetos, explicou-se o projeto da ASSEDIS e dos empreendedores do DIS para a construção de um centro de tecnologia e inovação dentro do distrito, para que pesquisadores das Universidades em parceria com a Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, desenvolvam e patenteiem produtos para as empresas locais. Os participantes também citaram que projetos sociais e ambientais, como reurbanização e a construção de uma praça na lagoa de contenção que existe no distrito “estão sendo discutidos há um bom tempo, mas não saem do papel” por falta de ímpeto por parte da Prefeitura do município. O participante P5 que citou apoio ao Programa médico sem fronteira e ao Projeto UNICEF não explicou com isso acontece.

A atuação socioambientalmente responsável das empresas nos projetos e na prática de ações de beneficiamento da sociedade e do meio ambiente, é o cuidado que elas têm com todos que são diretas ou indiretamente impactadas por suas atividades. Para isso, elas adotam um processo de gerenciamento que objetiva trabalhar a inclusão social e o cuidado com a conservação ambiental, como por exemplos os programas e projetos de responsabilidade socioambiental (NOVO, 2019).

As motivações para que a empresa pratique ações sociais e ambientais e apoie projetos de beneficiamento estão direcionadas a Ferreira; Guerra (2013) *apud* Melo Neto; Froes (2001), quando falam que a responsabilidade socioambiental como sistema de ações internas e externas, necessita do papel de todos *stakeholders* para uma gestão organizacional que contemple o desenvolvimento regional sustentado. Em especial nos vetores de apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; da preservação do meio ambiente; de investimento no bem-estar e qualificação dos funcionários e seus dependentes; e sinergia com os parceiros.

Nesse pensamento, quanto às motivações em comum entre as respostas dos gestores entrevistados cita-se a sobrevivência e a preocupação com a imagem da empresa, isso impulsiona ainda mais que elas apoiem projetos sociais dentro da comunidade, assim como projetos que contribuam com a infraestrutura do DIS.

Com relação à preocupação das empresas entrevistadas com a qualificação do seu pessoal no tocante das questões sociais e ambientais que atingem não só seus empregados, mas também seus familiares, foi respondido durante as entrevistas que as empresas participantes realizam cursos e treinamentos interna e frequentemente em parceria com o SESC, com o SENAI, com o SEBRAE e com técnicos de segurança do trabalho, com temas que vão de saúde à segurança do trabalho. Porém, com as restrições sanitárias da pandemia do COVID-19 esses eventos foram reduzidos ou pausados.

Andrade (2012, p. 78) fala sobre dificuldades e desafios das empresas no desenvolvimento das suas práticas responsáveis, principalmente na falta de conhecimento e na desconfiança em relação aos custos e aos benefícios para a empresa e por isso, há uma grande resistência da alta gestão. Dentro desse contexto, os gestores entrevistados citam como dificuldades para praticarem ações socioambientalmente responsáveis a cultura engessada e a resistência da alta gestão para assumir ações de responsabilidade socioambientais como projeto sólido; a falta de políticas públicas para trazer aporte e soluções; os supostos altos

custos; a falta de elo entre a academia e o setor industriário, a falta de sensibilidade da comunidade; e a falta de empresas de reciclagem qualificadas.

Quanto à divulgação das ações sociais e ambientais a grande maioria das empresas entrevistadas não a faz ou divulgam apenas internamente. Uma dessas empresas geralmente divulga suas ações nas redes sociais ou em um programa de ação solidária do estado. Outra faz sua publicidade socioambiental em revistas e em programas de televisão específicos. Segundo Ferreira; Guerra (2013) *apud* Melo Neto; Froes (2001), a comunicação das práticas da empresa de forma ética e transparente e a divulgação sobre a empresa pode ser tanto em seu próprio site, murais, jornais e no balanço social.

4.1.4. Bloco 4 – Gestão ambiental

No que concerne às implementações de normas ISO como estratégica empresarial e às certificações ambientais, os gestores demonstraram desinteresse em serem adequados a essas normas, visto a falta de cobrança do mercado e das políticas públicas, os altos custos para adequação e manutenção dos procedimentos e porque deduzem que isso pode engessar a empresa para o trabalho corpo a corpo.

Com esse pensamento relativamente econômico, os gestores acabam se isentando do fato de cada vez mais empresas estão implementando a gestão ambiental com a finalidade de alcançar uma certificação e assim, causar menos danos sociais e ambientais e melhorar consideravelmente tanto suas atividades empresariais quanto sua imagem. A importância disso é dito por Pessoa (2018, p. 2) *apud* Templum (2018) “com a aplicação de atividades de gestão ambiental, as organizações tendem a economizar mais os seus recursos, em consequência da modernização de projetos institucionais, da diminuição do desperdício dos resíduos sólidos.”.

[...] a NBR ISO 14000 menciona os requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental possibilitando que a organização desenvolva uma estrutura para a proteção do meio ambiente além de uma resposta rápida às mudanças das condições ambientais. De modo que esta norma considera principalmente os aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela. Assim, a implementação dessa norma deve ser buscada por empresas que desejam estabelecer ou até mesmo aprimorar o seu SGA, além de assegurar sobre políticas ambientais praticadas ou demonstrar consonância com práticas sustentáveis a clientes e a organizações externas (PESSOA, 2018, P. 3 *APUD* TEMPLUM, 2018).

Outrossim, das empresas entrevistadas que manifestaram interesse por uma gestão ambiental, uma explicou que a matriz do grupo econômico no qual a sua empresa faz parte está preocupada com a sobrevivência e com as exigências do mercado, e por isso, está em fase de implementação de ISO e de certificações ambientais e que logo se estenderá para as outras empresas do grupo. Outra informou que possui a ISO 9001 (sistema de gestão da qualidade), mas como o ciclo dessa norma é de 3 (três) anos, ela já está vencida e precisará ser renovada. Outra informou que está adequado ao que preconiza a ADEMA, a SEMMA, a VISA e a ANVISA e que possui o sistema de qualidade 5S pelo SEBRAE. Outra informou que é um projeto da empresa e outra está em fase de certificações ambientais.

Diante disto, apenas uma das 9 (nove) empresas entrevistadas está em fase de implementação e treinamento de um SGA na matriz, que depois de aperfeiçoado, se estenderá para todo o seu grupo empresarial. Já a percepção sobre dificuldades para executar um SGA, umas das empresas citou a resistência cultural na qual ela ainda se encontra.

Como as empresas entrevistadas ainda não estão atualizadas e engajadas no conceito de gestão ambiental, quanto a cursos e comissões internas relacionadas a esse tipo de gestão, no geral, as empresas possuem núcleo de segurança do trabalho e trabalha com consultores e têm a prestação de serviços de técnicos de segurança do trabalho que promovem cursos e treinamentos sobre reciclagem, segurança do trabalho, saúde do trabalhador, sustentabilidade e desenvolvimento de pessoas.

4.1.5. Bloco 5 – Desenvolvimento sustentável e o 9º ODS

O desenvolvimento sustentável é trabalhado nas empresas em forma de análise e implementação de estratégias e ações relacionadas ao meio ambiente e ao fator social e envolvem todos os setores de uma organização de forma multidisciplinar. Quando a empresa consegue perceber o benefício socioambiental com a demanda das exigências do mercado e dos consumidores, através dos seus produtos e serviços sustentavelmente evoluídos, ela obtém maior retorno econômico e uma vantagem competitiva frente a seus concorrentes (CORAL; ROSSETTO; SELIG, 2003, P. 7).

Partido desse princípio foi questionado aos gestores participantes se o seu plano de ação estava alinhado com o planejamento estratégico voltado para as atividades de desenvolvimento sustentável e com ações de responsabilidade socioambiental. Eles

informaram que quesitos como inclusão social, aperfeiçoamento de pessoal, adoção de novas tecnologias e inovação de sua estrutura estão no escopo do seu planejamento empresarial.

Em relação à preocupação com o gerenciamento sustentável no processo de produção, as empresas explicaram que procuram utilizar matéria-prima que impacte o menos possível o meio ambiente e que os seus resíduos sólidos são reaproveitados ou por elas mesmas ou por algum meio social, conforme citações das entrevistas que apresentaram esses dados descritos no Quadro 14 a seguir:

Quadro 14 – Gerenciamento sustentável da produção das indústrias pesquisadas.

Participante	Gerenciamento sustentável da produção
P1	<i>“O mineral industrial (argila) é extraído do entorno da região, é processado e transformado em matéria-prima para cerâmica, ele é prensado e é aplicado material vidrado (esmalte), aplica decoração com ‘uma impressora de jato de tinta’, queima no forno a gás natural, processo contínuo e interrupto, com alto consumo de energia e gás. Produto de alta demanda de material de construção da sociedade. O processo de produção emite vapor d’água e os particulados são aspirados por filtro, mas quando tem algum problema técnico, acaba emitindo um pouco desses particulados no ar. Os produtos com anomalias são reintroduzindo. O óleo de manutenção tem destinação para transportadora, resíduos sólidos (papel ondulado, plásticos) para cooperativa de coleta; há o tratamento de efluente e reaproveitamento de esmalte.”.</i>
P2	<i>“Temos parcerias com os catadores e compramos produtos de pequenos sucateiros. O material é enviado para a siderúrgica, é derretido e volta como vergalhão, chapa etc.”.</i>
P3	<i>“Os resíduos sólidos são separados em tambores diferentes e recolhidos duas vezes por semana pela Prefeitura; o maquinário é todo elétrico/ar comprimido, água só é utilizada para resfriamento e as máquinas não geram óleo.”.</i>
P5	<i>“Compra apenas matéria-prima liberada pela ANVISA, faz as misturas, as reações e o envase, rotula, vai pro estoque final pra logística. Os resíduos de embalagens com avarias vindo do fornecedor (embalagem, tampas etc) são recolhidos por uma empresa de reciclagem. Às vezes faz reaproveitamento de material avariado.”.</i>
Continua	

Conclusão	
P6	<i>“Na produção, compra o tecido pronto, corta, costura em peças. Embala com PVC, plástico e caixa de papelão e envia para o cliente. As sobras das embalagens são separadas e vendidas por quilo para transformação em matéria prima com outras empresas de Socorro.”.</i>
P7	<i>“É dada uma bonificação para o cliente quando eles devolvem os tubos de papelão e a celulose para que a empresa reutilize, se não der para reutilizar, entrega à empresa de reciclagem.”.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Para manter o compromisso com a agenda sustentável da ONU, o ODS 9 tem o papel da adoção de práticas de produção e consumo mais sustentável e aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto até 2030. (PNUD, 2015). Portanto, ao serem questionados sobre o desenvolvimento sustentável com base nos ODS, os gestores participantes responderam que não conhecem essas informações, só viram falar a respeito disso por meio de propaganda televisiva ou até em um dos treinamentos, mas após algumas explicações eles entenderam que suas estratégias empresariais estão alinhadas às metas preconizadas na agenda 2030.

Por fim, o Quadro 15 a seguir expõe as respostas dos gestores participantes quando indagados sobre o que achavam a respeito de como suas indústrias contribuem para uma sociedade socioambientalmente responsável relacionado ao ODS 9:

Quadro 15 – Contribuição das indústrias pesquisadas com uma sociedade socioambientalmente responsável.

Participante	Contribuições para uma sociedade socioambientalmente responsável
P1	<i>Promove discussões para uma área de inovação e infraestrutura para o distrito, através de um centro tecnológico.</i>
P2	<i>Procura reduzir os níveis de resíduos sólidos, aperfeiçoarem a infraestrutura e fortalecer as parcerias.</i>
Continua	

Conclusão	
P3	<i>Não contribui mais ainda visto os produtos sustentáveis serem mais caros e assim, perde competitividade. Está buscando inovação até 2022. O desenvolvimento sustentável desperta a sensibilidade para as necessidades do Planeta, como o aquecimento global. A siderúrgica é uma atividade que emite muito CO2 na queima do minério de ferro. Para mitigar esse impacto usa o graceno (minério mais leve) e a impressão 3D: evolução com produtos inovadores.</i>
P4	<i>O Desenvolvimento sustentável é pouco trabalhado nas empresas. Participa de cursos e projetos de inovação, mas o direcionamento é de interesse econômico individual. Promove a inclusão social através de contratação de filhos de empregados e promove cursos pelo SENAI.</i>
P5	<i>Cada vez mais a indústria está se modernizando e se adequando ao meio ambiente. Através de um centro de tecnologia e inovação pretende alcançar a indústria 4.0, no qual a empresa será o primeiro piloto. As empresas só sobreviverão se estiverem condizentes com a responsabilidade socioambiental.</i>
P6	<i>Investe em produtos sustentáveis, contribuindo com a mitigação da escassez de recursos renováveis. Usa energia renovável e evitar o desperdício de água.</i>
P7	<i>Cumpre com os requisitos para o desenvolvimento sustentável pelo o que preconiza a ADEMA. O processo de reciclagem da empresa faz com que ela e o cliente economizem e ajudem o meio ambiente.</i>
P8	<i>Está em busca do desenvolvimento sustentável. Promove a inclusão social de jovens e o plano de carreira.</i>
P9	<i>Não comentou.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Organização: Amanda da Conceição Rodrigues, 2021.

Os dados revelados no Quadro acima têm ligação com o que dizem Chaves; Castello (2013, p. 2) que “[...] o desenvolvimento sustentável apresenta-se como a conciliação das vertentes econômica, social e ambiental, tornando-se norteador para empresas em seus processos de produção, operação e comercialização de bens e serviços.” Assim, o ponto de partida básico e fundamental pelas empresas para atingir o desenvolvimento sustentável é a correta e responsável utilização dos recursos naturais no contexto das necessidades da sociedade atual sem prejudicar a capacidade e os recursos das próximas gerações.

E por fim, nesse pensamento, as indústrias pesquisadas estão direcionadas ao desenvolvimento sustentável e ao seu 9º objetivo contribuindo assim, com uma sociedade com progresso socioambientalmente responsável agindo na inovação tecnológica da infraestrutura do distrito e dos seus produtos, fortalecendo parcerias com instituições privadas e públicas, promovendo a inclusão social e executando serviços de reutilização e reciclagem de material.

4.2 O papel das associações empresarial e comunitária nas práticas de gestão ambiental e RSA no município de Nossa Senhora do Socorro-SE

Aqui são descritas as moderadas informações levantadas pelas entrevistas com o gestor que deixou recentemente a presidência, com o atual presidente e com dois diretores da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro (ASSEDIS) e também pela entrevista com a responsável pela Associação de Moradores da comunidade (Associação Belém).

4.2.1. As ações da ASSEDIS perante as demandas do DIS

A ASSEDIS foi um movimento de empresários de indústrias de Nossa Senhora do Socorro que tinham interesse em comum sobre as demandas e as necessidades da área, eles iniciaram suas atividades em 2004 e logo em seguida a associação foi oficializada. Atualmente cerca de 32 (trinta e dois) empresários são associados ativos e atualmente está sediado junto à CDL de Socorro.

Uma das maiores demandas enfrentadas pela associação é a falta de segurança e de infraestrutura do DIS. Para isso, os diretores estão discutindo projetos junto à Prefeitura do município e com órgãos estatais para atualizarem o Plano Diretor de Socorro, assim como estão dialogando sobre projetos de reestruturação e reurbanização, como a construção de uma praça no entorno de uma lagoa de contenção existente no distrito.

Um projeto que está sendo fortemente debatido é a construção de um centro de tecnologia e inovação dentro do DIS para que pesquisadores das Universidades e estudantes das escolas locais desenvolvam e patenteiem produtos para serem utilizados nas indústrias do distrito, sendo que, uma já foi definida a empresa-piloto que iniciará o teste desses produtos.

4.2.2. A atuação da Associação Belém na comunidade de Nossa Senhora do Socorro-SE

A Associação Belém está sediada no Conjunto João Alves, município de Nossa Senhora do Socorro-SE e atua na comunidade há 25 (vinte e cinco) anos com trabalho social de Advocacia, Psicologia, Assistência Social e inclusão.

Seus projetos sociais na comunidade estão voltados principalmente em oferecer de forma gratuita cursos de informática e música para jovens, adultos e idosos; oferecer assistência social, assistência psicológica, avaliação terapêutica e de Fonoaudiologia para crianças autistas; assistência jurídica; e fisioterapia em domicílio. Além de ofertar eventuais cursos de estética e de arrecadar e distribuir cestas básicas para famílias carentes da comunidade.

O trabalho da Associação Belém é todo realizado por cidadãos da comunidade que atuam como voluntários. Não tem parceria com nenhuma empresa e nunca procurou apoio empresarial. Inclusive, a associação demonstrou interesse em receber contribuições e em realizar parcerias com empresas do DIS e do comércio local para ampliar seus projetos para socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro (DIS) atualmente é o mais forte polo industrial do estado de Sergipe e está em progressiva expansão, o que provoca ainda mais a sua participação no desenvolvimento sustentável através do ODS 9, que por sua vez, tem por finalidade atingir metas até 2030 para promover a industrialização inclusiva e sustentável a nível global. Diante disso, essa pesquisa objetivou analisar a gestão ambiental através das ações de responsabilidade socioambiental das indústrias desse DIS, tendo em vista os seus valores empresariais e o alinhamento com o 9º ODS.

Para isso, no primeiro capítulo foram abordados, inicialmente, os impactos que o progresso provoca pelo avanço acelerado da tecnologia e do conhecimento, que no contexto abordado, se trata de “uma via de mão dupla”, por que tanto pode trazer melhorias à qualidade de vida, quanto pode provocar um desequilíbrio, muitas vezes trágico, entre a relação homem e meio ambiente. No contexto do progresso da produção industrial, foi abordado que ele pode até satisfazer as necessidades urgentes e de “falsa felicidade” dos consumidores, mas que também, essa desenfreada cadeia produtiva acarreta em obsolescência programada, evidenciada principalmente no pós-consumo.

Esse capítulo analisou que para mitigar esses impactos é necessário medidas de responsabilização e compensação ao meio ambiente. A análise demonstrou que no início do século XX, as empresas foram estimuladas a considerarem o curso de suas atividades e os danos que elas causavam, associado à obrigação de produzir bens e serviços úteis, gerar lucros, criar empregos e garantir a segurança no ambiente de trabalho. Ainda com os princípios básicos da filantropia e da governança paternal corporativa, nessa época surgiu a responsabilidade social empresarial.

Logo após, no início da década de 1970 essa discussão avançou do social para a preocupação com os limites do crescimento sobre desenvolvimento e meio ambiente, assim, surgem debates sobre a responsabilidade socioambiental empresarial. Foi a partir daí que as obrigações legais e éticas empresariais passaram a considerar também o meio ambiente, e onde as empresas estabelecem e planejam seus objetivos, regras e procedimentos, com a ideia de responder às consequências das próprias atividades de suas operações. Além do mais, elas começaram a perceber que “essas ações responsáveis” atraíam novos *stakeholders* e melhorava a sua imagem perante o mercado.

Ainda no primeiro capítulo, foi tratada a responsabilidade socioambiental no contexto do desenvolvimento sustentável preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Num breve histórico, foi relatado os eventos entre as nações e os documentos que definiram os princípios do desenvolvimento sustentável até chegar aos 17 ODS e suas metas, estes que estão descritos em um guia para o desenvolvimento sustentável, com as ações da comunidade internacional para serem atingidas até 2030.

No tocante ODS, o capítulo trabalha especificamente o ODS 9 que trata sobre o papel das indústrias no desenvolvimento sustentável, diretamente focado no desenvolvimento da infraestrutura, na promoção da industrialização inclusiva e sustentável e no fomento à inovação. Encerrando esse capítulo, foi dito que as práticas industriais sustentáveis pelo ODS 9 se dão por meio de práticas e pelo gerenciamento dos seus processos que englobam ações, tecnologias, modelos, processos e serviços disponíveis que podem ser utilizados e replicados nos contextos industriais para apoiar o alcance das metas e o avanço dos indicadores da Agenda 2030.

No segundo capítulo foi analisada a gestão ambiental como uma ferramenta de estratégias para o gerenciamento produtivo racional nas empresas, que proporciona métodos e técnicas na prática empresarial responsável, contribuindo com o alcance do desenvolvimento social, econômico e ambiental, perfazendo as metas dos ODS.

Assim, demonstrou-se que a empresa necessita implementar um sistema de gestão ambiental para cumprir requisitos legais e obter certificações ambientais e abordar riscos e oportunidades, que designa os setores, as funções e as responsabilidades, as práticas, o planejamento e as operações, a avaliação de desempenho e as melhorias com o gerenciamento ambiental. Na finalização deste capítulo foi demonstrado a gestão ambiental na prática, através de cinco estudos sobre experiências de empresas que executam ou que precisam executar o gerenciamento ambiental, bem como os impactos que elas causam e os benefícios que esse gerenciamento estratégico proporciona.

No terceiro capítulo foram levantadas e caracterizadas as informações da área de estudo, nas quais revelaram que o município de Nossa Senhora do Socorro possui uma potente economia, onde 18% dela estão concentrados no setor industrial, que o seu distrito é o maior polo industrial e que está em progressiva expansão, com considerável geração de emprego e renda e ainda com muita área disponível para alocações de novas corporações.

Pela escassez de informações consistentes e atuais sobre o perímetro do distrito, a pesquisa realizou registros fotográficos da área de estudo e apresentou fotos que representaram os seus quatro limites (norte, sul, leste, oeste), caracterizando a concentração dos portes das indústrias distribuídas pelo o distrito. Além disso, foi elaborado e apresentado um mapa de localização do DIS e seus limites territoriais.

Foi apresentada a caracterização da pesquisa, desde os métodos, às técnicas até os instrumentos que foram utilizados para levantar os dados na pesquisa de campo, configurado assim, na aplicação de um questionário por meio de entrevista semiestruturada remota. Foram definidos o universo e a amostra da pesquisa pela técnica de amostragem por conveniência ou intencional e por acessibilidade não probabilística, que resultou em nove participantes da pesquisa.

Partindo para o quarto capítulo, foi analisado o resultado dos dados obtidos na pesquisa de campo e que revelaram as experiências das empresas do DIS com a gestão ambiental e com ações de responsabilidade socioambiental, as quais atenderiam ao objetivo geral da pesquisa, bem como aos seus objetivos específicos.

Quanto à efetiva prática de ações socioambientalmente responsáveis, as indústrias pesquisadas realizam reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos como matéria-prima, promovem o bem-estar e o desenvolvimento dos seus empregados e principalmente, estão diretamente engajados no melhoramento e na expansão estrutural do distrito. Por desconhecerem os princípios do desenvolvimento sustentável e as contribuições que essas empresas promovem ao realizar essas ações apresentadas, a percepção dos entrevistados é que essa conduta contribui, individualmente, com a visibilidade e boa imagem da empresa, e coletivamente, com o fortalecimento do setor industrial em geral e do DIS.

Os valores empresariais das indústrias participantes da pesquisa, apresentam-se de modo geral condizentes aos conceitos de responsabilidade socioambiental, porém, essa conduta é para atender às pressões e influências do mercado, do governo e dos consumidores cada vez mais exigentes e seletivos. Na pesquisa realizada com os gestores das indústrias do DIS, as empresas não demonstraram interesse em adotar efetivamente, com ações concretas, uma gestão pautada no desempenho social e ambiental, até que o mercado e o governo as pressionem para isso, por que para elas, seriam custos financeiros e operacionais desnecessários.

Assim, as percepções dos pesquisados sobre a ética ambiental é que é um termo novo, mas que pensam que responsabilidade socioambiental e ética ambiental são de igual natureza, ambas direcionam a empresa a ter uma postura, uma conduta “correta” com seus processos, com seus empregados, fornecedores, clientes e consumidores. Com isso, seus gestores acreditam que suas empresas estão alinhadas aos princípios do desenvolvimento sustentável e às metas do 9º ODS pelos seus gerenciamentos do processo de produção, pela reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, pelo uso de tecnologias que beneficiam os processos empresariais e pela preocupação humanitária.

Percebeu-se o estreito envolvimento das empresas do Distrito Industrial de Socorro (DIS) com a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro (ASSEDIS) e a Prefeitura do município em busca de melhorias e avanços para o setor industriário local, pelos projetos que estão sendo debatidos vigorosamente e pela busca de resoluções de anseios e necessidades das causas do setor.

Entretanto, notou-se também que, a associação de moradores da comunidade (Associação Belém) tem muito potencial para abranger suas ações sociais, que trabalha em prol da comunidade em um formato solitário, apenas com voluntários anônimos, sem parcerias, apoio ou projetos das empresas do DIS, da ASSEDIS ou até da Prefeitura do município, mesmo estando situados tão próximos e de possuírem comunicação pública.

Outro aspecto que a pesquisa revelou é que o termo desenvolvimento sustentável e seu intuito perante às nações, bem como o que preconiza o ODS 9, não são temas e conceitos, que estritamente, são seguidos pelas empresas pesquisadas como uma orientação das suas decisões. No entanto, algumas práticas nesse sentido se manifestam em suas ações, ainda que não adequadamente estruturadas, mas que denotam preocupação na interação da empresa com a sociedade e com o meio ambiente.

A partir da pesquisa de campo, percebeu-se a força em potencial do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, no que diz respeito a união e a integração das empresas do distrito para fortalecer a sua estrutura, tal como atrair novos empreendimentos ou manter energicamente em funcionamento as empresa em atividade do local, não obstante as dificuldades que o cenário da pandemia do COVID-19 acometeu sobre as empresas DIS, resultando no encerramento das atividades de muitos empreendimentos da região.

Após o contato com as experiências e vivências das empresas do distrito, essa pesquisa dispõe o compromisso de sugerir propostas de melhorias para que de alguma forma contribua

para alavancar a atuação e o compromisso das empresas com a comunidade local e/ou com o setor industriário.

- Recomenda-se que as empresas do DIS tornem público e façam divulgação do seu exercício de ações de responsabilidade socioambientais, sejam por meio de mídias, de publicações em Revistas ou pelo fornecimento de informações em pesquisas acadêmicas. Esse tipo de postura valida a imagem da empresa como sendo transparente, confiável e que respeita o seu público.

- Aconselha-se à ASSEDIS, que dentro do seu escopo de aperfeiçoamento de empreendedores do DIS, planeje um treinamento ou minicurso sobre desenvolvimento sustentável e as metas do 9º ODS, para que as empresas entendam seu legítimo significado e o seu papel nesse processo de melhoria contínua para beneficiar a atual e as futuras gerações. Para ministrar esses cursos, indica-se o SENAI ou o SESC, nos quais já prestam serviços para as empresas do distrito; ou pertinentemente, o Programa de Pós-graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS), por meio de seus grupos de pesquisa, professores e alunos, por estes trabalharem com essa linha de pesquisa.

- Sugere-se que seja traçado um plano de ação em parceria conjunta entre a ASSEDIS como representante dos empreendedores do DIS, a Associação de Moradores Belém e a Prefeitura do município para que juntos definam estratégias, ações e projetos socioambientais para atender a comunidade. Com essa força tarefa, as entidades conseguirão identificar os anseios e necessidades da comunidade que tem ligação direta com o impacto que o setor industriário causa em seu entorno e promover melhorias e soluções de problemas, além de, oferecer oportunidades de qualificação de pessoas para que trabalhem na própria região.

Por fim, este estudo sugere também alguns temas para pesquisas futuras, visto que, por ter delimitações de área e de técnicas, não se pôde estender para outros objetos e para outros universos de estudo.

- Indica-se um trabalho sobre gestão estratégica das indústrias do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.

- Indica-se pesquisa com consultoria de gestão ambiental aplicada às empresas do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro.

- Sugere-se estudo de caso único ou múltiplo em indústrias de grande porte do estado de Sergipe que tenham certificação ambiental.
- Recomenda-se pesquisa com a gestão ambiental e práticas de responsabilidade socioambiental em distritos industriais em potencial expansão.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. L. S. *ET AL.* Sistema de Gestão Ambiental e ISO 14000 na indústria têxtil: A sustentabilidade como tendência. *In: Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria - Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM*, v. 19, n. 2, p. 575-586. e-ISSN 2236 1170, maio/ago. 2015.
- ANDRADE, I. C. B. *ET AL.* Gestão Ambiental ISO 14001 nas indústrias sucroalcooleiras em Sergipe. *In: Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas*. Aracaju, v.2, n.1, p. 51-60, fev. 2016.
- ANDRADE, J.V. **Ética e responsabilidade social nas empresas varejistas do setor de supermercado**. 2012. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo/RS, 92 p., 2012.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE (ALESE). **Municípios e Economia: Nossa Senhora do Socorro**. Disponível em: <https://al.se.leg.br/municipios-e-economia-nossa-senhora-do-socorro/>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Organizadora). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/%C3%89TICA_E_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_NOS_NEG/bx1nDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=ASHLEY,+Patr%C3%ADcia+Almeida+%C3%89tica+e+Responsabilidade+e+Social+nos+Neg%C3%B3cios+2005&printsec=frontcover. Acesso em: 16 maio 2021.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelo e instrumentos**. – 4. ed. – São Paulo: Saraiva, 312 p., 2016.
- BATISTA, R. O. S. Método Científico. **Caderno de Teoria e Métodos em Geografia**. São Cristóvão: CESAD/UFS, p. 1-13, 2015.
- BERTONCELLO, S. L. T.; CHANG JÚNIOR, J. C. **A importância da responsabilidade social corporativa como fator de diferenciação**. FACOM. [S.L.], nº 17, p. 70-76, 1º semestre de p. 70-76, 2007.
- BORNIA, A. C. *ET AL.* Características dos sistemas de gestão ambiental no setor da construção. *In: Internacional Workshop Advances in Cleaner Production – Integrating Cleaner Production Into Sustainability Strategies*. n. 4. São Paulo, de 22 a 24 de maio de 2013.
- BOSLEY, C.; DIAMOND, J. **Questão ambiental ganha predominância no Fórum Econômico Mundial**. UOL, 21 jan. 2020. Seção Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/01/21/questao-ambiental-ganha-predominancia-no-forum-economico-mundial.htm>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Responsabilidade Socioambiental**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, [2019?]. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html>. Acesso em: 3 ago. 2019.

CAMARGO, R. O que são stakeholders? **BlogProjetos e Negócios**. São Paulo, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://robsoncamargo.com.br/blog/O-que-sao-stakeholders-Saiba-tudo-sobre-eles-e-sua-importancia>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CAVALCANTI, R. P. Desenvolvimento sustentável: análise a partir da perspectiva dos BRICS. *In: Rev. secr. Trib. perm. revis.* Ano 6, n. 11, p. 109-133. ISSN 2304-7887. abril 2018.

CHAVES, D. A.; CASTELLO, R. DO N. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental empresarial. *In: SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. 14 p., 2013.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE (CODISE). **PSDI**. Disponível em: <https://codise.se.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CORAL, E.; ROSSETTO, C. R.; SELIG, P. M. Planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial: uma proposta para convergência das estratégias econômicas, ambientais e sociais. *In: ANPAD*. 2003. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/7/enanpad2003-eso-1303.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.

CRUZ, I. S. DA. *ET AL*. Gestão Ambiental ISO 14001 nas indústrias sucroalcooleiras em Sergipe. *In: Interfaces Científicas – Exatas e Tecnológicas*. Aracaju, V. 2, n. 1, p. 51-60, fev. 2016.

CUNHA, J. *ET AL*. Modelos e tipologias de gestão ambiental: Subsídios para o estudo das mudanças nos processos de Adaptação Organizacional. *In: XXXIII Encontro da ANPAD*. São Paulo, 19 a 23 de setembro de 2009.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DUPAS, G. O Mito do Progresso. *In: Novos Estudos*. São Paulo, n. 77, p. 73-89, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (EMBRAPA). **Indústria, inovação e infraestrutura: contribuições da Embrapa** / Ana Cristina Richter Krolow *et al.*, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 55 p., 2018.

FARIA, A. F.; SAUERBRONN, F. F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica. *In: Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 42(1):07-33, jan/fev., ISSN 0034-7612, 2008.

FAVA, R. **Robert Owen e a Responsabilidade Social**. Administradores.com, 05 fev. 2009. Artigos. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/robert-owen-e-a-responsabilidade-social>. Acesso em: 14 maio 2021.

FERREIRA, B. S.; GUERRA, J. A. DE P. Responsabilidade Socioambiental: um olhar sistêmico em uma organização estatal. *In: Revista Gestão & Conhecimento*. Sessão temática B: Desenvolvimento local, integrado, sistêmico e sustentável. 8º Congresso Brasileiro de

Sistemas. Poços de Caldas: Edição especial – nov/2012. ISSN 1808-6594. p. 159-182.

Disponível em:

http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/esp1_8cbs/artigos_8cbs_2012.html. Acesso em: 18 fev. 2020.

GELMAN, J., PARENTE, J. **Varejo socialmente responsável**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GOMES, B. M. F. **Indústria, inovação e infraestrutura: ações para o desenvolvimento sustentável no COREDE Produção**. Passo Fundo, 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo. 246 p., 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. **Empresas instaladas no Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro recebem incentivos do governo**. Aracaju, SE: SEDETEC, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://sedetec.se.gov.br/empresas-instaladas-no-distrito-industrial-de-nossa-senhora-do-socorro-recebem-incentivos-do-governo/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

HAYNE, L. A. O progresso tecnológico e seus efeitos sobre a dinâmica do modelo de produção capitalista. *In: Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 30-41, ago. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nossa Senhora do Socorro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/nossa-senhora-do-socorro/panorama/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Relatório técnico do projeto levantamento e classificação do uso da terra no estado de Sergipe**. Rio de Janeiro: 2011.

INFONET. **Sedetec inicia discussões sobre área no Distrito Industrial de Aracaju**. Aracaju, SE: Notícias de Economia, 13 maio 2011. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/sedetec-inicia-discussoes-sobre-area-no-distrito-industrial-de-aracaju/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balanco social**. Disponível em: <https://ibase.br/pt/balanco-social/>. Acesso em: 18 de agosto. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. [Coordenação da versão 2007 de Ana Lúcia de Melo Custódio e Renato Moya]. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/1Vers%C3%A3o-2007.pdf>. Acesso em: 18 de jul. 2019.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade para a Gestão Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/>. Acesso em: 18 de fev. 2020.

IZIDIO, D. **A obsolescência programada e os reflexos no consumo e pós-consumo no meio ambiente**. Jurídico Certo, 14 jan. 2016. Seção Artigos. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/deboraizidioadv/artigos/a-obsolescencia-programada-e-os-reflexos-no-consumo-e-pos-consumo-no-meio-ambiente-1932>. Acesso em: 18 mar. 2021.

JERÔNIMO, C. E. DE M. Diagnóstico da Gestão Ambiental em microempresas e empresas de pequeno porte da cidade de Manaus-AM. In: **Revista do Mestrado em Administração**, Universidade Pontifícia, Rio Grande do Norte, v. 6, n 1, p. 71-90, 2014.

JORNAL NACIONAL. **Fórum Econômico Mundial termina com ênfase nos temas ambientais**. G1 Globo, 24 jan. 2020. Seção Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/01/24/forum-economico-mundial-termina-com-enfase-nos-temas-ambientais.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2020.

LARRÈRE, C.; LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza**. Tradução de Armando Pereira da Silva. Coleção Perspectivas Ecológicas. Paris: Piaget, 1997.

LEITE, C. M. **Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável em empresas: contribuições do investimento social privado no Brasil**. Campinas, SP: [s.n.], 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 106 p., 2018.

_____. LEI Nº 1118, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015. **Plano Diretor de desenvolvimento urbano**. Nossa Senhora do Socorro, SE, dez 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-nossa-senhora-do-socorro-se>. Acesso em: 06 dez. 2019.

LOPES, J. H. DA S. *ET AL*. Análise da importância da responsabilidade socioambiental como fator competitivo em uma fábrica de material de limpeza em Juazeiro do Norte – CE. In: **Id on Line Rev. Mult. Psic.** v.12, n. 40. 2018, p. 59-77 - ISSN 1981-1179. Edição eletrônica. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 28 out. 2021.

LUCCA-SILVEIRA, M. P. DE *ET AL*. **Estudos emergência COVID - Filantropia corporativa no Brasil: uma análise das doações empresariais em meio à pandemia da COVID-19**. Fundação José Luiz Egydio Setúbal: São Paulo, 21 p., 2021.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, S. M. S.; SANTOS, A. C. DOS. Modernidade e crise ambiental: das incertezas dos riscos à responsabilidade ética. In: **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 41, n. 2, p. 197-216, Abr./Jun., 2018.

MATOS, S. M. S. Natureza e ética sob a perspectiva do progresso e da ética socioambiental. In: BECKER, E.; BECKER, M. A. MATOS, S. M. S. (orgs.). **Técnica, natureza e ética socioambiental**. São Paulo: República do Livro. 2019.

MOURA, I. DA S. **Práticas da responsabilidade socioambiental: caso do setor supermercadista da Barra dos Coqueiros/SE**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 104 p., 2018.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. **Dicas para alcançar o ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura. Santa Catarina.** Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ODS 9.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods9>. Acesso em: 10 mar. 2020.

NOVO, B. N. Responsabilidade Socioambiental. **Blog DireitoNet.** 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11152/Responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 18 fev. 2020.

OLIVEIRA, C. DE. **Impactos ambientais derivados de atividades industriais: O caso Ciclo IV.** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 167 p., 2006.

OLIVEIRA, O. J. DE; PINHEIRO, C. R. M. S. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. *In: Gest. Prod., São Carlos*, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **ODS.** Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>. Acesso em: 18 maio 2021.

PESSOA, M. F. *ET AL.* Implementação e operação da norma ISO 14001. *In: Revista Científica Semana Acadêmica.* Fortaleza, ano MMXVIII, n. 136, 2018. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/implementacao-e-operacao-da-norma-iso-14001>. Acesso em: 05 nov 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Conheça a Agenda 2030.** Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável.** Brasília: PNUD, 291 p. ISBN: 978-85-88201-29-3, 2015.

QUINTANA, C. G.; QUINTANA, A. C.; MARCA, L. S. Estratégias de sustentabilidade em gestão socioambiental: um estudo de caso em uma empresa do setor portuário. *In: Revista Iberoamericana de Gestão de Contabilidade.* Espanha, vol. X, nº 19, jan/jun. 2012.

RIUL, M. *ET AL.* Aspectos e impactos sociais e ambientais da indústria moveleira e experiências de gestão. *In: Revista Principia: Divulgação científica e tecnológica do IFPB.* João Pessoa, n.18, p. 79-95, junho 2011.

RODRIGUES, V. S. **As transformações recentes no espaço urbano de Nossa Senhora do Socorro: Uma desconcentração metropolitana.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 104 p, 2017.

SANTOS, A. C. DOS. **Variações conceituais entre a ética e a moral**. Filosofia Unisinos, São Leopoldo, 22(2):1-10, 2021.

SANTOS, A. P. P DOS; BENEDITO, D. Z. L; SILVA, E. L DA. Ética e Responsabilidade Social nas Empresas: Um estudo bibliográfico. Educação, Gestão e Sociedade: **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, Ano 7, n. 26,. ISSN 2179-9636. 16 p. jun/2017

SANTOS, E. C. R. M. Responsabilidade social ou filantropia? *In: Revista Técnica da Sanepar*. Curitiba, v. 20, n. 20, p. 18-27, jul/dez. 2003.

SANTOS, T. V. S. **Complexo Taíçoca, Nossa Senhora do Socorro-SE: Novos arranjos sócioespaciais na região metropolitana de Aracaju no século XXI**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 89 p., 2016.

SCHAEDLER, J., BITENCOURT, C. M. G., BRUCHÊZ, A. **Relação entre grau de escolaridade dos gestores e utilização de controles internos nas organizações**. *In: XV Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão. Programa de Pós-graduação em Administração – UCS*. Caxias do Sul, novembro/2015. 20 p. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/xvmostrappga/paper/viewFile/4142/1284>. Acesso em: 14 out 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEDETEC). Governo do Estado de Sergipe. **Empresas instaladas no Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro recebem incentivos do Governo**. Disponível em: <https://sedetec.se.gov.br/empresas-instaladas-no-distrito-industrial-de-nossa-senhora-do-socorro-recebem-incentivos-do-governo/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SEGOV. **Relatório nacional voluntário sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável**: Brasil, 2017. Curadoria Enap. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/562>. Acesso em: 9 dez. 2019.

SILVA, E. O. **Gestão ambiental urbana no poder público municipal de Aracaju: desafios e estratégias**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 220 f., 2017.

SILVA, A. C. V. DA; FERNANDES, R. T. V. **Avaliação de riscos ambientais da estocagem de sal marinho em pilhas**. Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró. 13 p., 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/6063/1/AnaCVS_ART.pdf. Acesso em: 1 fev. 2022.

SILVA FILHO, J. P. *ET AL*. Entendimento da ISO 14000: estudo de caso de uma empresa mineradora na Paraíba. *In: I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade*. Campina Grande. ISSN 2526-186X, 10 p., 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63500>. Acesso em: 26 set. 2021.

SILVEIRA, L. M. DA; PETRINI, M. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. *In: Gest. Prod.*, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 56-67, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X3173-16>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SOUZA, A. B. **A dimensão ética da sustentabilidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 146 f, 2020.

SOUZA, M. J. B. de; MARCON, R. A Responsabilidade Social das Empresas para com Consumidores, Acionistas e Sociedade. *In: Encontro de Estudos Organizacionais*, 2, 2002, Recife. **Anais...** Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

SPRICIGO, C. Gestão empresarial e ascensão feminina: estudo de caso numa empresa da região sul do Brasil. *In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180489/102_00057.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 out 2021.

VEIGA, J. E. da. O âmago da sustentabilidade. *In: Revista Estudos Avançados*. São Paulo, n. 28 (82), p. 7-23, 2014.

VITÓRIA, A. T. **Os mais velhos nas organizações: um desafio para a gestão**. 2015. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão Industrial) – Universidade de Aveiro, Portugal, 229 p., 2015.

APÊNDICE A - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA GESTORES PARTICIPANTES DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisadora responsável a aluna de Mestrado Amanda da Conceição Rodrigues, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, que pode ser contatada pelo e-mail acr-amanda@hotmail.com e pelos telefones (79) xxxxxxxx e (79) xxxxxxxx.

A pesquisa de campo tem também em vista realizar entrevistas com gestores do Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro/SE, visando, por parte da referida aluna a realização da Dissertação intitulada “*Gestão Ambiental de Empresas: uma abordagem da Responsabilidade Socioambiental a partir da análise das experiências em indústrias do município de Nossa Senhora do Socorro-SE*”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista remota (visto as restrições sanitárias em virtude da pandemia do COVID-19), que poderá ser gravada e transcrita, na qual levantará dados sobre o perfil da minha empresa, sobre ações e atividades relacionadas à Gestão Ambiental, à responsabilidade socioambiental e ao desenvolvimento sustentável, além de disponibilizar, se possível, o balanço social da empresa para que seja feita uma análise documental.

A entrevista apresenta alguns riscos psicológicos aos entrevistados, tais como constrangimento, desconforto, estresse, medo de quebra de sigilo ou cansaço. A aluna-pesquisadora se compromete a realizar uma conversa leve, em uma data e horário que esteja

perfeitamente adequada à rotina do(a) pesquisado(a), para dessa forma, minimizar ou eliminar esses riscos e ainda, indenizar algum dano psicológico decorrente da pesquisa, caso reclamado.

Dentre os benefícios que a entrevista pode causar, cita-se: - As indústrias terão uma melhor visibilidade do cenário econômico, social e ambiental do Distrito Industrial, o que motivará melhorias em suas estratégias de planejamento e de condições para competir no mercado; - Indicação de caminhos e estratégias para o desenvolvimento sustentável por parte das indústrias do município, bem como suas contribuições para com a meta número 9 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Tornando assim, a empresa mais sólida, ética e sustentável; - O entendimento de como ações de responsabilidade socioambiental motivam seus acionistas, empregados e sua comunidade; - A sensibilização por partes das indústrias para que, após identificarem os impactos negativos que suas atividades causam no meio ambiente, tracem métodos de minimização ou erradicação desses danos; - A visibilidade que a comunidade do município poderá ter da atuação social das indústrias do Distrito Industrial de Socorro; - A contribuição com a ciência e a pesquisa e com a comunidade acadêmica, através de um trabalho do âmbito ambiental e de gestão, servindo assim, de referência para novas pesquisas.

O estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim, sua privacidade. A aluna providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para o conhecimento do(a) entrevistado(a), caso seja solicitado e disponibilizará acesso aos resultados da pesquisa a qualquer momento e sempre que requerido.

Estou ciente que posso abandonar minha participação na pesquisa quando desejar e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nossa Senhora do Socorro/SE, _____ de _____ de 2021.

Participante de pesquisa

Pesquisadora

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES DAS INDÚSTRIAS DO DIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO



QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES DAS INDÚSTRIAS DO DIS

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa faz parte da dissertação intitulada “*Gestão Ambiental de Empresas: uma abordagem da Responsabilidade Socioambiental a partir da análise das experiências em indústrias do município de Nossa Senhora do Socorro-SE*”, que tem como objetivo geral “analisar a Gestão Ambiental e as práticas de Responsabilidade Socioambiental em indústrias do município de Nossa Senhora do Socorro-SE, tendo em vista as estratégias competitivas e o alinhamento com a meta 9 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”. Todas as informações serão tratadas de forma sigilosa a fim de não identificar os participantes nos resultados da pesquisa.

Agradeço pela colaboração.

Pesquisadora: Amanda da Conceição Rodrigues / Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UFS

Orientadora: Prof^ª. Dra. Silvia Maria Santos Matos

PERFIL DO GESTOR			
1	Nome:	2	Cargo:
3	Gênero: () Masculino () Feminino () Outro	4	Faixa etária: () 18 a 24 anos () 25 a 29 anos () 30 a 39 anos () 40 a 49 anos () 50 a 59 anos () 60 anos ou mais
5	Grau de escolaridade: () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Outro	6	Profissão:
PERFIL DA EMPRESA			
7	Razão social/nome de fantasia:	8	Porte/Atividade/Quais os setores que compõem a empresa:
9	Há quanto tempo a empresa atua no mercado: () Até 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 20 anos () Mais de 20 anos	10	Quantidade de empregados: () Até 5 empregados () 5 a 10 empregados () 10 a 20 empregados () Mais de 20 empregados Possui terceirizados? () Sim () Não <i>Quantos? _____</i> <i>Se possui terceirizados, quais as áreas de atuação deles?</i>
11	A sua empresa recebe algum incentivo financeiro/fiscal (Isenção de ICMS, financiamento, locacional, infraestrutura etc.)? () Sim () Não <i>Se sim, qual(is)?</i>		
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ÉTICA AMBIENTAL			
12	Quais os valores da sua empresa?	13	A sua empresa é afiliada à alguma Associação? Qual a frequência das reuniões na associação? O tema Responsabilidade Socioambiental é ou já foi pauta nas reuniões da associação? Houve práticas posteriores na sua empresa após às ações discutidas

			na reunião concernentes ao tema?
14	O que o(a) Senhor(a) entende ou pensa sobre responsabilidade socioambiental e sobre ética ambiental?	15	Na sua percepção, como ações de responsabilidade socioambiental empresarial beneficiam a empresa, a sociedade e o meio ambiente:
16	Na sua opinião, quais os mais evidentes/relevantes impactos socioambientais positivos e negativos causados pela sua empresa? (Exemplos positivos: aumentos de vagas de empregos, qualificação de pessoal, visibilidade dos produtos, concorrência empresarial etc.) (Exemplos negativos: queimadas, geração de grande fluxo de resíduo sólido, poluição do ar, aquecimento global, erosão do solo, destruição de habitats ecológicos etc.).	17	A sua empresa pratica ações de responsabilidade socioambiental? () Sim () Não () Não tenho conhecimento sobre responsabilidade socioambiental Se sim, descreva essas ações:
18	O que motivou a sua empresa a praticar ações de responsabilidade socioambiental e quais os benefícios que essas ações trouxeram para a empresa? () Não se aplica	19	A sua empresa promove ou apoia algum projeto socioambiental para a comunidade e para seus colaboradores (curso, treinamento, alfabetização, reciclagem de resíduos sólidos, educação ambiental, etc.)? () Sim () Não Se sim, qual(is) projeto(s) e como funcionam?
20	A sua empresa promove treinamentos, palestras ou cursos para os gestores/acionistas, empregados e terceirizados relacionados às ações de responsabilidade socioambiental? () Sim () Não Se sim, qual(is)?	21	Qual(is) dificuldade(s) enfrentadas pela sua empresa para implementar ou para praticar ações de responsabilidade socioambientais? () falta de entendimento e dificuldade de interpretação de procedimentos () nível de escolaridade dos empregados () resistência à mudança por parte dos empregados () nível de escolaridade dos gestores/acionistas () resistência à mudança por parte dos gestores/acionistas () altos custos para implementação () outras () Não se aplica
22	Como a sua empresa faz a divulgação/marketing das suas ações de responsabilidade social e ambiental com a comunidade ou com a sociedade em geral?		
GESTÃO AMBIENTAL			
23	A sua empresa possui certificação ambiental e/ou ISO? () Sim () Não	24	A sua empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental em operação? () Sim () Não

	Se sim, qual(is)?		
25	Qual(is) dificuldade(s) enfrentadas por sua empresa para implementar o Sistema de Gestão Ambiental? () altos custos () falta de qualificação da equipe () falta de comprometimento () falta de entendimento sobre funcionamento e benefícios () resistência à mudança () outras () Não se aplica	26	A sua empresa tem uma comissão de Gestão Ambiental? () Sim () Não Se sim, é composta por quais setores/cargos e como ela atua?
27	A sua empresa promove treinamentos, palestras ou cursos para os gestores/acionistas, empregados e terceirizados relacionados à gestão ambiental? () Sim () Não Se sim, qual(is)? E como foi a receptividade dos participantes no evento?		
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O OBJETIVO 9			
28	As atividades do Plano de Ação da sua empresa estão alinhadas ao crescimento econômico, à inclusão social e à proteção ao meio ambiente? Justifique.	29	Como a sua empresa gerencia de maneira sustentável o uso dos recursos naturais tanto na produção dos seus produtos quanto aos ecossistemas presentes no entorno da empresa?
30	O(a) Senhor(a) conhece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU? Se positivo, como procura implementar em sua empresa uma abordagem preventiva de desafios ambientais?	31	A empresa contribui com uma sociedade socioambientalmente sustentável, visto o que preconiza o ODS 9 até 2030: <i>promover a industrialização inclusiva e sustentável; fomentar a inovação; elevar a produtividade, o emprego e o PIB, com melhora nas condições de trabalho; modernizar a infraestrutura e reabilitar as atividades econômicas para torná-las sustentáveis, com foco no uso de recursos renováveis e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados.</i>
O(a) Senhor(a) tem alguma consideração sobre alguma informação relevante na qual não foi citada nesse questionário?			